

# GUIA DE APOIO AO INVESTIDOR

## DISTRITO DE AVEIRO



**AIDA**  
ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO

Cofinanciado por:







DISTRITO DE AVEIRO

## **GUIA DE APOIO AO INVESTIDOR**

---

## 01 SUMÁRIO EXECUTIVO (05)

---

## 02 O TERRITÓRIO (06)

**2.1.** Enquadramento territorial **2.2.** Dados e indicadores de qualidade de vida **2.3.** Razões para o investimento e factores competitivos **2.4.** Estruturas de apoio e de acolhimento empresarial **2.5.** Incentivos ao investimento existentes

Águeda	(07)	Castelo de Paiva	(25)	Murtosa	(42)	São João da Madeira	(59)
Albergaria-a-Velha	(10)	Espinho	(28)	Oliveira de Azeméis	(45)	Sever do Vouga	(62)
Anadia	(13)	Estarreja	(31)	Oliveira do Bairro	(48)	Vagos	(65)
Arouca	(17)	Ílhavo	(34)	Ovar	(51)	Vale de Cambra	(68)
Aveiro	(20)	Mealhada	(38)	Santa Maria da Feira	(54)		

---

## 03 Enquadramento legal da constituição e operação de empresas (71)

---

## 04 Principais orientações da política fiscal e laboral (82)

---

## 05 Apoios e Incentivos ao dispor das empresas (europeus e nacionais) (92)

---

## 06 Informações adicionais e contactos úteis (103)

---



Cofinanciado por:



# SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Guia de Apoio ao Investidor foi realizado no âmbito do projecto “Qualify SME” promovido pela AIDA e co-financiado pelo COMPETE 2020-FEDER. A sua elaboração decorre da percepção de que o nosso país e, em particular, o Distrito de Aveiro, tem-se revelado uma localização privilegiada para investir, para fazer negócios e para viver. Pretendendo-se intensificar o índice de investimento neste território que abrange municípios de duas regiões NUTS (Norte e Centro), pretende actuar como instrumento orientador para as empresas que pretendem efectuar Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e Investimento Directo Português (IDP), fornecendo informação geral e de enquadramento territorial sobre temas fundamentais para a tomada de decisão de investimento nesta região.

O Guia sintetiza informação relevante para a tomada de decisão de investimentos produtivos, congregando dados dos municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha; Anadia; Arouca; Aveiro; Castelo de Paiva; Espinho; Estarreja; Ílhavo; Mealhada; Murtosa; Oliveira de Azeméis; Oliveira do Bairro; Ovar; Santa Maria da Feira; São João da Madeira; Sever do Vouga; Vagos e Vale de Cambra.

Considerando a diversidade de interesses e de aspectos relevantes que cada investidor pondera nos processos de selecção da localização mais adequada ao desenvolvimento e competitividade dos seus negócios, o Guia sistematiza informação diversa de âmbito geral, bem como os contactos úteis e apoios disponíveis. Assim, são abordados os principais aspectos relacionadas com os temas legais inerentes à criação e instalação de empresas e a política fiscal e laboral do país, a ter em conta.

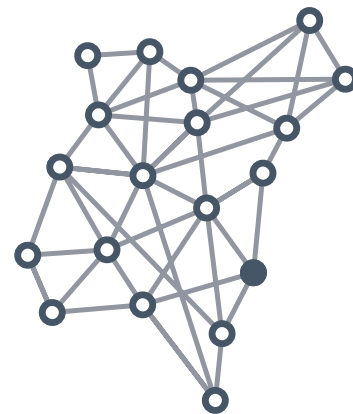
Ao nível do território em questão, são descritos os diversos concelhos, os seus factores competitivos (embora subjectivos), os indicadores de qualidade de vida, a fiscalidade diferenciada e a especialização sectorial de cada economia local, tendo em vista a condução e a promoção da atracção de investimentos. Resulta ainda desta análise, a indicação da oportunidade existente para o trabalho em rede e das sinergias que a região na sua totalidade oferece, decorrendo das infra-estruturas, equipamentos e entidades do sistema científico e tecnológico e empresas de referência de que dispõe.

Não se substituindo a um aprofundamento do conhecimento da realidade concreta de cada espaço de acolhimento empresarial ou concelho - considerando a enorme diversidade existente em termos de necessidades - nem aos aspectos legais inerentes à realização de investimentos, o Guia fornece um contributo fundamental para que todos os potenciais investidores, possam perceber e reconhecer o Distrito de Aveiro, como um território com uma economia dinâmica, inovadora, competitiva e de vocação exportadora, bem como diversa em termos sectoriais. Em suma, como o território que reúne condições óptimas para o investimento e com agentes institucionais disponíveis para a sua concretização.

02

# O TERRITÓRIO

# Águeda



## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O concelho de Águeda situa-se na bacia hidrográfica do rio Vouga. É delimitado por este mesmo rio (a Norte), pelo rio Cértima (a Sul), pela Serra do Caramulo (a Nascente) e pelas terras baixas da Ria de Aveiro (a Poente).

A nível de distrito, o concelho assume uma posição central, estabelecendo a transição entre o litoral e o interior.

O concelho possui onze freguesias (Aguada de Cima; União das Freguesias de Águeda e Borralha; União das Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo; União das Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão; Fermentelos; Macinhata do Vouga; União das Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcôba; União das Freguesias de Recardães e Espinhel; União das Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira; União das Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; Valongo do Vouga), distribuídas por uma área de 334,3 Km<sup>2</sup>. Conta com uma população de 47 729 residentes (Censos 2011).

A área é delimitada pelos concelhos de Sever do Vouga e Oliveira de Frades a Norte, Oliveira do Bairro e Anadia a Sul, Tondela e Mortágua a Nascente e a Poente Aveiro e Albergaria-a-Velha.

A região é percorrida no sentido Norte/Sul pela auto-estrada Porto – Lisboa, sendo servida pelos nós de ligação de Albergaria-a-Velha e Oiã (a Norte e Sul, respetivamente). A ligação é efectuada pela A25 e EN333. No mesmo sentido encontra-se ainda a via de maior fluxo do Concelho, a EN1/IC2. Ao interior chega-se por três vias: a EN230 que liga Aveiro ao Caramulo, a EN333 que liga Oiã ao nó de ligação à A25, em Talhadas, e a EN336 que liga a EN230 a Mortágua.

O Concelho é atravessado a Norte pela A25, que liga Aveiro a Vilar Formoso.

Águeda é ainda servido pela linha de Caminho de Ferro do Vouga, uma via que liga Aveiro a Sernada do Vouga e que desempenha um papel importante na deslocação diária da população da região.

A atividade empresarial em Águeda, de acordo com os últimos estudos realizados, continua a crescer, destacando-se a nível nacional e internacional em diversas áreas, como a iluminação, eletrónica e comunicação, habitat, feragens, cerâmica, barro vermelho e cerâmica de revestimento, metalomecânica ligeira, indústria automóvel, entre outras, tornando este concelho um dos mais diversificados do país (Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente do Concelho de Águeda).



## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 47 729 habitantes

Fonte: Censos 2011, INE

Águeda é o 19º Concelho mais atractivo da região Centro (dos 100 existentes), ocupando o 65º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking”<sup>1</sup> de 2017.

Nas categorias “Negócios” e “Viver” ocupa o 12º lugar no Ranking Regional. Já na categoria “Visitar” ocupa a 32ª posição.

### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
19	Águeda	12	32	12	65

- Poder de compra *per capita* (2015): 86,1 (média nacional: 100)

Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Águeda	29845	7499	5940

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 5,2

Fonte: Pordata

### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Águeda	29 957€	65 435€	6.993€

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	798,1
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	658,1

Indústria, construção, energia e água	811,3
Indústrias transformadoras	810,0
Construção	801,3
Serviços	776,6

- Prémios: Águeda foi distinguida com o 4º lugar nos Prémios ECO XXI em 2017<sup>2</sup>.

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

Águeda é um concelho fortemente industrializado, sendo a metalomecânica o setor predominante.

Encontra-se entre os municípios com menor carga fiscal do país.

Servida de boas acessibilidades, disponibiliza ainda um conjunto de infraestruturas e serviços de apoio à actividade empresarial.

Adicionalmente, é capacitada com infraestruturas culturais e desportivas, um parque escolar renovado e dispõe ainda de um polo universitário (Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro).

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

- Parque empresarial do Casarão: Área total de 75 ha, com cerca de 58 lotes, que variam entre os 750 e os 6 000 m<sup>2</sup>, destinadas a Indústria, Armazenagem, Comércio e/ou Serviços;

1. O estudo “Portugal City Brand Ranking” da consultora internacional Bloom Consulting avalia a performance da marca e a atratividade dos 308 municípios portugueses nas categorias Turismo (Visitar), Negócios (Investir) e Talento (Viver). O ranking usa uma metodologia que incorpora um número elevado de variáveis (usando uma combinação de D2©, estatística e ferramentas produzidas pela Bloom). São consideradas cinco dimensões: Atração de Investimento; Atração de Turistas; Atração de Talento; Aumento da Proeminência; Aumento das Exportações. Como cada dimensão tem em conta diferentes públicos-alvo, sensíveis a distintos aspetos, o tratamento é feito isoladamente para cada objetivo ou dimensão.

2. Os indicadores (21 no total) para entrega deste galardão incluem, entre outros, a promoção da educação ambiental, a participação pública e a agenda 21 local, informação disponível aos municípios, certificação em sistemas de gestão de qualidade, o emprego, o ordenamento do território, qualidade do ar e da água, para consumo humano, tratamento dos resíduos urbanos e mobilidade sustentável.



- **Incubadora de Empresas em Rede de Águeda:** uma plataforma de serviços de incubação baseada no *Know-how* e nas competências detidas pela GrupUNAVE, de forma a que a instalação destes serviços no concelho de Águeda contribua para a alavancagem e consolidação da actividade empresarial e para a inovação do tecido empresarial;
- **Incubadora de Empresas de Águeda | Águeda Empreende:** localizada na zona histórica e integrada na rede IERA - Incubadora de Empresas da Região de Aveiro, disponibiliza 16 gabinetes de incubação, um espaço *cowork*, sala de reuniões, sala de formação, *workshops*, uma loja colaborativa e o Gabinete de Apoio ao Empresário (GAE);
- **Gabinete de Apoio ao Empresário da Câmara Municipal de Águeda** disponibiliza a **Linha de Apoio ao Empresário**, um contacto direto que presta informação e aconselhamento sobre os financiamentos disponíveis no âmbito de programas comunitários e nacionais, das missões empresariais e ações de apoio à internacionalização da Autarquia, de informações relativas aos Parques Empresariais do concelho de Águeda, bem como outras parcerias e redes;
- **Boletim Águeda Empreende:** Boletim eletrónico mensal com informação sobre empreendedorismo, apoio a empresas, inovação, incubação de empresas e parques empresariais da Autarquia de Águeda;
- **Parceria com o Instituto Pedro Nunes:** dinamização de actividades de estímulo e apoio ao empreendedorismo; diagnóstico de necessidades de inovação;
- **Living Labs**, espaço onde todos os parceiros de um dado setor, ou setores, nomeadamente empresas, universidades e sector público, contribuem e colaboram ativamente no processo, com destaque especial para o utilizador final. Em Águeda funcionam dois espaços: **Lighting Living Lab** (que pretende promover a inovação e o desenvolvimento de pesquisa em novas tecnologias e aplicações na área da iluminação) e **Águeda Living Lab** (que pretende oferecer à comunidade um espaço de criação dotado de equipamentos

e tecnologia, assim como de apoio técnico, no âmbito das tecnologias *opensource*);

- **Águeda Concept:** rede entre 35 empresas e instituições públicas e privadas que visa promover e dar a conhecer o que de melhor se faz em Águeda do ponto de vista empresarial e que pretende conduzir ao desenvolvimento da economia local e torná-la capaz de vingar no mercado global.
- **Centro de Inovação e Tecnologia N. Mahalingam (CITNM)** vocacionado para contribuir para o conhecimento e inovação no campo da metalurgia e incentivar a cooperação entre instituições para reforçar o R&D&I (Research, Development e Innovation).

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES;

### Taxas a vigorar em 2017

- Isenção do pagamento dos 5% do IRS pelos municípios;
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa no mínimo legalmente permitido por lei (0,3%), com redução para famílias com filhos;
- Derrama: 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios superior a 100 mil euros; 0% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos que tenham um volume de negócios igual ou inferior a 100 000,00€.
- Outras isenções e benefícios fiscais no mínimo permitido por lei:  
Taxas com oferta de isenções no Concelho de Águeda: Taxa Municipal de Turismo; Taxa Municipal de Proteção Civil; Taxa de Ocupação do Subsolo; (TOS) do gás natural; e Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).
- Banco de Investidores Locais: A Incubadora de Empresas tem como uma das missões encontrar investidores ou empresários que queiram apoiar novos projetos, investido ou tornando-se sócios nestas novas empresas.

# Albergaria-a-Velha

## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Albergaria-a-Velha possui cerca de 159 km<sup>2</sup> de área e 25 252 habitantes (2011). O concelho é subdividido em 6 freguesias (Albergaria-a-Velha e Valmaior; Alquerubim; Angeja; Branca; Ribeira de Fráguas; São João de Loure e Frossos) e está limitado a norte por Estarreja e Oliveira de Azeméis, a leste por Sever do Vouga, a sueste por Águeda, a sudoeste por Aveiro e a noroeste, através de um canal da Ria de Aveiro, pela Murtosa.

Relativamente a acessibilidades, Albergaria-a-Velha encontra-se estruturado por três eixos principais.

- **A25 / IP5 - Aveiro - Vilar Formoso**, com saída em Albergaria-a-Velha
- **A1 - Lisboa - Porto** com saída para A25 / IP5
- **IC2 / EN1 - Lisboa - Porto**, com saída em Albergaria-a-Velha

O Itinerário Principal nº1 (IP1) permite a ligação directa entre Lisboa e Porto, assim como a Braga, Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém. O acesso ao IP1 é feito através do IP5 no nó do Sobreiro. A ligação entre o litoral e o interior é feita através do IP5, facilitando o acesso aos

centros do interior como Viseu e Guarda. No entanto, o intenso tráfego de veículos pesados e a única faixa de rodagem limitam a circulação. O Itinerário Complementar nº 2 que atravessa a cidade de Albergaria-a-Velha e Vila da Branca faz a ligação aos Municípios de Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira (a Norte) e a Águeda (a Sul).

Servido pela Linha do Vouga desde 1910, a Estação Ferroviária de Albergaria-a-Velha está actualmente desativada, muito embora o comboio ainda efectue a paragem na plataforma.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

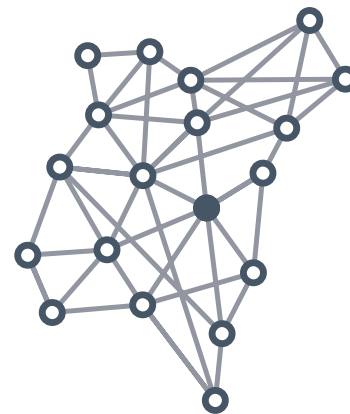
População Residente: 25 252 habitantes

Fonte: Censos 2011, INE

Albergaria-a-Velha é o 39º Concelho mais atractivo da região Centro (dos 100 existentes), ocupando o 132º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo *"Portugal City Brand Ranking"*<sup>1</sup> de 2017.

---

1. O estudo *"Portugal City Brand Ranking"* da consultora internacional Bloom Consulting avalia a performance da marca e a atractividade dos 308 municípios portugueses nas categorias Turismo (Visitar), Negócios (Investir) e Talento (Viver).



Nas categorias “Negócios” ocupa o 24º lugar no *Ranking Regional*, na categoria “Viver” a posição 42 e na categoria “Visitar” a 51ª posição.

#### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
39	Albergaria-a-Velha	24	51	42	132

- Poder de compra *per capita* (2015): 83,7 (média nacional: 100)  
*Fonte: Pordata*

#### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

*Fonte: Censos 2011, INE*

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Albergaria-a-Velha	15 896	3 916	2 975

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 5,5  
*Fonte: Pordata*

#### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

*Fonte: Pordata*

	Total	Urbanos	Rústicos
Albergaria-a-Velha	26 134	74 937	4 775

#### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	804,1
Agricultura, produção animal, caça, sicultura e pesca	570,5
Indústria, construção, energia e água	840,5
Indústrias transformadoras	856,3
Construção	730,4
Serviços	759,8

- **Prémios:** Albergaria-a-Velha foi distinguida com o 1.º Prémio Nacional na categoria “Promoção do Espírito de Empreendedorismo” dos Prémios Europeus de Promoção Empresarial 2017. O prémio distinguiu o Programa de Incentivos à Criação do Próprio Emprego do Município.

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

O Concelho dispõe de boas acessibilidades e disponibiliza incentivos ao estímulo da economia local e à criação de novos postos de trabalho.

Os apoios podem ir da oferta de terrenos a apoios financeiros para os empreendedores

que instalem as suas empresas no Concelho, como se pode ver abaixo.

O sector secundário é o que tem maior representatividade, com a indústria a ser responsável por mais de 58% do total da produção do Concelho.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

- Zona Industrial de Albergaria-a-Velha e Branca (Zona Industrial de Soutelo, na freguesia da Branca)
- Incubadora de Empresas do Município de Albergaria-a-Velha: integrada na rede IERA, encontra-se localizada no centro da cidade disponibiliza espaços (1600m<sup>2</sup> distribuídos por 10 salas), individuais ou em regime de *coworking*, bem como serviços de incubação e capacitação para o apoio a ideias de negócio e empresas, que pretendam iniciar e/ou desenvolver a sua actividade.

O espaço dispõe ainda de auditório, pavilhão multiusos, refeitório, salas de formação e de reunião.

Neste edifício localiza-se também o Serviço de Atividades Económicas, Apoio ao Empreendedorismo e Turismo.

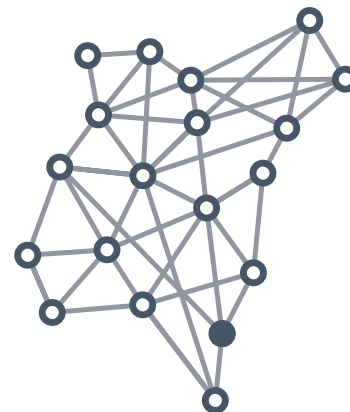
## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES;

### Taxas a vigorar em 2017

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa no mínimo legalmente permitido por lei (0,3%);  
Reduções aplicáveis dependendo do número de dependentes.
- Derrama: 1,2%. Derrama reduzida de 0,2% para as empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros;
- IRS: 2,75% (participação municipal no IRS);
- Oferta dos terrenos da zona industrial;
- Incentivo financeiro para constituição de empresas ou criação do próprio emprego: até 4000 euros no primeiro ano de actividade<sup>1</sup>.

1. Regulamento de incentivos financeiros: atrair ideias de negócio e pequenas empresas recém-criadas, para desenvolvimento da economia local e para dinamizar as condições de empregabilidade.

# Anadia



## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Localizado no coração da Bairrada, na parte sul do Distrito de Aveiro, o Concelho de Anadia tem uma área total de 217 km<sup>2</sup> e uma população que ronda, atualmente, os 29 mil habitantes.

Anadia é limitada a norte pelo município de Águeda, a leste por Mortágua, a sul pela Mealhada, a sul e oeste por Cantanhede e a noroeste por Oliveira do Bairro e está dividida em 10 freguesias (Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; Arcos e Mogofores; Avelãs de Caminho; Avelãs de Cima; Moita; São Lourenço do Bairro e Sangalhos).

O Concelho encontra-se a menos de 30 minutos Aveiro e Coimbra. Próximo de dois nós de acesso à A1 (Autoestrada do Norte), é atravessada pela EN1/IC2.

A ligação a Aveiro e ao seu porto de mar (mercadorias e pescas) pode ser feita pela N235. Está ainda próximo dos principais corredores de ligação do litoral ao interior e a Espanha (A25 e IP3).

Relativamente à rede ferroviária, Anadia tem 4 estações/apeadeiros (Paraimo-Sangalhos, Mogofores, Curia e Aguim). Em Mogofores é possível carga e descarga de mercadorias.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 29 150 habitantes

Fonte: Censos 2011, INE

Anadia é o 36º Concelho mais atractivo da região Centro (dos 100 existentes), ocupando o 127º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking” de 2017.

Nas categorias “Negócios” ocupa o 33º lugar no *Ranking Regional*, na categoria “Visitar” a posição 42 e na categoria “Viver” a 41ª posição.

### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
36	Anadia	33	42	41	127

- Poder de compra *per capita* (2015): 79,6 (média nacional: 100)

Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Anadia	17 833	4 300	4 035

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 5,1  
*Fonte: Pordata*

#### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

*Fonte: Pordata*

	Total	Urbanos	Rústicos
Anadia	57 303	182 124	7 385

#### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	780,7
Agricultura, produção animal, caça, siviltura e pesca	679,5
Indústria, construção, energia e água	815,5
Indústrias transformadoras	829,7
Construção	675,1
Serviços	744,9

- **Prémios:** o Concelho tem sido distinguido com prémios relacionados com a prática desportiva, dispondo de um Centro de Alto Rendimento (além de outras instalações desportivas como o complexo desportivo equipado com campos *indoor* e *outdoor* destinados à prática de diversas modalidades e piscinas).

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

O concelho de Anadia situa-se entre os dois principais pólos urbanos de desenvolvimento e conhecimento da Região Centro (Aveiro e Coimbra), encontrando-se a menos de 30 minutos destas cidades.

Próxima da principal linha ferroviária nacional, do porto de Aveiro e a cerca de 1 hora do porto de Leixões e do aeroporto Francisco Sá Carneiro apresenta acessibilidades importan-

tes (com impacto a nível de custos de transporte, mais ainda dado o carácter exportador das empresas do concelho).

Anadia dispõe actualmente de uma rede de transportes urbanos, que futuramente efectuarão ligação às zonas industriais do concelho, facto relevante para a mobilidade da população e uma mais-valia para as empresas localizadas no Concelho.

Em termos empresariais, os principais clusters do concelho de Anadia são a metalomecânica, indústria das duas rodas, cerâmica, floresta, vinhos, espumantes e turismo.

Dotada de várias zonas de acolhimento para a instalação de novas empresas (ou realocação de existentes) Anadia dispõe de 3 zonas industriais promovidas pela Câmara (estando prevista a ampliação de duas delas), um centro de desenvolvimento tecnológico, de inovação e empreendedorismo (Curia Tecnoparque), que inclui uma incubadora e o programa "Investemanadia".

Anadia dispõe ainda do serviço "Via Verde do Empresário". Tal permite o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio, dinamizando o empreendedorismo com o objectivo de captar novas ideias de negócio e de promover o seu sucesso no mundo empresarial.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

### Zonas Industriais promovidas pela Câmara

- **Zona Industrial do Paraimo:** com uma área de 115 550 m<sup>2</sup> é o maior parque do concelho. Situada junto à EN235 e próxima da EN1/IC2 disponibiliza lotes para a Indústria,

Armazenagem, Comércio e Serviços. A dimensão dos lotes varia entre os 1 300 e os 5 000 m<sup>2</sup>.

Disponibiliza infraestruturas de apoio de utilização comum;

- **Zona Industrial de Vilarinho do Bairro:** ocupando uma área de 83 004 m<sup>2</sup>, disponibiliza lotes destinados à Indústria, Armazenagem, Comércio e Serviços. A dimensão dos lotes varia entre os 1 400 e os 5 000 m<sup>2</sup> e disponibiliza infraestruturas de apoio de utilização comum;
- **Zona Industrial de Amoreira da Gândara:** com uma área de 53 506 m<sup>2</sup> (ampliação para 289 481 m<sup>2</sup>) disponibiliza lotes destinados à Indústria, Armazenamento, Comércio e Serviços e infraestruturas básicas de apoio de utilização comum.

Está prevista a expansão das zonas industriais de Amoreira da Gândara e do Paraimo, de modo a poder criar mais lotes que permitirão a instalação de novas empresas, bem como a expansão das empresas já aí localizadas.

Para além das zonas industriais de iniciativa municipal, existem ainda 7 **zonas industriais espontâneas** (Anadia, Avelãs de Caminho, Boialvo, Malaposta, Outeiro de Cima, Pedralva e Pinhal do Prior) e 1 zona industrial promovida por empresários (Alfêloas).

- **Curia Tecnoparque:** o centro de desenvolvimento tecnológico, de inovação, empreendedorismo e respostas sociais. O Curia Tecnoparque ocupa 3 hectares. É constituído por seis estruturas: o Edifício da WRC - Web para a Região Centro, **Agência de Desenvolvimento Regional**; a **Incubadora de Empresas** e o **Espaço de Tecnologias**; o **Espaço Juventude/ATL** e um Centro de Dia.
- **Incubadora do Curia Tecnoparque<sup>1</sup>:** integrada na rede IERA, disponibiliza uma área total de incubação de 400 m<sup>2</sup> distribuídos

por 11 gabinetes individuais e por um espaço *coworking* com capacidade para acolher 10 pessoas. Os gabinetes têm áreas de 17 e 33 m<sup>2</sup>. Dispõe de salas de reunião e formação, auditório e bar. A incubadora disponibiliza ainda uma série de serviços (Apoio à Gestão; Marketing; Acesso a Investimentos; *Workshops* e Formação e Rede de Contatos disponível a todos os Incubados).

- **Via Verde do Empresário:** visa facilitar e agilizar os processos de instalação e licenciamento. Oferece um acompanhamento personalizado, por parte de um técnico do **GAE – Gabinete de Atendimento às Empresas e ao Empreendedor**, dos procedimentos administrativos e do processo de licenciamento, de forma a reduzir os prazos de tramitação; colabora no levantamento dos espaços disponíveis para implementação do projeto e apoia na seleção do lote/espaço de localização mais conveniente.
- **Investemanadia:** visa fomentar e apoiar durante todo o ciclo do empreendedor, desde a sensibilização até à criação da empresa e pós arranque. Ajuda a promover as empresas já instaladas, organizando sessões de partilha de conhecimento em rede e criando estímulos para a dinamização dos espaços de acolhimento empresarial já existentes.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES;

### Taxas a vigorar em 2017

- **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI):** taxa no mínimo legalmente permitido por lei (0,3%) para prédios urbanos avaliados nos

1. A incubadora resultou de uma iniciativa da WRC e conta com a Câmara Municipal de Anadia, a Universidade de Aveiro e o Instituto Politécnico de Coimbra como parceiros.



termos do CIMI. Já para prédios rústicos aplica-se 0,8%.

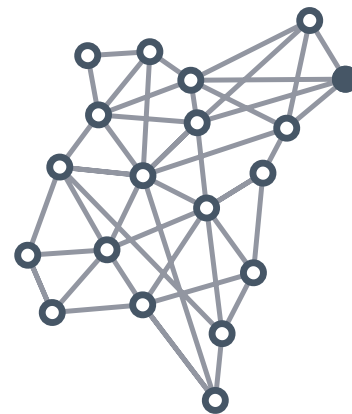
São aplicadas reduções para os imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes. São ainda aplicadas reduções ao IMI de prédios urbanos com eficiência energética ou prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural. Já para prédios urbanos degradados são aplicadas majorações.

- Derrama: 0,5% sobre o lucro tributável do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), referente ao exercício de 2016, a cobrar em 2017.
- Percentagem de participação no IRS: 4% (percentagem de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Anadia e relativas aos rendimentos do ano de 2017).
- **Incentivos à Promoção do Empreendedorismo, do Investimento e Criação de Empresas “Invest em Anadia”:** atribuição de uma bolsa a empreendedores para que estes possam desenvolver a sua ideia e/ou o seu próprio negócio; Apoio à contratação dos serviços da Incubadora de Empresas do Curia Tecnoparque; Cedência de gabinetes de trabalho; Promoção de concursos de ideias de negócio.

Os apoios financeiros a conceder são atribuídos de acordo com uma fórmula que considera os seguintes fatores: volume de investimento a realizar (30%), número de postos de trabalho líquidos a criar (45%) e actividade da empresa (25%). Os projetos que beneficiem de apoios financeiros devem manter a sede no concelho de Anadia por um período mínimo de 5 anos. Este tipo de apoio não é acumulável com outros benefícios da mes-

ma natureza atribuídos ao mesmo projeto de investimento, designadamente, ao nível da reabilitação urbana ou outros.

# Arouca



## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Concelho possui uma área de cerca de 327 km<sup>2</sup>, conta com uma população de cerca 24 mil habitantes e está dividido em 16 freguesias (Alvarenga, Chave, Escariz, Fermêdo, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropêço, Urrô, Várzea, união de freguesias de Arouca e Burgo, união de freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra, união de freguesias de Canelas e Espiunca e união de freguesias de Covêlo de Paivó e Janarde).

Arouca assume um posicionamento de fronteira/interface entre as regiões Norte e Centro de Portugal, entre os distritos de Aveiro, Viseu e Porto e entre o litoral e o interior.

Apesar de integrado no distrito de Aveiro, pertenceu à região do Douro Litoral, com reflexos na sua identidade.

Arouca é delimitado a Norte, por Gondomar, Castelo de Paiva e Cinfães; a Oeste por Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis; a Sul por Vale de Cambra e S. Pedro do Sul e a Este por S. Pedro do Sul e Castro Daire.

Arouca encontra-se a cerca de 1 hora do Porto e de Aveiro. O acesso é feito pela A32 (ou EN1/IC2 a partir do Porto/Vila Nova de Gaia),

pela A1 (para quem se deslocar, de automóvel ou de autocarro, a partir do Centro e do Sul de Portugal) ou EN108 (via Barragem de Crestuma-Lever, a partir da zona oriental do Porto).

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 22 359 habitantes

Fonte: Censos 2011, INE

Arouca é o 36º Concelho mais atractivo da região Norte (dos 86 existentes), ocupando o 105º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking” de 2017.

Nas categorias “Negócios” ocupa o 38º lugar no Ranking Regional, na categoria “Visitar” a posição 39 e na categoria “Viver” a 37ª posição.

### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
36	Arouca	38	39	437	105

- Poder de compra *per capita* (2015): 69,5 (média nacional: 100)

Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Arouca	14 650	2 619	2 153

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 4,9  
Fonte: Pordata

### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Arouca	17 710	43 511	5 583

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	655,4
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	598,9
Indústria, construção, energia e água	648,7
Indústrias transformadoras	642,4
Construção	657,1
Serviços	675,4

- Prémios: Prémio de Geoconservação de 2017; Passadiços do Paiva vencem "Óscar do Turismo" na edição de 2016 dos World Travel Awards.

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

Menos industrializado que a maioria dos concelhos do Distrito de Aveiro possui um peso muito importante na agricultura, silvicultura, pecuária e vitivinicultura.

Contudo, é de salientar que sectores como indústria do couro (calçado, malas e de artigos de viagem), indústria da madeira e fabrico de produtos metálicos afiguram-se como pilares fundamentais para o futuro desenvolvimento económico do Concelho.

Arouca contará ainda com o C3i - Centro de Incubação e Inovação Industrial de Arouca.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

### Zonas Industriais de génese municipal

- Zona da Mata/ Mansores
- Zona Industrial do Rossio
- Zona Industrial de Escariz (Parque de Negócios de Escariz)
- Zona Industrial São Domingos
- Zona Industrial da Farrapa/ Chave
- Zona Industrial Lameiradas/ Alagoas (Parque Empresarial Chão de Alagoa)
- C3i - Centro de Incubação e Inovação Industrial de Arouca ficará instalado no Parque de Negócios de Escariz e será edificado com recurso "a módulos", uma tecnologia e modo de construção "desenvolvida por empresas arouquenses".

Envolvendo um investimento de 2,5 milhões de euros, o projecto permitirá instalar no concelho mais de 20 novas empresas da indústria 4.0.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

### Taxas a vigorar em 2017

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa no mínimo legalmente permitido por lei (0,3%) para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.  
O IMI familiar de prédios familiares destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário beneficiam de reduções em função do número de dependentes.
- Derrama: 1% sobre o lucro tributável do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Taxa reduzida de 0,5%, para os que não ultrapassem um volume de negócios de 150 000,00€.
- Percentagem de participação no IRS: 0%
- Aqui é Arouca: promovido pela AECA – Associação Empresarial de Cambra e Arouca e financiado pelo programa “Comércio Investe” foi pensado para “acrescentar valor à oferta comercial das lojas do centro urbano de Arouca”. Além de contemplar um conjunto de investimentos para as lojas aderentes (com vista à sua modernização, aproximação e fidelização aos seus clientes), foram previstos investimentos da AECA relacionados com a aquisição de equipamentos, software e serviços que visam dinamizar e promover o centro urbano, bem como a criação de serviços de suporte aos potenciais clientes que tenham impacto no volume de vendas dos estabelecimentos comerciais aderentes.

# Aveiro

## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Aveiro, concelho situado na Região Centro, tem 78 450 habitantes (dados de 2011) e uma área de 197,58 km subdividida por 10 freguesias (Aradas; Cacia; Eixo e Eirol; Esgueira; Glória e Vera Cruz; Oliveirinha; Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz; Santa Joana; São Bernardo; São Jacinto).

Limitado a norte por Murtosa (seja através da Ria de Aveiro, seja por terra), a nordeste por Albergaria-a-Velha, a leste por Águeda, a sul por Oliveira do Bairro, a sudeste por Vagos e por Ílhavo (por terra e através da ria) e com uma faixa relativamente estreita de litoral no Oceano Atlântico, a oeste, através da freguesia de São Jacinto.

É um importante centro urbano, portuário, ferroviário, universitário e turístico.

A Cidade de Aveiro é a 2ª maior cidade da Região do Centro de Portugal a seguir a Coimbra. Fica situada a cerca de 60 km a noroeste de Coimbra, de 70 km a sul do Porto, e a 85 km a oeste de Viseu.

A região é servida pelas principais redes viárias nacionais, quer rodoviárias quer ferroviárias, permitindo uma rápida ligação inter-

regional e internacional. A existência de um porto marítimo e a proximidade ao Porto e ao aeroporto internacional Francisco Sá Carneiro assim como ao porto de Leixões, permitem uma ligação célere das empresas ao exterior e funcionam como portas abertas aos mercados externos.

A A1 liga Aveiro a Coimbra, Porto, Lisboa. A ligação a Lisboa pode ainda ser feita pela A17 e a A25 permite a ligação a Madrid.

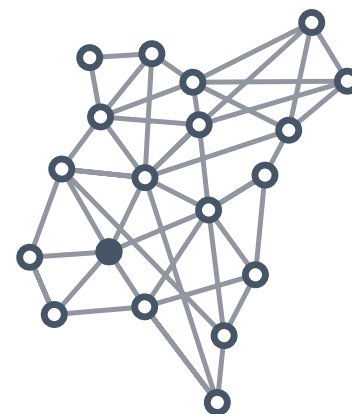
A Estação Ferroviária de Aveiro é uma das mais importantes da Linha do Norte, servindo o grande centro urbano de Aveiro. Aveiro conta com ligações diárias a Coimbra, Porto, Lisboa, Madrid e Vigo.

O Concelho de Aveiro apresenta um forte crescimento demográfico, para tal contribui o dinamismo económico e a presença da Universidade de Aveiro.

O poder de compra *per capita* do Concelho é o 8º maior do país (está na oitava posição no *ranking* dos 308 municípios portugueses) e supera em 25% a média nacional<sup>1</sup>.

---

1. Estas são algumas das conclusões que fazem parte da 12.ª edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio relativo a 2015, divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística - INE (Ano de Edição: 2017).



## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 78 450 habitantes  
Fonte: Censos 2011, INE

Aveiro é o 2º Concelho mais atractivo da região Centro (dos 100 existentes), ocupando a 5ª posição a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo "Portugal City Brand Ranking" de 2017.

Nas categorias "Negócios" e "Visitar" ocupa o 3º lugar no Ranking Regional e na categoria "Viver" a 4ª posição.

### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
2	Aveiro	3	3	4	5

- Poder de compra *per capita* (2015): 125,1 (média nacional: 100)  
Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Aveiro	39 669	13 325	18 646

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 6,9  
Fonte: Pordata

Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Aveiro	81 408	97 882	14 202

Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	926,7
Agricultura, produção animal, caça, sicultura e pesca	709,2
Indústria, construção, energia e água	1 023,1
Indústrias transformadoras	1 036,5
Construção	765,6
Serviços	873,6

- **Prémios:** A Universidade de Aveiro tem vindo a ser distinguida com vários prémios. Encontra-se no grupo das 100 melhores instituições do mundo com menos de 50 anos, segundo o *ranking* Times Higher Education (2017), entre as 500 melhores universidades do mundo segundo o ARWU - Academic Ranking of World Universities (2016), entre as 600 melhores do mundo segundo o CWUR - Center for World University Rankings (2016), entre muitos outros.

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

Aveiro é um dos importantes centros urbanos do país. A presença de um forte tecido empresarial origina oportunidades de negócio, emprego e, por consequência, um maior poder de compra (superior à média nacional).

As vantagens competitivas e diferenciadoras que tornam Aveiro uma das cidades atractivas para investir são:

- Localização estratégica (eixo Lisboa-Porto onde reside mais de metade da população nacional e eixo Ibérico Aveiro-Madrid, Porta de entrada marítima) e infra-estruturas (rodoviárias, ferroviárias, marítimo-portuárias e aéreas).

De facto, uma das principais vantagens competitivas do concelho é, sem dúvida, o desenvolvimento e a qualidade das suas infra-estruturas, nomeadamente as de transportes. Dotado de um Porto e de excelentes vias rodoviárias e ferroviárias, encontra-se ainda a 70 kms do aeroporto internacional Francisco Sá Carneiro e do Porto de Leixões, o que permite uma mais fácil e célere ligação das empresas aos mercados externos e transporte de mercadorias.

O crescimento demográfico de Aveiro, associado ao elevado nível de instrução da população, permite a oferta de emprego qualificado.

A presença da Universidade de Aveiro no concelho é, sem dúvida, um grande factor competitivo do concelho e da região, contribuindo para o seu dinamismo. De reconhecido mérito a nível nacional e internacional e com diversas distinções internacionais é uma das mais dinâmicas e inovadoras universidades do país. Com 16 departamentos, 4 escolas e 18 centros de

investigação, é frequentada por cerca de 15 mil estudantes e dela saem jovens quadros técnicos e científicos que integram as empresas do distrito ou criam a sua própria empresa.

O polo de Conhecimento, Investigação, Desenvolvimento e Inovação associado à Universidade assume um elevado impacto no desenvolvimento do território.

Aveiro caracteriza-se por um perfil inovador, empreendedor e exportador.

O concelho de Aveiro caracteriza-se por uma tradição industrial fortemente enraizada, sendo responsável por quase de 12% do total da produção da indústria transformadora da região Centro e por 9% da capacidade exportadora.

Estes factores permitem que Aveiro se posicione como um *innovation hub*.

O vasto património cultural e natural e o elevado nível de qualidade de vida (oferta de equipamentos desportivos, de saúde ou administrativos, dos quais se destacam as ofertas educativas, associados à dinâmica económica) são factores que reforçam a capacidade de atracção do concelho.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

### Zonas Industriais<sup>1</sup> de génese municipal

- Zona Industrial (ZI) de Cacia: abrange uma área com cerca de 21 hectares e está inserida a nascente da freguesia de Cacia (onde se encontra a unidade da Portucel);

1. Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território Aveiro 2015.



- **ZI Taboeira:** 182 ha. Áreas dos lotes: 164188 m<sup>2</sup> (máx) e 558 m<sup>2</sup> (mín). Proximidade à A17 e A25 e ex-EN109: proximidade a serviços de apoio empresarial e a grandes áreas comerciais; localização de centros empresariais com áreas disponíveis. Em 2013, do universo das 200 maiores empresas do Município de Aveiro, 89 empresas (cerca de 45%) localizavam-se na ZI Taboeira;
- **ZI Eixo:** 27 ha. Área dos Lotes: 31813m<sup>2</sup> (máx.) e 3891m<sup>2</sup>(mín.). Contígua à EN 230-1 e próxima da EN 230. Essencialmente dedicada a empresas do sector da construção;
- **ZI Mamodeiro:** 42 ha. Área dos Lotes: 37871m<sup>2</sup> (máx.) e 932m<sup>2</sup> (mín.). Contígua à A1 e EN235. Proximidade à A17. Proximidade a áreas comerciais. Localização de centros empresariais com áreas disponíveis.

As quatro primeiras ZI referidas estão totalmente ou quase totalmente ocupadas.

Já as seguintes ZI encontram-se praticamente sem ocupação: ZI Oliveirinha: 18 ha; ZI S. Bernardo: 10 ha; ZI Eirol: 12 ha; ZI Póvoa Valado: 20 ha; ZI Póvoa: 102 ha e ZI Nariz: 27 ha.

- **Parque de Exposições de Aveiro | Aveiro – Expo:** o parque de exposições de Aveiro estende-se por uma área total de 50 000 m<sup>2</sup>, sendo 15 000 m<sup>2</sup> da área coberta. Está preparado para receber feiras e eventos, com capacidade de personalização. É constituído por dois pavilhões, com 4 428 m<sup>2</sup>, que podem acolher até 8 500 pessoas. Conta ainda com um auditório com capacidade para 224 pessoas, 2 salas de conferência e Salão Nobre.
- **Pólo de Incubação de Aveiro | Incubadora de Empresas do Município de Aveiro**

**Incubadora InAveiro:** integrada na rede IERA – Incubadora de Empresas da Região

de Aveiro, funcionará no edifício central do Parque de Exposições de Aveiro e “pretende apoiar o desenvolvimento e implementação de novas ideias/projectos de valor acrescentado, conducentes à criação de emprego, possibilitando a inserção dos seus promotores numa cultura e ecossistema empreendedor, com acesso a um conjunto de apoios financeiros e não-financeiros, contribuindo assim para o êxito das suas iniciativas”.

Com programas de pré-incubação (empreendedores com ideia de negócio que não tenham constituído empresa; máximo de 25 semanas), incubação (empresas com menos de 12 meses à data da candidatura; máximo de 36 meses) e aceleração (empresas com mais de 12 meses e menos de 24 no momento de candidatura por um máximo de 24 meses).

Para além de espaço de trabalho, os empreendedores e *startups* têm acesso a um conjunto de serviços de valor acrescentado (como acesso a mentores e peritos, participação em eventos e acesso à rede de prestadores de serviços).

Os serviços prestados vão desde apoio na definição do modelo e plano de negócios até estruturação/consolidação no processo de internacionalização, passando por apoio na divulgação e digitalização, mediação com investidores e actividades financeiras, apoio jurídico e proteção de direitos de propriedade intelectual, acompanhamento na gestão operacional do negócio, entre outros.

- **IEUA – Incubadora de empresas da Universidade de Aveiro:** integrada também na rede IERA engloba 2000 m<sup>2</sup> (em três edifícios) e disponibiliza gabinetes individuais, com áreas entre os 12 e os 170 m<sup>2</sup>, gabinetes *co-working*, gabinetes de serviços e espaços partilhados. O apoio à incubação e aceleração de empresas é desenvolvido através de programas IEUA Start que disponibiliza uma oferta integrada de espaços e de serviços

adaptados às necessidades específicas de cada fase dos empreendedores.

- **UATEC - Unidade de Transferência de Tecnologia da Universidade de Aveiro:** tem como missão apoiar a Universidade de Aveiro no seu objectivo de ser um centro de excelência nacional de criação, divulgação e transferência de conhecimento, garantindo uma estreita ligação entre a Universidade e o tecido empresarial nacional e internacional, através da valorização e comercialização do conhecimento produzido no seio da comunidade académica.
- **Balcão do Empreendedor (BdE):** ponto único de contacto para a realização dos serviços associados ao exercício da actividade económica. Aqui, o empreendedor pode ficar a conhecer todas as formalidades que terá de cumprir para iniciar ou expandir o seu negócio.
- **Loja do Empresário:** sedeadada no edifício sede da AIDA tem como objetivo integrar os serviços de apoio ao tecido empresarial de várias entidades (públicas e privadas), num único espaço físico. Desta forma, a Loja do Empresário permite ao empresário tratar de diferentes assuntos e assim promover a celeridade dos serviços conexos à actividade empresarial.
- **Creative Science Park:** gerido pela Sociedade Anónima PCI – Parque de Ciência e Inovação, SA é um espaço multipolar que facilita um acesso direto e facilitado ao Conhecimento Científico e Tecnológico criado no universo da Universidade de Aveiro e das suas redes internacionais.
- **Gabinete Empreendedor:** a Escola Profissional de Aveiro possui um gabinete de atendimento público, AEVA-Empreende, cujo objetivo é apoiar e testar ideias de negócio apresentadas essencialmente por jovens.
- **Espaços de cowork e centros Empresariais:** ao longo dos últimos 5 anos foram criados

diversos espaços de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento empresarial, promovidos por entidades privadas (Aveiro Business Centre, Fusion Co-Work, o Centro Empresarial de Aveiro, entre outros).

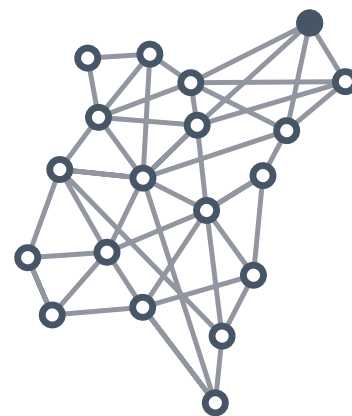
- **Centros de Investigação da UA:** a investigação levada a cabo pela UA promove soluções e produtos inovadores, contribuindo ativamente para o avanço da Ciência e da Tecnologia.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

### Taxas a vigorar em 2017

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): 0,45% para prédios urbanos, a mais baixa taxa possível (que para 2017 é de 0,45% já que Aveiro é um Município FAM - Fundo de Apoio Municipal) e 0,8% para prédios rústicos. IMI familiar: são aplicadas reduções para os imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes. Uma majoração de 10% é ainda aplicável aos prédios urbanos degradados.
- Derrama: 1,5% sobre o lucro tributável do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)
- Percentagem de participação no IRS: 5%
- Taxa Municipal de Direitos de Passagem: 0,25%
- Aveiro Empreendedor - FICA: produto financeiro para micro e pequenas empresas do concelho de Aveiro, mais atractivo que outras soluções da mesma natureza disponíveis no mercado. O financiamento a conceder através do fundo é limitado a 45 000€ por projecto.

# Castelo de Paiva



## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Castelo de Paiva, concelho situado na Região Norte, encontra-se a 45 kms do Porto, sendo o Concelho que está mais distante da sede do distrito a que pertence. Estende-se desde os limites de Arouca até ao Rio Douro, entre os concelhos de Cinfães, Gondomar e Santa Maria da Feira.

Com uma superfície de 109 kms<sup>2</sup> e uma população a rondar os 17 mil habitantes, tem 6 freguesias (Fornos; Real; S. Martinho de Sardoura; Raiva, Pedorido e Paraíso; Sobrado e Bairros).

Tradicionalmente rural, tem visto surgirem novas unidades fabris em zonas industriais, destacando-se os investimentos nas seguintes áreas: calçado, têxtil, madeiras e mobiliário, metalomecânica e construção de roulotes e autocaravanas.

A rede de acessibilidades de Castelo de Paiva apoia-se em duas variantes: EN222 e a variante EN224 (futuro IC35 ligando Castelo de Paiva à A4 em Penafiel).

Está prevista a construção do troço em falta da variante à EN222 até ao nó da A32 (ligando à A32 e à Circular Regional Externa do Porto o que permitirá uma maior proximidade à faixa litoral) e que fará a ligação também à Zona Industrial de Lavagueiras.

O IC35 e a construção de uma nova ponte sobre o Douro, ligando Castelo de Paiva a Penafiel, irá permitir melhorar as acessibilidades assim como uma mais célere ligação à Comunidade Urbana do Vale do Sousa, à A4 e, consequentemente, ao Porto e zonas periféricas.

Quanto à via de acesso rio Douro trata-se ainda de um meio extremamente exclusivo.

Castelo de Paiva dispõe de um porto comercial, em Sardoura, que permite uma melhor facilidade de transporte de mercadorias.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 16 733 habitantes  
*Fonte Censos 2011, INE*

Castelo de Paiva ocupa a 51ª posição na região Norte (dos 86 existentes), ocupando a 165ª posição a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking” de 2017.

Em todas as categorias “Negócios”, “Visitar” e “Viver” ocupa o 50º lugar no Ranking Regional.

### Ranking Regional – Norte

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
51	Castelo de Paiva	50	50	50	165

- Poder de compra *per capita* (2015): 65,9 (média nacional: 100)

Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Castelo de Paiva	11 678	2 076	1 187

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 10,5

Fonte: Pordata

### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Castelo de Paiva	95 320	210 108	12 497

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	625,0
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	523,0
Indústria, construção, energia e água	594,1
Indústrias transformadoras	585,4
Construção	614,9
Serviços	688,9

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

A mão de obra disponível e qualificada e a proximidade às ligações rodoviárias A1, A32, A41 e A29 (assim como ao Porto de Leixões e ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro), são factores competitivos de Castelo de Paiva.

Os polos empresariais existentes no Concelho de Castelo de Paiva (Felgueiras e Lavagueiras) albergam áreas da indústria do calçado, mobiliário, têxtil, metalomecânica e mármore e granitos, contrariando assim, os efeitos nefastos do encerramento das Minas do Pejão.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

As estruturas de apoio e de acolhimento empresarial existentes em Castelo de Paiva são as seguintes:

- Zona Industrial de Lavagueiras (Pedrido);
- Zona Industrial de Felgueiras (Sobrado);
- CACE - Centro de Apoio à Criação de Empresas (Sobrado).

Estão ainda previstas duas novas áreas de acolhimento empresarial no Concelho, uma na Cruz da Carreira, e outra no Tapado, ambas apoiadas no eixo estruturante, a Variante à EN222.

**CACE, Centro de Apoio à Criação de Empresas – Felgueiras** (Rede de Apoio à Actividade Económica e ao Empreendedor do Tâmega e Sousa)

O Ninho de Empresas, também designado CACE, é um espaço destinado a promover a “constituição, desenvolvimento e consolidação de empresas, com a finalidade de permitir a sua posterior integração no mercado com total autonomia, através da prestação de apoios técnicos”.

Vocacionados para a incubação de empresas tem como finalidade incentivar os jovens empreendedores a criar a sua própria empresa.

O apoio à incubação é complementado por diversas valências de apoio técnico.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

### Taxas a vigorar em 2017

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): 0,3% para prédios urbanos e 0,8% para prédios rústicos.  
São aplicadas reduções para os imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes.  
Isenção do pagamento de IMI a requerer por quem tem um rendimento anual inferior a 15 295 euros e imóvel destinado a habitação permanente do agregado familiar, de valor patrimonial tributário inferior a 66 500 euros.
- Derrama: isento
- Percentagem de participação no IRS: 4%
- Taxa Municipal de Direitos de Passagem: isento
- “TâmegaSousa Empreendedor” inclui várias iniciativas de apoio aos empreendedores, a destacar:
  - Espaço do Empreendedor: apoio às ideias e aos projetos empresariais;
  - Gabinete de Apoio ao Empreendedor: apoio aos empreendedores (oportunidade de negócio, facilitação de contactos com agentes relevantes, *mentoring* na pesquisa de mercado e elaboração de planos de negócio, oportunidades de financiamento/investimento, identificação de mentores, identificação de parceiros, apoio jurídico e gestão do projecto);

- Oferta de formação em competências empreendedoras;
- Disponibilização de rede de mentores;
- Espaços para incubação: através das incubadoras da região;
- Concurso TâmegaSousa Empreendedor: promover e incentivar ideias de negócio inovadoras/diferenciadoras na região.

# Espinho

## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Espinho pertence ao Distrito de Aveiro, à Região Norte e à Área Metropolitana do Porto.

Tem por limites a Norte, São Félix da Marinha (Vila Nova de Gaia), a Sul, Esmoriz (do concelho de Ovar), a Nascente, Nogueira da Regedoura e Oleiros (Santa Maria da Feira) e a poente, o Oceano Atlântico. Encontra-se a 20 Km da sede do concelho do Porto.

Com uma área aproximada de 21,11 Km<sup>2</sup> é constituído por cinco freguesias: Anta, Espinho, Guetim, Paramos e Silvalde.

A população é de quase 17 mil habitantes (Censos 2011). O Concelho beneficia de uma faixa costeira caracterizada por extensos areais. A sua área hidrográfica está inserida entre a grande Bacia do Douro e a Bacia do Vouga.

O concelho de Espinho localiza-se no eixo de ligação entre Aveiro e Porto. É atravessado pelas seguintes vias estruturantes: a A29 e o IC24. A A29 é o principal eixo rodoviário Norte-Sul e funciona como importante elemento de acessibilidade aos concelhos a norte pertencentes à Grande Área Metropolitana do Porto (AMP) e a sul com Ovar.

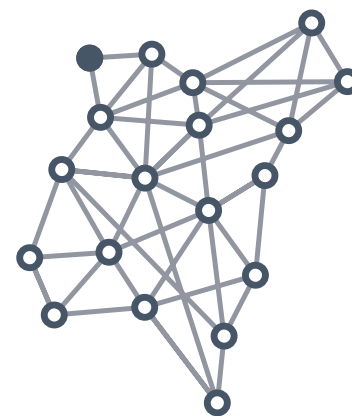
O IC24 constitui o eixo Nascente-Poente e liga a cidade ao nó da Auto-Estrada A1 Lis-

boa-Porto. Este eixo é de grande importância, já que permite a ligação rápida da cidade e do concelho à rede de auto-estradas, estabelecendo uma ligação à zona central da AMP, sem recurso às pontes do Douro entre Gaia e Porto.

Adicionalmente, o Concelho é ainda servido pelas EN 109, EN 109-4 e EN 326. As vias EN 109-4 e EN 326 atravessam o concelho de forma transversal funcionando como importantes ligações às freguesias limítrofes do concelho da Feira. A EN 109-4 permite ainda uma ligação ao nó da A1 em S. M da Feira e constitui uma via de acesso a importantes polos industriais e equipamentos, como o Europarque, p.e. A EN 326, além de complementar a acessibilidade da EN 109-4 aos pontos focados, garante a ligação entre a cidade de Espinho e vários aglomerados do concelho (como Anta, Esmojães e Altos-Céus) e fora deste, na zona limítrofe de S. M. da Feira (como é o caso de S. Paio de Oleiros, entre outros).

A Linha Ferroviária do Norte, que atravessa o Concelho na direcção Norte-Sul, tem um papel fundamental na acessibilidade ao Porto e aos concelhos envolventes da AMP.

Está em curso a obra de rebaixamento da linha no centro urbano que implicará uma melhoria da acessibilidade no interior da cidade.



Adicionalmente, a Linha do Vouga funciona como mais um elemento de ligação de Espinho às povoações localizadas a nascente.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 31 786 hab  
 Fonte: Censos 2011, INE

Espinho ocupa a 19ª posição na região Norte (dos 86 existentes), ocupando a 57ª posição a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo "Portugal City Brand Ranking" de 2017.

Na categoria "Negócios" ocupa a posição 29ª na Região, na categoria "Visitar" ocupa a 13ª e na categoria "Viver" ocupa o 25º lugar no Ranking Regional.

### Ranking Regional – Norte

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
19	Espinho	29	13	25	57

- Poder de compra *per capita* (2015): 104,6, encontrando-se assim acima da média nacional (100).  
 Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Espinho	18972	4743	12226

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 13,9  
 Fonte: Pordata

### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Espinho	76 151	84 008	9 669

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	762,0
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	800,0
Indústria, construção, energia e água	730,7
Indústrias transformadoras	744,0
Construção	609,7
Serviços	774,7



## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

A proximidade ao Porto (A29 e A1) e as acessibilidades como a A1 ligam a região aos grandes centros é um dos factores competitivos do Concelho.

De forma a favorecer a economia local, a Câmara de Espinho desceu, abaixo dos valores máximos definidos pelo Governo, alguns dos impostos a cobrar em 2017 e 2018.

Recentemente o Concelho tem evidenciado crescimento económico e uma maior solidez das empresas do concelho.

Assim, “as taxas para quem quer investir estão mais atractivas, os processos de execução mais céleres e abriu-se a porta a equipamentos estratégicos que têm de obedecer a dois critérios: serem inovadores e implicarem um investimento superior a um milhão de euros”.

O Plano Director Municipal (PDM) de Espinho foi revisto no sentido de permitir o acolhimento industrial em zonas onde anteriormente não era possível, de forma a potenciar investimentos que criem postos de trabalho e que, pelo seu valor, tenham efeitos multiplicadores no desenvolvimento económico e social.

Desta forma, recentemente, o concelho tem evidenciado crescimento económico e uma maior solidez das empresas do concelho.

O mercado imobiliário e o comércio têm demonstrado dinamismo.

A antiga Fosforeira Portuguesa foi transformada em complexo habitacional, comercial e de serviços.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

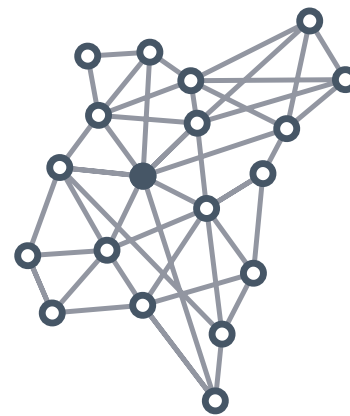
- ZI Souto e Monte
- ZI Paramos
- ZI Guetim
- ZI Barros
- Área de actividade económica de Cassufas e do nó da A41/A29

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

### Taxas a vigorar em 2017 e 2018

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): 0,44% para prédios urbanos (o máximo definido pelo Governo para 2017 foi 0,45%) e 0,8% para prédios rústicos.  
São aplicadas reduções para os imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes.
- Derrama: 1,4% (o teto é 1,5%)
- Percentagem de participação no IRS: 4,8%
- Taxa Municipal de Direitos de Passagem: isento

# Estarreja



## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Estarreja pertence ao Distrito de Aveiro e à Região Centro.

Com uma área de 108,11 km<sup>2</sup> e uma população de 26.997 é constituído por 5 freguesias: (Avanca; Beduído e Veiros; Canelas e Fermelã; Pardilhó; Salreu).

É limitado pelos concelhos de Ovar, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha e Murtosa.

Com influência marinha e da Ria apresenta uma diversidade de biótopos com grande importância do ponto de vista ecológico. Todo o concelho é recortado por linhas de água, sendo a mais importante o rio Antuã.

O Concelho é servido por uma importante rede viária: A1, A29, EN109 e A25.

A ligação à rede nacional de autoestradas A1 e A29 e a proximidade de acesso à A25 (ligação para Espanha e Europa, a 15 kms), além da EN109, servem o Concelho.

Adicionalmente, Estarreja conta com as vias internas de circulação rodoviária, com capacidade de circulação de 1 200 camiões/dia.

A Estação Ferroviária de Estarreja é uma interface da Linha do Norte, que serve a localidade de Estarreja.

Estarreja encontra-se a 23 kms do Porto marítimo de Aveiro e a 55 kms do Porto de Leixões. O Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, no Porto, está a 60 kms de distância.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 26 997 habitantes  
*Fonte: Censos 2011, INE*

Estarreja ocupa a 43<sup>a</sup> posição na região Centro (dos 100 existentes), ocupando a 136<sup>a</sup> posição a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo "Portugal City Brand Ranking" de 2017.

Na categoria "Negócios" ocupa a posição 28<sup>a</sup> na Região, na categoria "Visitar" ocupa a 65<sup>a</sup> e na categoria "Viver" ocupa o 30<sup>o</sup> lugar no Ranking Regional.

### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
43	Estarreja	28	65	30	136

- Poder de compra *per capita* (2015): 82,5 (média nacional: 100).

*Fonte: Pordata*

## População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Estarreja	17299	4079	3044

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 6,5  
Fonte: Pordata

## Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Estarreja	16 621	55 079	3 807

## Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	862,4
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	624,1
Indústria, construção, energia e água	989,8
Indústrias transformadoras	1 036,9
Construção	698,8
Serviços	736,0

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

Estarreja tem apostado na competitividade, criação de riqueza e emprego e na fixação da população.

O Eco Parque Empresarial de Estarreja tem tido um papel preponderante nesta aposta e posicionamento.

Com capacidade para mais de 100 empresas e com infra-estruturas e equipamentos de apoio, permite a instalação de actividades empresariais em lotes de diversas dimensões.

A aquisição de mais terrenos vem permitir que mais empresas invistam no concelho.

O município de Estarreja e a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) assinaram um protocolo para juntar as

duas entidades em acções de internacionalização e de investimento.

A AICEP considerou Estarreja um concelho “bastante competitivo”, dadas as valências em múltiplas áreas: fiscais, infra-estruturas, qualificação dos recursos humanos e acessibilidades.

O concelho tem captado a atenção dos investidores que aqui encontram “um parque empresarial de última geração, atractivo e com excelentes acessibilidades”.

O Centro de Negócios oferece diversos serviços e a Incubadora permite a instalação de *startups* e o desenvolvimento de novos negócios, com oferta de espaço e apoio.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

### • Eco Parque Empresarial de Estarreja<sup>1</sup>

O Eco Parque Empresarial de Estarreja dispõe de 290 hectares de área total e 160 ha de área de implementação empresarial.

A instalação de actividades empresariais (Industriais, Comerciais, Armazenagem e Serviços) pode ser feita em lotes de diversas dimensões, desde 1000 a 450 000 m<sup>2</sup>.

Conta com uma área social e de negócios, estacionamento, espaços verdes, arruamentos e passeios.

O parque pretende contribuir para a diversificação sectorial e reestruturação do sector transformador.

O Eco Parque Empresarial de Estarreja oferece infraestruturas e equipamentos de apoio. Está servido por redes de abastecimento público de água potável, água bruta para uso industrial, rede de combate a incêndios, rede separativa de recolha de águas pluviais, rede de gás natural, ligações à rede eléctrica nacional e ainda uma rede de telecomunicações.

Existe ainda uma rede de colecta de águas residuais, com ligação ao Sistema Multimu-

1. [http://www.cm-estarreja.pt/eco\\_parque\\_empresarial](http://www.cm-estarreja.pt/eco_parque_empresarial)

nicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, explorado pela empresa SIMRIA.

Com capacidade para mais de 100 empresas (153 lotes) o Eco Parque viu a sua capacidade de resposta reforçada com o novo Plano de Pormenor (permitindo a instalação de empresas de maior dimensão).

- **Centro de Negócios | GADE** – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Empresarial de Estarreja  
Situado no Eco Parque, o Centro de Negócios oferece vários serviços e valências e pretende reforçar a criação de emprego e o desenvolvimento económico do concelho e da região, melhorando a capacidade competitiva da região, a competitividade do tecido empresarial, a redução de custos de infraestruturas e serviços comuns, a fixação dos investidores e a deslocalização de unidades empresariais.

Valências:

- Auditório
- Sala de Exposições
- Consultório médico
- Salas de formação
- Recepção e serviços administrativos
- Restaurante e cafetaria
- Espaços comerciais para serviços
- Estacionamento dedicado
- Balneários e campo de jogos

- **Incubadora de Empresas do Município de Estarreja:** integrando a IERA disponibiliza uma área de aproximadamente 175m<sup>2</sup> para incubação e tem como objectivo “disponibilizar a todos os empreendedores as condições necessárias para a formação e o desenvolvimento de negócios baseados em tecnologias inovadoras”. Além do espaço, oferece uma série de serviços, tais como: orientação na fase de constituição e arranque da empresa; acompanhamento na elaboração do Plano de Negócios; aconselhamento jurídico, contabilístico e financeiro; *coaching*; serviços logísticos: sala de reuniões comum e serviços de apoio administrativo e secretariado.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES;

### Taxas a vigorar em 2017

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): 0,35% para prédios urbanos (avaliados nos termos do CIMI) e 0,8% para prédios rústicos.  
São aplicadas reduções para os imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes.
- Derrama: 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, relativamente ao rendimento gerado na área geográfica do Município de Estarreja (com referência ao ano 2016, a aplicar no ano 2017).  
No caso de sujeitos passivos com volume de negócios que não ultrapasse os 150 000€ é aplicada a taxa de 0,01% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.
- Percentagem de participação no IRS: 3% sobre colecta líquida do I.R.S. dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Estarreja.

# Ílhavo

## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Ílhavo pertence ao Distrito de Aveiro e à Região Centro.

Com uma área territorial de cerca de 76 km<sup>1</sup>, Ílhavo situa-se na Orla Litoral Sul do Distrito de Aveiro, fazendo parte da Região Centro e do Baixo Vouga do País, integrando igualmente a área da Ria de Aveiro. É atravessado pelo canal de Mira e pelo canal do Boco.

O Município de Ílhavo possui 1 828,5 ha de área urbana, 16,7 ha de equipamentos e parques urbanos e 227,9 ha de área industrial.<sup>1</sup>

O Concelho tem cerca de 38 598 habitantes (dados dos Censos de 2011) e subdivide-se em 4 freguesias (Gafanha da Encarnação; Gafanha da Nazaré; Gafanha do Carmo e Ílhavo – São Salvador). É limitado a norte e nordeste pelo município de Aveiro (limite terrestre a noroeste e através da ria a norte) e a sul por Vagos.

O Município é constituído por 29,3% de área agrícola, 38,6% de área urbana e 20,7% de área florestal.

Devido à sua localização junto à costa, o Concelho encontra-se profundamente ligado ao mar, assumindo a pesca um papel preponderante, em especial no que respeita ao processamento e transformação do bacalhau.

Contudo, com a diminuição da oferta de emprego nestas áreas, Ílhavo procurou desenvolver outras áreas de actividade, nomeadamente ligadas à indústria e ao comércio marítimo.

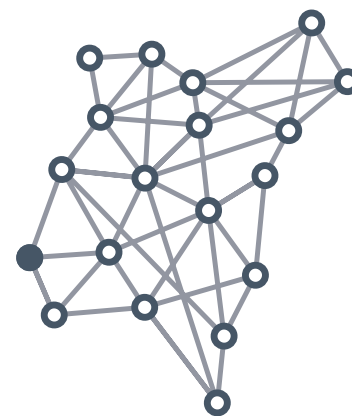
Relativamente a acessibilidades, Ílhavo encontra-se bem servido pela rede rodoviária, nomeadamente pela A25 e A17 e com fácil acesso à A1.

A rede rodoviária permite a acessibilidade a Lisboa (passando por Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém). A A25 liga Ílhavo ao interior do País e a Espanha, o que permitiu novas condições de dinamização económica, mais concretamente voltada para o comércio marítimo, para a indústria e para o turismo.

O município está dotado de excelentes meios de escoamento por via marítima. O Porto de Aveiro (sedeado na sua quase totalidade em Ílhavo) contribui para o desenvolvimento de toda uma região com acentuadas características industriais.

---

1. Anuário Estatístico da Região Centro do Instituto Nacional de Estatísticas



## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 38 598 habitantes  
 Fonte: Censos 2011, INE

Ílhavo ocupa a 24ª posição na região Centro (dos 100 existentes), ocupando a 93ª posição a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo "Portugal City Brand Ranking" de 2017.

Na categoria "Negócios" ocupa a posição 26ª na Região, na categoria "Visitar" ocupa a 28ª e na categoria "Viver" ocupa o 24º lugar no Ranking Regional.

### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
24	Ílhavo	26	28	24	93

- Poder de compra *per capita* (2015): 88,2 (média nacional: 100).  
 Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Ílhavo	21808	6419	6684

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 6,5  
 Fonte: Pordata

Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Ílhavo	70 845	84 885	6 425

Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	839,5
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	966,4
Indústria, construção, energia e água	816,4
Indústrias transformadoras	816,1
Construção	745,1
Serviços	862,4

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

Localização junto à costa;

Acesso fácil às auto-estradas A1, A25 e A17;

Localização do Porto de Aveiro, cujas instalações estão localizadas maioritariamente na Gafanha da Nazaré, com grande potencial de crescimento (já que possui área de expansão para permitir entrada e saída de navios de maior dimensão);

Localização de empresas de referência na economia industrial nacional (ex. porcelana Vista Alegre;

Acompanhamento dos empresários e dos investimentos; Apoio à ligação entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico nacional; Autarquia familiarmente responsável; Investimentos na área da economia do mar; Cluster de energias renováveis offshore; Espaços de localização empresarial de excelência e adaptados às várias fases de desenvolvimento empresarial; aposta na Indústria 4.0.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

- **Incubadora de Empresas do Município de Ílhavo**

Inserida no Polo de Incubação da Incubadora de Empresas da Região de Aveiro (IERA), coordenado pela Universidade de Aveiro, está alojada no **Centro de Investigação e Empreendedorismo do Mar (CIEMar-Ílhavo)**, junto ao Museu Marítimo de Ílhavo.

Tem como temática empreendedora a Economia do Mar e Gestão Marítima pelo que assume, no âmbito da IERA, uma presença diferenciada. Tendo como missão apoiar os empreendedores no desenvolvimento das suas ideias de negócio, disponibiliza espaços físicos (individualizados ou partilhados), assim como um conjunto de serviços e apoios que permitem transformar ideias em realidades empresariais.

Com capacidade para acolher 10 empresas em gabinete individual e 6 empreendedores em *coworking*, contempla assim estes espaços de incubação individuais e em regime de *co-working*, tal como sala de reuniões, sala polivalente, espaço verde e *foyer* com acesso 24h.

Disponibiliza ainda serviços de apoio administrativo e de apoio à incubação (estando incluí-

dos os serviços de limpeza, reprografia e apoio à divulgação e promoção das empresas).

Atualmente, com uma ocupação de cerca de 80% está disponível para “avaliar, alojar e apoiar novas ideias de negócio, especialmente, na área do desenvolvimento de novos produtos com forte incorporação de inovação e tecnologia na área da economia do mar, podendo os empreendedores também capitalizar de uma rede alargada de parcerias, com destaque para a Universidade de Aveiro e para o seu Parque de Ciência e Inovação”.

- **Gabinete de Apoio ao Empreendedor**

Tem como objetivo acompanhar as micro, pequenas e médias empresas instaladas ou que se pretendam instalar no Município de Ílhavo, prestando-lhes informação/formação e serviços nas mais diversas áreas, designadamente:

- Processo de criação da empresa
- Processo de licenciamento industrial
- Certificação de empresas
- Divulgação e esclarecimento sobre sistemas de incentivos ao investimento
- Elaboração de candidaturas a sistemas de incentivo (em condições a acordar)
- Cooperação Empresarial
- Acesso às redes europeias de cooperação
- Acesso ao European Enterprise Network (EEN)
- Disponibilização das Publicações da AIDA
- Formação Profissional
- Levantamento de necessidades das empresas em matéria de emprego e formação profissional
- Outros que venham a ser considerados de interesse para o tecido empresarial

## ZONAS INDUSTRIAIS

- **Zona industrial da Mota**, com cerca de 80ha e lotes entre os 2.000 e os 16.000 m<sup>2</sup> é o núcleo industrial de maior ocupação do Município de Ílhavo.



- Zona industrial das Ervasas, com cerca de 75ha e ligação à A17;
- Área de Acolhimento e Inovação Empresarial da Gafanha de Aquém, com cerca de 2ha, e lotes dos 600 aos 2.200 m<sup>2</sup>, pretendendo-se vocacionada para empresas na área da Indústria 4.0;
- Parque de Ciência e Inovação da Universidade de Aveiro / Creative Science Park, com uma área de 34ha, potencia a criação e o crescimento de empresas baseadas na inovação e o reforço da competitividade da região. O PCI tem disponíveis lotes e espaços para alojamento de empresas, apostando em cinco áreas diferenciadas: Energia; TICE; Agroindustrial; Materiais e Mar;
- Porto de Aveiro, sediado no Município de Ílhavo, serve a zona centro e norte do país, bem como o centro de Espanha. A autoestrada (A1) e a A25 são as principais acessibilidades terrestres ao porto, estando ainda dotado de acesso ferroviário. O Porto de Aveiro inclui vários terminais especializados, bem como o porto de pesca costeira e o porto de pesca longínqua, sendo servido também por via-férrea.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES;

### Taxas a vigorar em 2017

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): 0,375% para prédios urbanos (avaliados nos termos do CIMI) e 0,8% para prédios rústicos.  
IMI familiar: são aplicadas reduções para os imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes.
- Isenção parcial IMI dos edifícios com eficiência energética elevada (A+ ou A).  
Isenção total do IMI pelo período de dois anos aos prédios devolutos e/ou degradados que sejam objeto de recuperação destinada a arrendamento com rendas compreendidas entre os 225,00 e os 325,00 euros (para apoio a famílias carenciadas e incentivar a recuperação de imóveis devolutos e/ou degradados).
- Derrama: 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC  
Isenção do pagamento nos seguintes casos:
  - Sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse 150 000,00 euros;
  - Empresas que, durante o ano de 2017, se instalem no concelho e criem cinco ou mais novos postos de trabalho.
- Percentagem de participação no IRS: 5% (0% de desconto) sobre colecta líquida do I.R.S. dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Ílhavo.
- ANDC<sup>1</sup> Microcrédito: a Câmara Municipal de Ílhavo assinou um protocolo de parceria com a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), com o objetivo de apoiar pessoas com capacidades e ideias de negócio, mas que não têm meios ou condições para recorrer ao crédito. Trata-se de um mecanismo específico de financiamento que se destina a pequenos projectos de pessoas desempregadas ou em situação laboral precária, que não sejam elegíveis para os mecanismos de apoio específicos do IEFP. Candidaturas em <http://www.microcredito.com.pt/>.

1. Associação Nacional de Direito ao Crédito, pioneira do Microcrédito em Portugal, é uma associação privada sem fins lucrativos. A ANDC está credenciada como EPAT (Entidade Prestadora de Apoio Técnico) reconhecida pelo IEFP para os mecanismos de apoio à criação de Próprio emprego (CPE), apoio à criação de empresas (Microinvest e Invest+) e Investe Jovem.

# Mealhada

## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Município da Mealhada, pertencente à Região de Coimbra, apresenta uma localização privilegiada no Centro Litoral entre as principais áreas urbanas (Aveiro a norte e Coimbra a sul), com as quais mantém fortes relações funcionais.

Este Município insere-se num território que apresenta uma forte dinâmica, quer em termos populacionais, com acréscimos expressivos de população residente na década de noventa, quer económicos, com predomínio de actividades terciárias e, no caso dos Municípios da sub-região de Coimbra, também industriais.

Este Concelho pertence administrativamente à Região Centro – NUTS II e faz parte integrante da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra, NUTS III, sendo limitado a norte pelo Município de Anadia, a este pelos Municípios de Mortágua e Penacova, a sul pelo Município de Coimbra e a oeste pelo Município de Cantanhede.

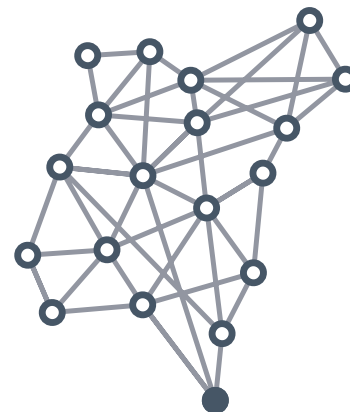
A identidade de ponto de passagem obrigatório existe em paralelo com a história das comunicações e transportes Portugueses, ponto de ligação entre Sul e Norte e ponto de ligação com Viseu e a Figueira da Foz, sendo eixo fun-

damental das comunicações dos correios, das linhas ferroviárias, com referência para a Pampilhosa e a sua estação centenária (que funcionou como polo dinamizador da economia), indústria e agricultura da região.

Neste contexto, a estrutura urbana do Município da Mealhada, assenta essencialmente em dois eixos viários principais (A1 e IC2) e, ainda, no eixo ferroviário que se desenvolve, estruturante ao nível da mobilidade de pessoas e mercadorias e portador de significado histórico, pelo que representou, e representa, para o desenvolvimento e competitividade do Concelho.

O Concelho da Mealhada é assim uma agregação multisectorial de freguesias, que, se confunde com a história, a cultura, a gastronomia e, sempre com uma importante vertente de desenvolvimento e iniciativa económica, seja de serviços de comércio e turismo, seja de indústria, bem como de agricultura (a zona da Vacariça e todos os seus terrenos de produção vinícola fazem parte integrante da zona da Bairrada e das suas rotas vinícolas).

Actualmente, a Mealhada é um Concelho completo e moderno, atractivo para empresas e emprego (no importante eixo de desenvolvimento económico Coimbra-Aveiro), paragem obrigatória para turismo (Natureza - Serra do Buçaco/ Luso; Termas e Água; Unidades ho-



teleiras de excelência) e gastronomia (Água, Pão, Vinho e Leitão); com dinamismo nas suas seis freguesias sem nunca descurar a coesão do seu território e as respostas sociais mais eficazes aos seus cidadãos mantendo princípios profundos de inclusão social.

O Concelho encontra-se subdividido em 6 freguesias: Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e União de Freguesias da Mealhada, Antes e Ventosa do Bairro.

A sua paisagem é definida por extensos vinhedos, que lhe conferem um merecido lugar de destaque na Região Demarcada do Vinho da Bairrada, e ainda pelo majestoso arvoredo da Serra do Bussaco.

O Concelho da Mealhada apresenta igualmente uma oferta turística diversificada, capaz de satisfazer todos os públicos. Para além da sua rica gastronomia, que ganhou uma nova dinâmica com as afamadas "4 Maravilhas da Mesa da Mealhada – Água | Pão | Vinho | Leitão", a Mealhada tem ainda uma oferta de excelência em áreas como o termalismo, a saúde e o bem-estar, o ar livre, o desporto e a enologia.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 20 428 habitantes  
Fonte: Censos 2011, INE

Mealhada é o 27º Concelho mais atractivo da região Centro (dos 100 existentes), ocupando o 99º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo "Portugal City Brand Ranking" de 2017.

Nas categorias "Negócios", "Visitar" e "Viver" "Viver" a tabela seguinte sintetiza as posições relativas do concelho.

### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
27	Mealhada	37	24	37	99

- Poder de compra *per capita* (2015):  
86,3 (média nacional: 100)  
Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Mealhada	11771	3394	3218

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 5  
Fonte: Pordata

### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Mealhada	29 978€	77 893€	5 421€

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	739,1
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	584,2
Indústria, construção, energia e água	820,5
Indústrias transformadoras	812,2
Construção	877,0
Serviços	707,6

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

- Não obstante tratar-se de um Concelho agrícola por tradição, à Mealhada não faltam hoje motivos para se considerar um lugar equilibrado em termos de actividades económicas. A par duma indústria de turismo que foi pioneira no país, há uma forte componente no sector das bebidas, na metalomecânica, na cerâmica e na hotelaria. Um parque industrial em Viadores devidamente estruturado e o palco privilegiado dum ninho de empresas actuais e agressivas. Com uma situação excelente, logo à saída da autoestrada A1, o Parque industrial da Pedrulha constitui um polo dinamizador do tecido empresarial do Concelho, dentro da política de equilíbrio ambiental, seguida pelo executivo e que tem em primeiro plano o factor poluente, como condição de instalação.

- Fiscalidade competitiva
- Boas acessibilidades - o Concelho da Mealhada é atravessado pela A1 com acesso pelo nó da Mealhada, pelo IC2, pela EN 234 (entre Mira e Mangualde) e por uma rede viária municipal extensiva a todas as freguesias. E, ainda, atravessado pelas linhas ferroviárias do Norte e da Beira Alta (ligação a Espanha), que se entroncam na estação da Pampilhosa.  
Com a sua situação geográfica impar na Região Centro, a Mealhada dista por autoestrada, 1 hora do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, a 2 horas do aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa e esta a menos de 1 hora dos portos de Aveiro e da Figueira da Foz, para os quais usufrui de excelentes condições de acessibilidade.
- Forte dinamismo do tecido empresarial local que impulsiona o desenvolvimento de sinergias e economias de aglomeração e de escala.
- Modelo de especialização produtiva assente sobretudo em indústrias que sustentam a sua competitividade na intensidade de recursos naturais, complementado com indústrias sustentadas pelo esforço de I&D (sobretudo no âmbito do cluster alimentar e do cluster do turismo).

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

Relativamente a zonas industriais, o Município da Mealhada usufrui de quatro zonas distintas geograficamente, para a retenção de novas empresas no Concelho e, com excelentes condições e vias de acesso para uma mobi-

lidade de transporte eficiente e sustentável. A saber:

- A **Zona Industrial de Viadores** é a mais antiga do Concelho da Mealhada e, constitui um dos principais polos de emprego no Concelho. Relativamente a acessibilidades, afirmando a dinâmica intermodal e o desenvolvimento desta área de localização empresarial, destaca-se o transporte rodoviário (pela sua ligação com o IC2/ EN1) e ferroviário (pela conectividade com os caminhos-de-ferro da CP), permitindo configurar logicas de competitividade e diferenciação, essenciais a projecção da Zona Industrial de Viadores, enquanto polo industrial e logístico fundamental.
- A **Zona Industrial da Pedrulha (ZIP)** é uma ambição estratégica do Município da Mealhada, no sentido de captar novos investimentos e promover o desenvolvimento económico local e regional. Esta área de localização empresarial localiza-se nas imediações do nó da Mealhada de acesso a A1, permitindo deste modo tornar-se num espaço extremamente apetecível, para a instalação de actividades/ empresas onde o factor da rapidez e eficiência da colocação de produtos no mercado assume uma grande importância.
- Assim, e de modo a fazer face ao referido contexto, o Município da Mealhada procedeu ao mapeamento das infra-estruturas potencialmente estruturantes para o desenvolvimento do território, bem como da Região. As infraestruturas dizem respeito à “Área de Localização Empresarial do Barrô” e a “Plataforma Logística da Pampilhosa”, projectos que o Município está a desenvolver.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES;

### Impostos e Taxas

- Percentagem de participação no IRS: 2% a percentagem de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e relativas aos rendimentos do ano de 2017.
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa no mínimo legalmente permitido por lei (0,3%), com redução para famílias com filhos.
- Derrama: 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e de 1,0% para os restantes.
- O Gabinete de Apoio ao Empreendedor (GAE) presta informações e dá apoio e acompanhamento na consolidação de projectos a todos os que pretendam criar o seu próprio negócio, auxiliando na identificação dos serviços de apoio que melhor se adequam a cada caso específico. O GAE da Câmara Municipal da Mealhada foi criado no âmbito da parceria com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), integrando o Projecto de Promoção do Empreendedorismo da Região de Coimbra - Construir Futuros, que visa a criação de uma rede de suporte à dinamização de iniciativas promotoras do desenvolvimento económico da região. O atendimento presencial é feito mediante marcação prévia.

# Murtosa

## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

A Murtosa situa-se na faixa litoral de Portugal, na região de Aveiro, a cerca de 80 km do Porto e a cerca de 30 km de Aveiro, e confina com os concelhos de Ovar, Estarreja, Albergaria-a-Velha e Aveiro, da Região Centro de Portugal, integrado no Distrito de Aveiro e na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

O concelho é constituído por 4 Freguesias – Bunheiro, Monte, Murtosa e Torreira – que se estendem por uma área de cerca de 74 Km<sup>2</sup>.

Dada a sua posição geográfica, encontra-se um pouco afastada, mas tem fácil acesso às principais vias de comunicação rodoviárias: A1, A29 e A25.

De acordo com os Censos 2011 a população actual é de 10575 indivíduos, tendo a Murtosa sido o Concelho que mais cresceu no Distrito de Aveiro, em comparação com os resultados de 2001.

Durante muitos anos a população Murtoseira emigrou. Deslocaram-se sobretudo para os Estados Unidos da América do Norte, Brasil e Venezuela, mas também para outras zonas do nosso país.

Em pleno coração da Ria de Aveiro, junto ao Mar, o Território Murtoseiro é dotado de um

património natural único, de elevada beleza paisagística e de grande riqueza ambiental.

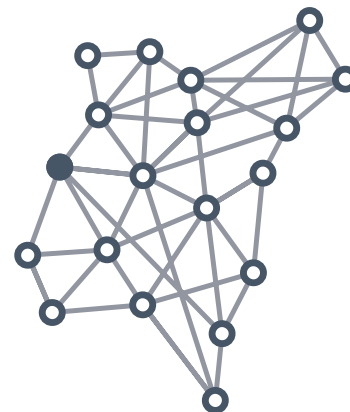
A morfologia plana convida o visitante a longos e tranquilos passeios, a pé ou de bicicleta, à descoberta da fauna e da flora, pelas margens ribeirinhas ou pelo meio dos campos férteis.

Da ancestral relação dos Murtoseiros com a Terra e a Água, persistem aquelas que foram, e continuam a ser, a par do Turismo e da Indústria, as principais actividades económicas do Município: a Agricultura e a Pesca.

O expoente máximo desta relação anfíbia é o ex-libris da Ria de Aveiro, o Moliceiro, provavelmente a mais bela embarcação do Mundo. Das águas da Ria, o Moliceiro – nome do barco e do homem que o manobrava – retirava o moliço, que servia, depois, para fertilizar a terra.

Possui um imenso areal da Praia de Mar da Torreira e praias lagunares: o Monte Branco, na Freguesia da Torreira, ou o Bico, na Freguesia da Murtosa.

Orgulhoso das suas Tradições e da sua História, o Município da Murtosa está de olhos postos no futuro, apostando no Turismo Ambiental e nos meios suaves de locomoção, em particular da bicicleta (projectos “Murtosa Ciclável” e “NaturRia”), como os dois vectores funda-



mentais de um desenvolvimento que se quer sustentado e sustentável, tornando o Território mais atractivo e amigo das pessoas.

A sua economia, fruto da sua localização e natureza, está muito ligada à agricultura e à pesca, às indústrias alimentares (conserveira) e também à fabricação de produtos metálicos, indústria da madeira e de mobiliário.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 10 585 habitantes  
Fonte: Censos 2011, INE

Murtosa é o 73º Concelho mais atractivo da região Centro (dos 100 existentes), ocupando o 223º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking” de 2017.

Nas categorias “Negócios”, “Visitar” e “Viver” “Viver” a tabela seguinte sintetiza as posições relativas do concelho.

### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
73	Murtosa	88	67	60	223

- Poder de compra *per capita* (2015): 69,4 (média nacional: 100)  
Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Murtosa	7238	1218	1044

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 5,1  
Fonte: Pordata

### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Murtosa	33 984	58 986	16 475

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	673,0
Agricultura, produção animal, caça, siveicultura e pesca	856,0
Indústria, construção, energia e água	678,0
Indústrias transformadoras	699,5
Construção	556,6
Serviços	655,0



## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

- Política fiscal competitiva;
- Imagem associada a actividades que promovam o desenvolvimento sustentável e o respeito pelo ambiente;
- Ecossistema empresarial dinâmico nos sectores ligados ao ramo alimentar.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

- Zona Industrial da Murtosa
- Incubadora de Empresas do Município da Murtosa

A Incubadora de Empresas do Município da Murtosa, faz parte da IERA (Incubadora de Empresas da Região de Aveiro), localizada numa antiga casa de estilo brasileiro totalmente reabilitada, hoje convertida, entre outras valências, em Arquivo Municipal e centro de exposições temporárias de jovens criadores, conjuga as boas condições de trabalho à centralidade geográfica.

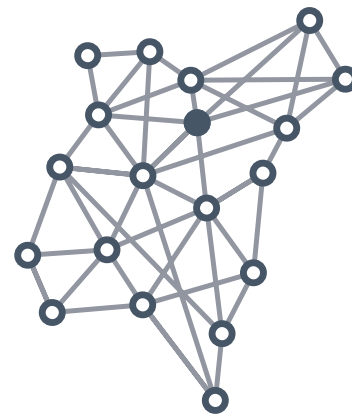
Os empreendedores poderão contar com as seguintes valências: um pequeno auditório, espaços de *co-working*, salas de reunião e individuais, serviços administrativos, ligação *wireless* em todo o edifício, uma *kitchenette* e um magnífico jardim interior.

Os recursos endógenos do território constituem uma oferta de excelência para a promoção de ideias de negócio/empresas nos sectores de actividade associados à mobilidade suave e ao turismo de natureza.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

- Percentagem de participação no IRS: 4% a percentagem de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e relativas aos rendimentos do ano de 2017.
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa de 0,33%, com redução para famílias com filhos.
- Derrama: isenção de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e de 0,4% para os restantes.

# Oliveira de Azeméis



## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Oliveira de Azeméis é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Aveiro, situada na Área Metropolitana do Porto (NUT III) da região Norte. É sede de um município subdividido em 12 freguesias: Carregosa, Cesár, Fajões, Loureiro, Macieira de Sarnes, Nogueira do Cravo e Pindelo, "Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail ([www.ufoaz.pt](http://www.ufoaz.pt))", Ossela, "Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz", São Martinho da Gândara, São Roque e Vila de Cucujães.

Com 163,41 km<sup>2</sup> de área, o município é ocupado por cerca de 70 000 habitantes.

É limitado a nordeste pelo município de Arouca, a este por Vale de Cambra e Sever do Vouga, a sul por Albergaria-a-Velha, a oeste por Estarreja e Ovar e a noroeste por São João da Madeira e Santa Maria da Feira.

Oliveira de Azeméis é uma importante localidade desde tempos imemoriais, sendo um local com presença humana comprovada, desde pelo menos 2000 a.C., nos castros de Ul e de Ossela. Mais tarde, transformou-se num ponto de paragem das vias romanas de Conímbriga-Porto e Lisboa-Braga, da qual subsiste o marco miliário da milha XII.

Outro factor que torna Oliveira de Azeméis num município de relevância é o seu tecido empresarial, com projecção nacional e internacional.

Em Oliveira de Azeméis produz-se sobretudo calçado, metalurgia e metalomecânica (com especial destaque para os moldes para a indústria de plástico), plástico (com destaque para os componentes para a indústria automóvel), produtos agro-alimentares (com destaque para os lacticínios), vidro, descasque e embalagem de arroz, colchões, confecções, cobres e loiças metálicas.

Em Oliveira de Azeméis, o tecido empresarial conta com um parque hoteleiro devidamente equipado e preferencialmente vocacionado para o turismo de negócios e com bons espaços destinados a seminários, feiras e outros eventos.

Embora sendo um município fortemente industrializado, o turismo é actualmente uma aposta forte aproveitando, por um lado, o seu variado e importante património arquitectónico, edificado, cultural, natural, e por outro, valorizando o turismo de negócios e de desporto, duas áreas com grande projecção a nível nacional e internacional.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 68 611 habitantes

Fonte: Censos 2011, INE

Oliveira de Azeméis é o 31º Concelho mais atractivo da região Norte (dos 86 existentes), ocupando o 84º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking” de 2017.

Nas categorias “Negócios”, “Visitar” e “Viver” “Viver” a tabela seguinte sintetiza as posições relativas do concelho.

### Ranking Regional – Norte

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
31	Oliveira de Azeméis	20	52	19	19

- Poder de compra *per capita* (2015): 83,4 (média nacional: 100)

Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Oliveira de Azeméis	45024	10124	7251

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 4,4

Fonte: Pordata

### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Oliveira de Azeméis	48 546	72 088	9 011

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	523,8
Indústria, construção, energia e água	831,9
Indústrias transformadoras	843,7
Construção	620,1
Serviços	732,4

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

- Forte vocação exportadora do Município em relação aos concelhos vizinhos
- O número de empresas tem vindo a crescer, essencialmente empresas dos sector secundário, o que comprova tendência para a industrialização
- Dimensão geográfica muito significativa
- Grande dinamismo empresarial
- Apreciáveis níveis de desenvolvimento humano, económico e social
- Diversidade e complementaridade sectorial da estrutura produtiva
- Elevada capacidade de internacionalização, demonstrada pelo número de empresas que coloca os seus produtos no mercado internacional ou que colabora com empresas estrangeiras, aliada a alguma abertura para a cooperação com o sistema científico e tecnológico e mesmo cooperação inter-empresarial
- A demonstração de uma capacidade empreendedora visível
- Boas acessibilidades ao País e à Europa (A1, IC1, IC2)
- Proximidades dos portos de mar de Leixões e Aveiro
- Proximidade ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e da via Ferroviária (linha Norte)
- Dimensão demográfica muito significativa e com uma percentagem apreciável de jovens e adultos activos.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

- **Gabinete de apoio ao empresário**  
O GAE (Gabinete de Apoio ao Empresário) é um serviço da Câmara Municipal para o atendimento e acompanhamento personalizado às empresas e empresários e visa contribuir para a sensibilização e formação de agentes do poder local e regional interessados em melhorar a sua capacidade de atracção e acolhimento de potenciais investimentos, assim como, a capacidade de resposta a eventuais oportunidades.

### Informação disponibilizada às empresas:

- difusão dos instrumentos e dos vários programas especiais de apoio na área do comércio, indústria, agricultura e serviços;
  - estabelecimento de canais de ligação com os agentes económicos dos Concelho e suas associações representativas;
  - acções de revitalização e animação, tanto na actividade comercial como em outros ramos profissionais;
  - esclarecimento de dúvidas sobre procedimentos administrativos, como sejam as exigências legais à actividade empresarial, licenças, alvarás, obrigações e benefícios fiscais, constituição de empresas, bem como o respectivo encaminhamento para a sua concretização”.
- Espaço à Formação e Informação Empresarial
  - Zona Industrial de Loureiro
  - Zona Industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo
  - Zona Industrial da Costa Má
  - Zona Industrial de Cesár

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

- Percentagem de participação no IRS: 5% a percentagem de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio

fiscal no concelho e relativas aos rendimentos do ano de 2017.

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa de 0,375%, com redução para famílias com filhos.
- Derrama: 0,75% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e de 1,2% para os restantes.
- **Azeméis Finicia - Fundo de Apoio Financeiro ao Investimento no Concelho de Oliveira de Azeméis**  
O Município de Oliveira de Azeméis colcoa à disposição das Micro e Pequenas Empresas do Concelho de Oliveira de Azeméis um produto financeiro inovador e atractivo comparativamente aos produtos da mesma natureza disponibilizados no mercado. Este produto destina-se a ser utilizado no financiamento de pequenos projectos de investimento, de uma forma exclusiva, ou complementar aos capitais próprios ou a capitais provenientes de outros sistemas. Os mecanismos e procedimentos do pedido de apoio pelo FUNDO pretendem-se simples e desburocratizados e os processos de tomada de decisão e concretização da operação, rápidos.

# Oliveira do Bairro

## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Oliveira do Bairro é um concelho situado na Região Centro, no Baixo Vouga, pertencendo ao distrito de Aveiro.

É limitado a Norte pelo município de Aveiro, a Nordeste pelo de Águeda, a Sueste pelo de Anadia, a Sul pelo de Cantanhede e a Oeste pelo de Vagos.

O concelho ocupa 86,6 Km<sup>2</sup> distribuídos por seis freguesias: Oliveira do Bairro, Oiã, Bustos, Troviscal, Palhaça e Mamarrosa.

A sede do concelho está situada em Oliveira do Bairro, freguesia que se tornou cidade a 26 de Agosto de 2003. O concelho integra a CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, Baixo Vouga.

Servido por uma ampla rede viária, sendo de referenciar como canais de apoio à rede de transportes, duas estações de caminhos de ferro (CP) da linha Norte, nomeadamente Oliveira do Bairro e Oiã, e as estradas nacionais 235 (Aveiro/ Malaposta, onde se encontra a EN1), com passagem por Oliveira do Bairro e Oiã; EN 335 (Aveiro/Cantanhede com passagem por Palhaça) e EN 333 – 1 (Vagos / Malaposta), com passagem por Bustos e Mamarrosa).

Oliveira do Bairro encontra-se numa situação geográfica privilegiada, uma vez que se trata de um lugar de passagem entre o litoral e o interior, e entre o norte e o sul.

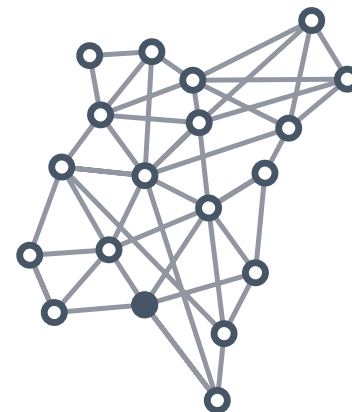
Classificado como concelho rural de 2ª ordem, Oliveira do Bairro consegue conjugar na perfeição a agricultura tradicional com a indústria extractiva onde os Barreiros assumem um lugar de destaque.

A vitivinícola é a actividade agrícola mais conhecida do concelho, com a produção do típico vinho da Bairrada, mas não é a única.

A agricultura de subsistência é ainda uma prática vulgar neste município. Nos últimos anos assumiu particular importância a cultura do Kiwi na região.

A localização privilegiada do concelho promoveu o crescimento de zonas industriais, em várias freguesias.

Contam-se mais de 400 empresas, especialmente vocacionadas para a indústria cerâmica de grande dimensão e para a metalomecânica, constituindo as mesmas grandes fontes empregadoras.



## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 23 028 habitantes  
Fonte: Censos 2011, INE

Oliveira do Bairro é o 53º Concelho mais atractivo da região Centro (dos 100 existentes), ocupando o 174º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking” de 2017.

Nas categorias “Negócios”, “Visitar” e “Viver” “Viver” a tabela seguinte sintetiza as posições relativas do concelho.

### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
53	Oliveira do Bairro	43	91	40	174

- Poder de compra *per capita* (2015): 81 (média nacional: 100)  
Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Oliveira do Bairro	13646	3564	3124

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 4,8  
Fonte: Pordata

Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Oliveira do Bairro	31 300	65 161	5 972

Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	783,7
Agricultura, produção animal, caça, sicultura e pesca	515,1
Indústria, construção, energia e água	784,6
Indústrias transformadoras	778,9
Construção	872,2
Serviços	783,6

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

- Proximidade do nó da auto-estrada (A1), que liga as duas maiores áreas metropolitanas do país (Lisboa e Porto), implantado a norte do concelho identificada com a saída Águeda/Oliveira do Bairro.
- Proximidade à sede do distrito, a cidade de Aveiro, com o seu ponto marítimo e ligação a Viseu e Vilar Formoso, através da A255;

- Tradição vitivinícola;
- Presença de grandes e inovadoras empresas da indústria cerâmica e metalomecânica;

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

- Zona Industrial de Oiã
- Zona Industrial da Palhaça
- Zona Industrial de Vila Verde
- Incubadora de Empresas do Município de Oliveira do Bairro

O Polo de Oliveira do Bairro da Incubadora de Empresas da Região de Aveiro (IERA) é um espaço privilegiado para apoio e capacitação de empreendedores que pretendam desenvolver novas ideias de negócio e testar a sua viabilidade num mercado altamente competitivo.

Situada bem no coração de Oliveira do Bairro, junto à Câmara Municipal, ao Quartel das Artes Dr. Alípio Sol e a 300 m da Estação de Caminhos de Ferro, a incubadora está implantada no piso 1 do Edifício do Mercado Municipal. Possui seis salas de incubação, incluindo sala de *co-working*, uma sala de formação e um espaço de *coffee break*, bem como serviços administrativos de apoio, que estão ao serviço dos empreendedores que aqui desejem instalar e desenvolver a sua ideia de negócio.

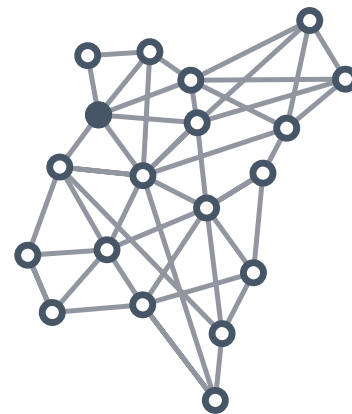
A incubadora funciona como uma estrutura de apoio disponibilizada aos empreendedores, ao nível físico e de formação e consultoria, para que testem a sua ideia de negócio, a implementem e se autonomizem nos mercados nacionais e internacionais.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

- Percentagem de participação no IRS: 4, 5% a percentagem de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e relativas aos rendimentos do ano de 2017.
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa de 0,3%, com redução para famílias com filhos.
- Derrama: 0,1% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e de 1% para os restantes.



# Ovar



## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Concelho de Ovar, com uma área de 150 km<sup>2</sup>, localiza-se no distrito de Aveiro e confronta a norte com o concelho de Espinho, a nascente com os concelhos de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, a Sul com os concelhos de Estarreja e Murtosa e a poente com o oceano Atlântico.

Ovar é a sede do Concelho, constituído por oito Freguesias: Arada, Cortegaça, Esmoriz, Maceda, Ovar, S. João de Ovar, S. Vicente de Pereira e Válega.

O seu desenvolvimento sócio-económico assentou, inicialmente, nas actividades ligadas ao mar e à ria e à agricultura, tirando partido da fertilidade dos seus solos.

Em meados do século XX, a sua matriz económica tornou-se industrial, dando emprego a uma significativa parte da população, destacando-se as indústrias têxtil e vestuário, a metalurgia e produtos metálicos, material eléctrico e montagem de automóveis e fabrico de componentes.

A existência de quilómetros de praias e enquadradas por pinhal e pela Ria Aveiro, criam ainda condições óptimas para diversas tipologias de actividades turísticas.

Com uma localização estratégica, todo o Concelho conta com boas acessibilidades, sendo servido pela Autoestrada A29, Estrada Nacional 109, pela Rede Ferroviária (Linha do Norte) e acesso à Autoestrada A1.

O concelho está a 38 km do Porto, a 40 km do Porto de Leixões, a 50 km do Aeroporto Francisco Sá Carneiro (Porto) e a cerca de 45 km de Aveiro e do seu porto.

Da localização estratégica do concelho às cidades do Porto e Aveiro, resulta a proximidade às Instituições de Ensino Superior (Universidades do Porto e de Aveiro).

Em termos de cuidados de saúde, todas as freguesias do Concelho dispõem de Centros de Saúde e a cidade de Ovar do Hospital de Ovar, Dr. Francisco Zagalo.

Existe ainda o Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE – Hospital S. Sebastião em Santa Maria da Feira (a cerca de 15 km).

Pelo segundo ano consecutivo o Município de Ovar é reconhecido pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis com o galardão da Bandeira Verde por ter práticas amigas das famílias.

O galardão, atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, organismo que acompanha as melhores práticas

em matéria de responsabilidade familiar e que avalia as políticas locais, baseou a sua avaliação nas políticas de família dos municípios em dez áreas de atuação: apoio à maternidade e paternidade; apoio às famílias com necessidades especiais; serviços básicos; educação e formação; habitação e urbanismo; transportes; saúde; cultura, desporto, lazer e tempo livre; cooperação, relações institucionais e participação social; entre outras iniciativas.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 55 398 habitantes

Fonte: Censos 2011, INE

Ovar é o 14º Concelho mais atractivo da região Centro (dos 100 existentes), ocupando o 54º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking” de 2017.

Nas categorias “Negócios”, “Visitar” e “Viver” “Viver” a tabela seguinte sintetiza as posições relativas do concelho.

### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
14	Ovar	10	18	15	54

- Poder de compra *per capita* (2015): 89,6 (média nacional: 100)

Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Ovar	33081	9157	7910

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 7,7

Fonte: Pordata

### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Ovar	52 592€	67 198€	12 113€

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	783,3
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	547,1
Indústria, construção, energia e água	831,2
Indústrias transformadoras	841,2
Construção	635,7
Serviços	717,8

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

- Excelente padrão de acessibilidades
- Forte articulação com o Sistema Científico e Tecnológico
- Ecossistema empresarial diverso e dinâmico
- Cultura de empreendedorismo que possa diferenciar o concelho
- Fiscalidade atractiva à fixação de empresas
- Existência de recursos humanos qualificados
- Ambiente urbano de qualidade.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

Todas as freguesias dispõem de Espaços de Actividades Económicas num total de 624ha o Solo Urbanizado e de 199Ha o Solo Urbanizável:

Freguesia	Solo Urbano (Ha)	Solo Urbanizável (Ha)
Arada	130,64	54,52
Cortegaça	65,92	9,64
Esmoriz	128,80	14,79
Maceda	8,15	16,48
Ovar	161,46	0,04
São João de Ovar	104,93	24,61
São Vicente de Pereira e Jusã	5,97	45,92
Válega	7,88	33,33

O Concelho dispõe de uma **Incubadora (Espaço Empreendedor)** que é o dinamizador do incentivo ao empreendedorismo de forma a alcançar a excelência numa cultura de inovação, competitividade e empreendedorismo, assumindo-se como um espaço:

- Onde os empreendedores/empresários podem desenvolver e implementar ideias/planos de negócio;
- Que promove o empreendedorismo qualificado e criativo;
- Que promove acções de formação, sessões de esclarecimento e *workshops* de forma a estimular a reflexão sobre boas práticas no domínio do empreendedorismo;
- Que incentiva e motiva o auto emprego;
- Que presta apoio na articulação: ideias de negócio/investidores/linhas de financiamento;
- Que incentiva e promove e realiza acções sobre empreendedorismo nas escolas;
- Que incentiva e apoia acções de empreendedorismo e inovação social;
- Que incentiva e apoia acções de empreendedorismo cultural e desportivo;
- Que incentiva a inserção de recursos altamente qualificados nas empresas;
- Que divulga as diferentes fontes de financiamento locais, nacionais e europeias integradas no quadro comunitário de apoio;
- Que incentiva as empresas a modernizar e actualizar o método de trabalho, de forma a aumentarem o desempenho, produtividade e competitividade;
- Que incentiva missões empresariais a outras regiões;
- Que incentiva/apoia a internacionalização das empresas;
- Que enaltece e premiará as empresas de sucesso;
- Que procede ao levantamento e caracterização do tecido empresarial do concelho;
- Que promove a divulgação de todo o tipo de acções no âmbito do empreendedorismo.

A Incubadora faz parte da IERA (Incubadora de Empresas da Região de Aveiro) que é constituída por uma rede de parceiros que inclui os Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), a Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA) e a Universidade de Aveiro (UA).

No Concelho existem dois GIP (Gabinete de Inserção Profissional) que promovem e incentivam a integração de forma sustentada dos desempregados no mercado de trabalho.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

As estratégias do Município de Ovar no sentido da captação de investimento e criação de emprego passam pela:

- Isenção de derrama para as pequenas empresas e para as sociedades criadoras de emprego;
- Redução das taxas de IMI e de IRS;
- Redução das taxas urbanísticas.
- Percentagem de participação no IRS: 3,00 % a percentagem de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e relativas aos rendimentos do ano de 2017.
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa de 0,38%.
- Derrama: isenção, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e de 1,5% para os restantes.

# Santa Maria da Feira

## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Santa Maria da Feira, com uma área de 215,87 km<sup>2</sup>, é o segundo maior concelho da Área Metropolitana do Porto (Região Norte), e o quinto com a maior dimensão populacional, com uma população de 139 312 habitantes, distribuídos por 21 freguesias. Designadamente: Argoncilhe, Arrifana, "Caldas de São Jorge e Pigeiros", "Canedo, Vale e Vila Maior", Escapães, Fiães, Fornos, Lourosa, "Lobão, Gião, Louredo e Guisande", Milheirós de Poiares, Mozelos, Nogueira da Regedoura, Paços de Brandão, Rio Meão, Romariz, Sanguedo, "Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo", Santa Maria de Lamas, São João de Ver, "São Miguel do Souto e Mosteirô" e São Paio de Oleiros.

Integra três cidades: Santa Maria da Feira, Lourosa e Fiães, e tem evidenciado uma dinâmica populacional positiva registando crescimentos populacionais nos períodos intercensitários de 1991-2001 (15%) e 2011-2011 (2%).

Tal como em Portugal, na Região Norte ou na AMP, também em Santa Maria da Feira se regista um menor número de população empregada no sector primário (436) e um maior número de população empregada no sector terciário (31 636). No entanto, Santa Maria da

Feira apresenta igualmente um elevado número de população empregada no sector secundário (27 689), confirmando a tradição industrial do concelho.

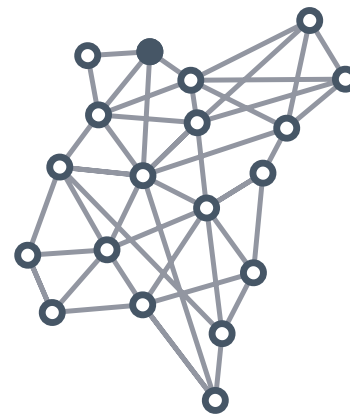
Com efeito, o concelho possui um tecido empresarial e industrial fortemente consolidado, dinâmico, de vocação exportadora, sede do maior centro mundial de transformação de cortiça, e de uma das maiores concentrações nacionais da indústria do calçado.

Estes dois sectores representam mais de 2/3 do volume de negócios do sector industrial concelhio, espelhando uma forte especialização das suas actividades económicas, que lhe conferem uma notoriedade.

Além destes sectores produtivos, merecem destaque a construção civil e as indústrias de papel, metalomecânica, puericultura, ferragens, tintas, etc.

Nos últimos anos, o sector terciário (comércio, turismo e serviços) impulsionou o desenvolvimento económico, como resultado de uma forte aposta em iniciativas e projectos culturais e criativas e de promoção turística, a par do surgimento e dinamização do Euro-parque.

Santa Maria da Feira destaca-se culturalmente pela sua importância histórica e patrimonial



(castelo, oferta museológica e arqueológica), pelos seus grandes eventos anuais (Imaginarium - Festival Internacional de Teatro de Rua, Viagem Medieval em Terras de Santa Maria ou Perlim - Quinta de Sonhos), e pelas suas fortes tradições (Festa das Fogaceiras).

A cultura representa em Santa Maria da Feira um forte elemento de dinamização económica e social.

Santa Maria da Feira encontra-se numa posição estratégica da AMP, devido aos principais corredores de atravessamento que conferem vantagens locativas de proximidade com centros de excelência de competitividade, como são o Porto, Aveiro e Coimbra.

As francas acessibilidades deste território às plataformas logísticas, com destaque para o aeroporto Francisco Sá Carneiro, Portos de Leixões e Aveiro, da Estação de mercadorias da CP em Espinho e a proximidade a infraestruturas de parques de base tecnológica e empresarial, dotam Santa Maria Feira de condições de atracção e de um conjunto de factores que geram vantagens competitivas de desenvolvimento nas suas diversificadas vertentes.

Os acessos à região e ao concelho são facilitados pela Autoestrada do Norte (A1), A32/IC2, pelos IC1 e IC2 e pela proximidade à A25/IP5.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 139 312 habitantes  
Fonte: Censos 2011, INE

Santa Maria da Feira é o 14º Concelho mais atractivo da região Norte (dos 86 existentes), ocupando o 37º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo "Portugal City Brand Ranking" de 2017.

Nas categorias "Negócios", "Visitar" e "Viver" "Viver" a tabela seguinte sintetiza as posições relativas do concelho.

### Ranking Regional – Norte

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
14	Santa Maria da Feira	12	19	10	37

- Poder de compra *per capita* (2015): 84,6 (média nacional: 100)  
Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Santa Maria da Feira	87814	20404	17430

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 7,2  
Fonte: Pordata

### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Santa Maria da Feira	62 752€	75 484€	20 365€

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	812,1
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	661,7
Indústria, construção, energia e água	800,6
Indústrias transformadoras	805,6
Construção	705,9
Serviços	833,4

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

- **Localização Geográfica Privilegiada:**
  - 20 Km do Porto
  - 10 Minutos da linha ferroviária
  - 20 Minutos do Aeroporto do Porto (Francisco Sá Carneiro)
  - 20 Minutos do porto de mar (Porto)
  - 40 Minutos do porto de mar (Aveiro)
  - Servido por 4 autoestradas com 11 nós de acesso (A1, A29, A32 e A41)

- **Diversidade de sectores económicos**

Santa Maria da Feira dispõe de um tecido empresarial e industrial fortemente consolidado, dinâmico, competitivo, de vocação exportadora e notoriedade externa. Para além da cortiça e calçado, dois sectores estruturantes para a economia nacional e local, Santa Maria da Feira acolhe centenas de outras empresas de base sólidas, que têm no horizonte a diversificação dos seus clientes e mercados, nomeadamente as indústrias do papel, tintas e cerâmica, meta-

lurgia, eletromecânica e puericultura.

Uma outra importante fileira económica que se destaca neste concelho é a das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a qual ocupa uma posição central nas economias modernas, enquanto produtor de bens e serviços de suporte, assumindo-se desta forma como catalisador da globalização, da economia do conhecimento e dos novos modelos de negócios das empresas, podendo actuar como um elemento transversal de qualificação de todos os sectores da economia local. Santa Maria da Feira é já hoje sede de cerca de 60 empresas das TIC, muitas delas com projecção e reconhecimento nacional e internacional, havendo condições para a criação de um ecossistema empresarial, um mini cluster, altamente especializado.

Outra estratégia económica no concelho de Santa Maria da Feira consiste na captação de empresas da área da Saúde, estando já sedimentados alguns projectos desta área, pelo que a aposta na criação de condições para a capacitação de pessoas e atracção de empresas em sectores/clusters é fundamental para o futuro da economia de Santa Maria da Feira - a Saúde e as TIC

- **Modernas Infraestruturas de apoio empresarial**

Santa Maria da Feira dispõe de infraestruturas capazes de fomentar um ambiente económico assente num espírito I&T (Inovação e Tecnologia) e com condições óptimas para o desenvolvimento de projectos empresariais competitivos, nomeadamente:

- CTCOR – Centro Tecnológico da Cortiça
- Feirapark - Parque de Ciência e Tecnologia (com Incubadora)
- Hubparque - centro de incubação, cowork e acolhimento empresarial promovido pela AETICE - Associação das Empresas de Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica.



- ISVOUGA e ISPAB, duas instituições de ensino superior na região.
- Proximidade a unidades de I&D de referência das Universidades de Aveiro, Porto e Coimbra
- Cincork – Centro de Formação Profissional da Indústria de Cortiça
- Centro de Formação Profissional de Rio Meão
- ALPE – Agência Local em Prol do Emprego
- Europarque (Centro Cultural e de Negócios)
  - Centro de Negócios e Conferências tem mais de 20 anos de experiência no acolhimento e organização de eventos pluridisciplinares, essencialmente de âmbito corporativo e institucional, com capacidades e funcionalidades ímpares.

Um Centro de Congressos à medida das necessidades de cada cliente e de cada evento, instalado numa área total de mais de 500 000 m<sup>2</sup>.

- Associações Empresariais sediadas e/ou com delegação no concelho de Santa Maria da Feira, que prestam apoio às empresas dos diferentes ramos de actividade económica.
  - a) AEF - Associação Empresarial da Feira;
  - b) APCOR – Associação Portuguesa da Cortiça;
  - c) ANIPC – Associação Nacional dos Industriais de Papel e Cartão
  - d) CCILA - Câmara do Comércio e Indústria Luso- Alemã

1. Recursos Humanos Qualificados
2. Políticas Municipais de Incentivo ao Investimento
3. Acompanhamento Personalizado a potenciais investidores e parceiros
4. Referência Nacional e Internacional na área da cultura, com oferta cultural diferenciadora ao longo de todo o ano
5. Qualidade de Vida
6. Vitalidade Económica

7. Proximidade ao Emprego
8. População maioritariamente jovem
9. Mercado imobiliário competitivo
10. Elevados níveis de segurança
11. Extensa e completa rede de saúde, educação e ação social
12. Património natural e arquitetónico de excelência
13. Forte sentido de pertença da comunidade.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

**Parques empresariais** devidamente infra-estruturados, com lotes disponíveis para o acolhimento de unidades industriais.

Lusopark

<http://www.bizfeira.com/pt/empresas-institucional/espacos-de-acolhimento-empresarial/parques-empresariais/lusopark/>

PERM

<http://www.bizfeira.com/pt/empresas-institucional/espacos-de-acolhimento-empresarial/parques-empresariais/perm-parque-empresarial/>

**Espaços de Actividades Económicas com empresas, no entanto há outros espaços ainda sem empresas**

1. Monte Grande - Fiães;
2. Casalinho - Lourosa;
3. Vila Maior - Canedo;
4. Roligo – Espargo;
5. Romariz;
6. Arrifana;
7. Rio Meão;
8. Cavaco;
9. Corujeira;
10. Mosteirô;
11. Milheirós de Poiares;
12. Nadais – Escapães;
13. Abelheira – Paços de Brandão;



14. Azenha – Paços de Brandão;
15. Valada – Santa Maria de Lamas;
16. Lapa de Cima;
17. Fial;
18. Concharinha;
19. Casal/Vilas;
20. Minhoteira;
21. Nogueira da Regedoura;
22. Fundão – Mozelos;
23. Ramil;
24. Cisto – Sanguedo;
25. Argoncilhe – Lourosa – Fiães – Sanguedo;
26. Silveirinha;
27. Gesteira;
28. Caldelas;
29. Sanfins;
30. Carvalhosa – Santo Estevão;
31. Valejada;
32. Lobão.

- **Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial** – serviço integrado na Câmara Municipal, cuja missão consiste em apoiar as empresas locais, nacionais e internacionais, em articulação com outras instituições públicas e privadas, para o desenvolvimento sustentável do tecido económico local e para a empregabilidade, numa perspectiva de modernização, competitividade e captação de investimentos nacionais e internacionais.
- **Feirapark** – Pretende acolher empresas e projectos inovadores, geradores de valor, disponibilizando para o efeito infra-estruturas de qualidade, prestando também um conjunto de serviços de valor acrescentado, que visam potenciar junto das empresas as melhores condições para o seu sucesso.
- **Hubparque** - Centro de incubação, cowork e acolhimento empresarial promovido pela AETICE - Associação das Empresas de Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica.

Tem por objectivo alavancar, concretizar e potenciar projectos na área das Tecnologias de Comunicação, Informação e Electrónica (TICE).

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

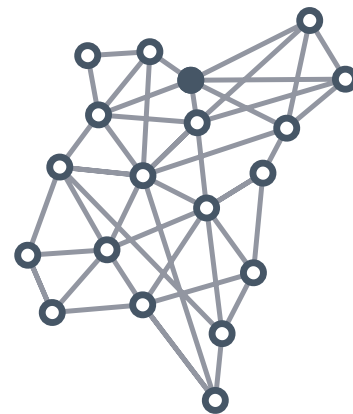
1. Isenção do pagamento de Taxas de Urbanização e Compensação nos Espaços de Actividades Económicas;
2. Via Verde Empresas, garante um permanente e total acompanhamento a todos os projectos de cariz empresarial que pretendam instalar-se no Concelho para que todo o processo seja mais rápido e simples. O apoio é realizado desde a fase da identificação do terreno ou do edifício, que melhor se adequa às especificidades do negócio em questão, até ao acompanhamento da fase de licenciamento do projecto da nova construção ou de alteração/adaptação do edifício já existente.

3. Projecto Bizfeira [www.bizfeira.com](http://www.bizfeira.com) está disponível para divulgar o saber fazer e os produtos de altíssima qualidade, os empresários nacionais e estrangeiros, as pessoas individuais ou grupos, empresários da diáspora lusitana, emigrantes e imigrantes, habitantes em S. M. da Feira ou em qualquer local do mundo, todos os que sentem que Santa Maria da Feira faz parte da sua vida.

Este projecto dispõe de uma Plataforma designada por “Plataforma Bizfeira”, na qual disponibilizamos um conjunto de informação de cariz económico destinada às empresas, bem como de uma base de dados de empresas dos mais variados sectores económicos.

- Percentagem de participação no IRS: 5% a percentagem de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e relativas aos rendimentos do ano de 2017.
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa de 0,4%, com redução para famílias com filhos.
- Derrama: 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e de 1,5% para os restantes.

# São João da Madeira



## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

São João da Madeira é a sede do mais pequeno concelho do país em área, possuindo apenas uma freguesia. Todavia, é uma das maiores cidades do Distrito de Aveiro, estando integrada na Área Metropolitana do Porto.

S. João da Madeira faz fronteira a Norte com a freguesia de Milheirós de Poiares e a Oeste com a freguesia Arrifana, ambas do Concelho de Santa Maria da Feira, a Sul com a freguesia de Cucujães e Vila-Chã de S. Roque, e a Este com Nogueira do Cravo e Macieira de Sarnes, do Concelho de Oliveira de Azeméis.

Dispondo de boa acessibilidade ao IC2, S. João da Madeira tem ligação directa à auto-estrada A32, facilitando em especial as deslocações de e para o Porto.

Embora não directamente, S. João da Madeira tem ainda a pouca distância os acessos à Auto-estrada A1, que liga o Porto a Lisboa, e à A25, importante eixo de ligação a Espanha.

S. João da Madeira ocupa um lugar de destaque no mapa empresarial português. Conhecida em particular pela sua forte indústria do calçado – sendo detentora da marca “Capital do Calçado” –, a cidade caracte-

riza-se por uma grande diversidade empresarial, exportando produtos de qualidade para os quatro cantos do mundo, fruto do dinamismo e capacidade inovadora de todos quantos vivem e trabalham na única freguesia do concelho.

Outras actividades ligadas à indústria transformadora incluem indústrias de componentes de automóveis, têxtil e fundição e tubos.

S. João da Madeira orgulha-se de ser conhecida como a Cidade do Trabalho, mas passou a ser reconhecida também pela qualidade de vida, sendo de destacar o facto de ter sido distinguida em diferentes estudos como uma das melhores para se viver em Portugal.

Em 2010, conquistou mesmo o 1.º lugar num estudo efetuado pelo Instituto de Tecnologia Comportamental.

Têm-se igualmente registado importantes avanços na intensificação da rede de acessibilidades, seja no sentido físico, seja no sentido tecnológico – melhorando o relacionamento entre a autarquia e os cidadãos pela via digital.

Neste capítulo merece particular referência a construção da auto-estrada A32 (S. João da Madeira-Carvalhos) e a criação da Sanjonet,

uma rede municipal de *internet* sem fios gratuita, que faz de S. João da Madeira o primeiro município wireless do País.

Ao nível do planeamento, destaca-se o trabalho feito para a cidade pelo conceituado arquitecto Souto Moura. S. João da Madeira está ainda a beneficiar das acções desenvolvidas no âmbito da Agenda 21 Local, programa liderado pela autarquia sanjoanense, com o apoio técnico da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica. Uma iniciativa pioneira no Norte do País, com o objectivo contribuir para o desenvolvimento sustentado do concelho.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 21 713 habitantes  
Fonte: Censos 2011, INE

São João da Madeira é o 25º Concelho mais atractivo da região Norte (dos 86 existentes), ocupando o 74º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking” de 2017.

Nas categorias “Negócios”, “Visitar” e “Viver” “Viver” a tabela seguinte sintetiza as posições relativas do concelho.

### Ranking Regional – Norte

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
25	São João da Madeira	22	33	24	74

- Poder de compra *per capita* (2015): 136,1 (média nacional: 100)  
Fonte: Pordata

## População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
São João da Madeira	12516	3838	3525

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 6,4  
Fonte: Pordata

## Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
São João da Madeira	68 715	69.357	20 365€

## Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	802,1
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	ND
Indústria, construção, energia e água	854,3
Indústrias transformadoras	858,2
Construção	662,3
Serviços	738,9

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

- Qualidade de Vida;
- Forte tradição industrial;
- Recursos Humanos Qualificados e com experiência industrial
- Aposta na inovação e na criatividade
- Sede de importantes empresas

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

- Zona Industrial das Travessas
- Zona Industrial do Orreiro
- Zona Industrial da Devesa Velha
- Zona Industrial da Oliva.

A requalificação das zonas industriais incluiu a execução de infra-estruturas de telegestão, com introdução de fibra óptica, ao mesmo tempo que se melhoram arruamentos e espaço público na envolvente às empresas.

- **Sanjotec-Centro Empresarial e Tecnológico**  
Projecto estruturante para S. João da Madeira e para a região é a Sanjotec-Centro Empresarial e Tecnológico, que constitui uma oportunidade de atrair empresas de base tecnológica à cidade, criando emprego mais qualificado, com mais valor acrescentado e com melhores níveis de rendimento.

- **Centro Tecnológico do Calçado e o Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado**

O primeiro apoia as empresas do sector no que diz respeito à qualidade dos produtos e inovação tecnológica; o segundo, tem por objectivo responder com soluções rápidas às principais carências da indústria, em termos de formação profissional.

- **“Oliva Creative Factory”**, que inclui uma Incubadora de Negócios Criativos. Este centro está a nascer no antigo pólo industrial da metalúrgica Oliva.

Outro espaço desativado da antiga Oliva, o edifício da sua emblemática Torre, alberga o Welcome Center dos “Circuitos pelo Património Industrial” de S. João da Madeira. Trata-se de um produto turístico criado pelo

Município que conjuga a recuperação e a preservação do espólio industrial da região e que projecta o património como fonte de dinamização turística daquele que é um polo incontornável do mapa empresarial português.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

- Percentagem de participação no IRS: 4, 5% a percentagem de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e relativas aos rendimentos do ano de 2017.
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa de 0,35%, com redução para famílias com filhos.
- Derrama: 0,85% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e de 1,45% para os restantes.

# Sever do Vouga

## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O concelho de Sever do Vouga localiza-se no limite Oriental do Distrito de Aveiro, na região Centro beneficiando da proximidade relativa de alguns importantes centros urbanos, nomeadamente Aveiro, Coimbra, Porto e da proximidade de dois dos principais eixos rodoviários portugueses, a A1, que liga Lisboa ao Porto e a A25, via de acesso e de abertura do Concelho ao País e à Europa.

Tem como Concelhos limítrofes Vale de Cambra, Águeda, Albergaria-a-Velha e Oliveira de Azeméis, todos pertencentes ao Distrito de Aveiro e Oliveira de Frades que pertence ao Distrito de Viseu.

Constituem-no nove Freguesias: Cedrim do Vouga, Couto de Esteves, Dornelas, Paradelas do Vouga, Pessegueiro do Vouga, Rocas do Vouga, Sever do Vouga, Silva Escura e Talhadas.

Possui uma população residente de 13 183 habitantes, a qual se distribui economicamente pelos seguintes sectores de actividade: sector I (7,45%), sector II (53%) e sector III (39,5%)

Situado no centro do País, mais concretamente na transição entre a Beira Litoral (serra) e o Litoral, o seu cunho geomorfológico e cultural

- património edificado e popular - determinam a tipicidade de uma região do interior.

A existência de uma exploração agrícola de minifúndio, sujeita às vicissitudes do relevo (socalcos), associada à utilização de técnicas agrícolas tradicionais, confere-lhe um estatuto de agricultura de subsistência.

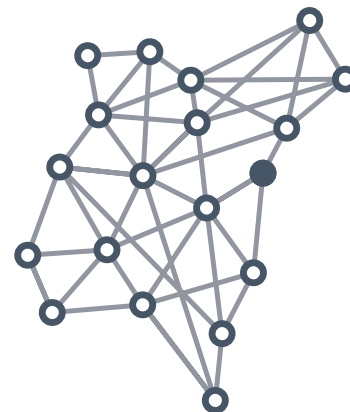
O sector industrial, com cerca de 53% da população activa é aquele que tem tido mais preponderância no desenvolvimento económico e social, pelo que, novas áreas industriais foram já criadas e perspectiva-se a criação de mais três pequenas zonas industriais.

As actividades económicas de maior relevo são na área da indústria alimentar, metalomecânica e serralharia, construção civil, transformação de pedra, seguidas de mobiliário e calçado.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 12 356 habitantes  
*Fonte: Censos 2011, INE*

Sever do Vouga é o 65º Concelho mais atractivo da região Centro (dos 100 existentes), ocupando o 200º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking” de 2017.



Nas categorias “Negócios”, “Visitar” e “Viver” “Viver” a tabela seguinte sintetiza as posições relativas do concelho.

#### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
65	Sever do Vouga	60	75	75	200

- Poder de compra *per capita* (2015): 74,1 (média nacional: 100)  
*Fonte: Pordata*

#### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

*Fonte: Censos 2011, INE*

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Sever do Vouga	7900	1803	1399

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 5,6  
*Fonte: Pordata*

#### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

*Fonte: Pordata*

	Total	Urbanos	Rústicos
Sever do Vouga	10 025€	40 067€	2 056€

#### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	780,1
Agricultura, produção animal, caça, sicultura e pesca	542,5
Indústria, construção, energia e água	837,7
Indústrias transformadoras	845,8
Construção	807,7
Serviços	698,1

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

- Padrão de acessibilidades
- Política fiscal
- Custo dos terrenos
- Tradição industrial

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

- Zona Industrial de Talhadas
- Zona Industrial de Padrões
- Zona Industrial de Cedrim
- Zona Industrial de Irijó
- Zona Industrial de Decide
- IERA Incubadora de Empresas da Região de Aveiro

O Vougapark é uma área de acolhimento empresarial onde está inserida a Incubadora de Empresas do Vougapark, estando os 984m<sup>2</sup> destinados à incubação de empresas distribuídos por 20 gabinetes individuais e um espaço co-working com capacidade para acolher 30 empresas que desenvolvam a sua actividade económica nas áreas da Metalomecânica, Agro-negócios, Turismo (associado à Saúde e ao Desporto/Aventura) e Floresta. A atractividade proporcionada pelas condições altamente vantajosas como o apoio técnico e logístico, o acesso a aconselhamento empresarial, o observatório de inovação e as redes de contactos, de serviços e de parcerias com outras incubadoras e polos tecnológicos, potenciam os projectos instalados neste polo IERA e contribuem para fomentar o empreendedorismo na região.

fiscal no concelho e relativas aos rendimentos do ano de 2017.

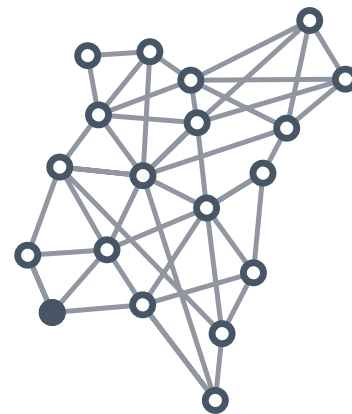
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa de 0,325%, com redução para famílias com filhos.
- Derrama: 1% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e de 1,25% para os restantes.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

- Percentagem de participação no IRS: 5% a percentagem de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio



# Vagos



## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O município de Vagos pertence ao distrito de Aveiro, na região Centro, estando dividido em 8 freguesias: Calvão, Fonte de Angeão e Covão do Lobo, Gafanha da Boa Hora, Ouça, Ponte de Vagos e Santa Catarina, Santo André de Vagos, Sosa, Vagos e Santo António.

Tem como limites territoriais a Norte os concelhos de Ílhavo e Aveiro, a Sul os concelhos de Mira e Cantanhede, a Este ainda o concelho de Cantanhede e Oliveira do Bairro e a Oeste o mar. As boas acessibilidades do município garantem a proximidade aos grandes centros urbanos. Dista 12 km da capital do distrito, Aveiro, 230 km de Lisboa e 70 km do Porto.

O Município é atravessado pela Auto-Estrada A17 e pela EN109, com acessos fáceis ao porto de Aveiro e da Figueira da Foz.

A sua localização litoral e a relação com a ria, faz do concelho uma região privilegiada em termos de beleza natural e, assim, propício à actividade turística.

Devido à fertilidade dos seus solos, Vagos teve na agricultura um grande suporte na sua economia, facto que tem vindo a ser alterado, assistindo-se a um notável desenvolvimento industrial decorrente da criação de uma gran-

de zona industrial e da reestruturação e qualificação da rede viária.

Nos anos mais recentes, tem-se assistido a avultados investimentos relativas à instalação de grandes unidades industriais no concelho.

Das actividades industriais são de destacar a indústria cerâmica, a metalúrgica e a alimentar.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 22 851 habitantes

Fonte: Censos 2011, INE

Vagos é o 47º Concelho mais atractivo da região Centro (dos 100 existentes), ocupando o 149º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking” de 2017.

Nas categorias “Negócios”, “Visitar” e “Viver” “Viver” a tabela seguinte sintetiza as posições relativas do concelho.

### Ranking Regional – Centro

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
47	Vagos	32	66	44	149

- Poder de compra *per capita* (2015): 69,0 (média nacional: 100)  
*Fonte: Pordata*

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

*Fonte: Censos 2011, INE*

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Vagos	14130	3406	2661

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 4,4  
*Fonte: Pordata*

### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

*Fonte: Pordata*

	Total	Urbanos	Rústicos
Vagos	38 678€	83 269€	9 808€

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	748,7
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	645,4
Indústria, construção, energia e água	757,0
Indústrias transformadoras	773,6
Construção	587,0
Serviços	741,1

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

- Padrão de acessibilidades de qualidade (entre dois nós da auto-estrada A17 (Vagos e Ílhavo), próximos da A25 que liga o Porto de Aveiro à fronteira de Vilar Formoso e próximo da A1)
- Sede de importantes empresas
- Terrenos infra-estruturados
- Flexibilidade na configuração dos lotes, permitindo uma perfeita adaptação à configuração de implantação das empresas, evitando investimentos em espaços desnecessários e ajustando-se às necessidades de grandes, média e pequenas empresas.
- Proximidade às Universidades de Aveiro, de

Coimbra e Porto com todas as vantagens que isto acarreta desde a transmissão de tecnologia, investigação, conhecimento de Know-how, bem como a formação de quadros e mão-de-obra qualificada.

- Existência de vários polos de formação administrados pelas associações empresariais da região, tais como o Núcleo Empresarial de Vagos, AIDA e ACIB, e pelo Centro de Formação Profissional para qualificação de funcionário.
- Proximidade de vários polos urbanos: Vagos, Ílhavo, Aveiro e Oliveira do Bairro.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

- **Zona Industrial de Vagos** - ocupa uma área de cerca de 115 hectares, distribuída em 139 lotes afetos a actividade Industriais e 5 lotes afetos a equipamentos e serviços. Encontra-se servida totalmente de todas as infraestruturas básicas e de um vasto conjunto de equipamentos e serviços que servem as cerca de 80 empresas, de diversos sectores produtivos, que se encontram sediadas na ZI Vagos.

A vertente ambiental está também patente nesta Zona Industrial, onde cerca de 36 hectares estão reservados a Áreas Arborizadas de Protecção.

As condições de acessibilidade à zona industrial são marcadas essencialmente pela existência de dois eixos principais:

- A ligação através da estrada municipal 593 entre a costa litoral (Vagueira) e a Vila de Vagos, onde encontra a EN-109 e a ligação ao eixo estruturante A17.
- A estrada florestal que faz ligação à A25 e consequentemente ao Porto de Aveiro.
- **Parque Empresarial de Soza** - está territorialmente implantado junto à A17, entre o nó de Vagos e o nó de Ílhavo, a cerca de 5 Km da A25 que liga Aveiro a Vilar Formoso, a 7 Km da Universidade e do Hospital de Aveiro e bem próximo do Porto de Aveiro, constituindo um projecto ajustado aos no-

vos imperativos de ordenamento do território e de qualificação ambiental. Está preparado para acolher unidades empresariais de significativa dimensão, deitando de uma área total de cerca de 330ha.

O Parque Empresarial de Soza (PES) assume-se como uma área de localização empresarial com preocupações de crescimento económico, de protecção do ambiente e de desenvolvimento social da região.

O Parque Empresarial do Soza tem um código de conduta exemplar de prevenção da poluição, de cumprimento de requisitos legais ambientais e de melhoria contínua do desempenho das empresas que aí exercem as suas actividades. O desenvolvimento eco-industrial conduz a um crescimento industrial mais competitivo, eficiente e “limpo”. A estruturação desta área de desenvolvimento económico terá por base um planeamento urbanístico e ambiental programado e articulado, de forma a criar uma zona empresarial devidamente infra-estruturada, como condição de recepção básica à atracção de novos e mais investimentos.

A gestão do parque pretende vir a ser considerada um exemplo modelo na estratégia de implementação de uma nova gestão de Parques Empresariais. Trata-se de uma iniciativa pioneira no país, onde as preocupações e necessidades postuladas por empreendedores e investidores de outros parques, já instalados, são tidas em consideração pela actual direcção do Parque Empresarial.

- **PMais Vagos – Sociedade Gestora de Parques Empresariais de Vagos, S.A.** tem por objecto principal a concepção, construção, promoção, comercialização e gestão de parques empresariais localizados no concelho de Vagos, bem assim como quaisquer outras actividades acessórias ou complementares ao seu motivo principal.

A Mais Vagos é a sociedade gestora da operação de loteamento do Parque Empresarial de Soza e a proprietária inicial de todos os lotes que o integram, assumindo também, o papel de entidade prestadora de serviços, ao colocar à disposição das empresas utentes do Parque um conjunto de serviços de reconhecido interesse para o Parque ou para as próprias empresas aí a instalar.

- **IERA Incubadora de Empresas da Região de Aveiro: Incubadora de empresas do Município de Vagos**

A Incubadora de empresas do Município de Vagos funciona desde Outubro de 2014, no Edifício de Equipamento e Apoio Social e Administrativo da Zona Industrial de Vagos, disponibilizando, 2 gabinetes individuais, 1 espaço de *cowork*, uma zona de convívio e uma sala de reuniões.

Para além destas valências, os utentes do Polo de Vagos poderão utilizar outros espaços como um auditório polivalente com capacidade para 130 pessoas, 4 salas de formação, um jardim interior.

No edifício estão instalados, ainda, um restaurante, um infantário pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Vagos, algumas empresas prestadoras de serviços e a sede do Núcleo Empresarial de Vagos.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

- Percentagem de participação no IRS: 4,5% a percentagem de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e relativas aos rendimentos do ano de 2017.
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa de 0,3%, com redução para famílias com filhos.
- Derrama: isenção de derrama durante os primeiros 10 anos, para novos investimentos, 0,25% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e de 1,25% para os restantes.

# Vale de Cambra

## 2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Concelho de Vale e Cambra integra-se no Distrito de Aveiro, já pertencendo à Área Metropolitana do Porto (Região Norte), possui uma área de 146,2Km<sup>2</sup> e está dividido administrativamente em sete freguesias: Arões, Cepelos, Junqueira, Macieira de Cambra, Roge, São Pedro de Castelões e “Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho”.

Vale de Cambra em comparação com os concelhos envolventes situa-se numa situação de transição entre o litoral e o interior, apresentando valores de crescimento populacional inferiores em relação ao concelho que se situa a oeste (Oliveira de Azeméis), mas claramente superiores aos registados nos concelhos localizados no quadrante Este (Oliveira de Frades, Sever do Vouga, S. Pedro do Sul).

A economia local sofreu um forte processo de industrialização na primeira metade do século XX, relacionado com o aproveitamento dos seus recursos naturais – indústrias alimentares (conservas de carne, lacticínios) e de madeira.

A partir dos anos 60, começou a registar-se um peso crescente da metalomecânica, sendo dos concelhos nacionais onde este valor é mais significativo, sendo conhecido como o

polo metálico da Região Norte.

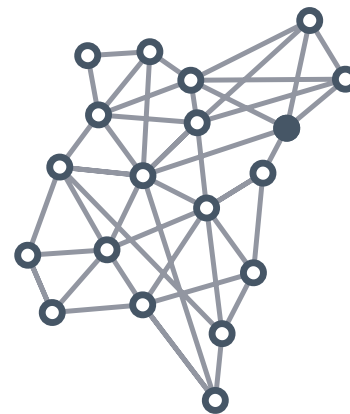
No concelho de Vale de Cambra existe apenas uma indústria extractiva (Pedreira).

Devido à sua proximidade do litoral, beneficia do facto da recente A32 encontrar-se a apenas 5 minutos, ficando a ligação a Norte, Cidade do Porto e ao Aeroporto Sá Carneiro, a cerca de 35 minutos.

A Sul, o acesso à Cidade de Aveiro é efectuado através do IC2 - A29 cujo tempo médio de viagem é de 30 minutos. A Nascente, a E.N. 328 liga o concelho ao eixo rodoviário internacional através da A25, com excelente acesso para a vizinha Espanha.

O desenvolvimento e a afirmação nacional através da indústria dos lacticínios, tornou possível a implantação de algumas empresas de grande peso a nível nacional e internacional, sendo Vale de Cambra detentor de um grande poder industrial onde os sectores da metalomecânica, embalagens, madeiras e automação merecem maior destaque.

Para além da presença de indústria de referência nacional e mundial ao nível de matérias como a madeira, o inox e as embalagens metálicas, a agricultura ainda hoje se destaca ao longo de uma paisagem verde e natural, possuindo ainda um vasto património imaterial e edificado.



Vale de Cambra tem apostado ainda no Turismo, alicerçado no património e nas suas tradições singulares, procurando tirar partido da localização que permite afirmar-se como a “porta das Montanhas Mágicas”, à entrada de quem sobe as Serras que circunda o concelho, e também, por outro lado, como convite para o Litoral a meio caminho entre as cidades do Porto e Aveiro.

## 2.2 DADOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

População Residente: 22 864 habitantes  
Fonte: Censos 2011, INE

Vale de Cambra é o 43º Concelho mais atractivo da região Norte (dos 86 existentes), ocupando o 121º lugar a nível Nacional (dos 308), segundo o estudo “Portugal City Brand Ranking” de 2017.

Nas categorias “Negócios”, “Visitar” e “Viver” “Viver” a tabela seguinte sintetiza as posições relativas do concelho.

### Ranking Regional – Norte

Região	Concelho	Negócios	Visitar	Viver	Posição (País)
43	Vale de Cambra	37	47	39	121

- Poder de compra *per capita* (2015): 88,2 (média nacional: 100)

Fonte: Pordata

### População Residente por Nível de Escolaridade 2011

Fonte: Censos 2011, INE

	Básico	Secundário	Superior ou outro
Vale de Cambra	14353	3211	2856

- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos (2016): 4,6

Fonte: Pordata

### Valor médio dos prédios transacionados: total, urbanos e rústicos (2015)

Fonte: Pordata

	Total	Urbanos	Rústicos
Vale de Cambra	25 358	51 940	7 792

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de actividade económica (euros)

Total	872,1
Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca	525,9
Indústria, construção, energia e água	904,5
Indústrias transformadoras	917,5
Construção	669,4
Serviços	773,4

## 2.3. RAZÕES PARA O INVESTIMENTO E FACTORES COMPETITIVOS

- Boas acessibilidades
- Afirmação nacional e internacional nas indústrias dos lacticínios, metalomecânica e embalagens;
- Recursos humanos com tradição e experiência na indústria;
- Qualidade ambiental e paisagística.
- Política fiscal competitiva.

## 2.4. ESTRUTURAS DE APOIO E DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

- Zona Industrial de Codal
- Zona industrial Lordelo/Codal
- Zona Industrial do Rossio
- Zona Industrial da Calvela
- Zona Industrial de Algeriz
- O GIP – Gabinete de Inserção Profissional de Vale de Cambra é um serviço gratuito, ao dispor de toda a comunidade. Iniciativa da Câmara Municipal com a colaboração do Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga presta apoio a jovens e adultos desempregados.

O GIP trabalha em estreita articulação com os serviços de emprego, desenvolve actividades que se estendem desde as acções de apoio à procura activa de emprego e desenvolvimento de uma atitude empreendedora, passando pela captação de ofertas de emprego e apoio à colocação.

O Gabinete divulga ainda, medidas de apoio, formação profissional e empreendedorismo.

O encaminhamento para acções promotoras do desenvolvimento de competências e criação do próprio emprego, são acções que também fazem parte da linha de actuação do GIP, actividades essenciais para o apoio e inserção profissional dos desempregados.

## 2.5. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXISTENTES

- Percentagem de participação no IRS: 3,8% a percentagem de participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e relativas aos rendimentos do ano de 2017.
- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): taxa de 0,33%, com redução para famílias com filhos.
- Derrama: isenção de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para sujeitos passivos que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros e de 1,20% para os restantes. Isenção ainda para empresas que se fixaram em Vale de Cambra, no último ano, e empregaram pelo menos 5 trabalhadores.

# ENQUADRAMENTO LEGAL DA CONSTITUIÇÃO E OPERAÇÃO DE EMPRESAS



# ENQUADRAMENTO LEGAL DA CONSTITUIÇÃO E OPERAÇÃO DE EMPRESAS

Na constituição de empresas existem diversos aspectos a considerar, a começar pela decisão sobre o tipo de sociedade a adoptar.

A criação de sociedades em Portugal é regulada pelo Código das Sociedades Comerciais (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, que sofreu, entretanto, diversas alterações).

Existe ainda um conjunto de legislação específica que regulamenta o regime jurídico de cada tipo de sociedade comercial.

As formas jurídicas dependem também se a empresa é constituída por uma pessoa ou por um conjunto de pessoas:

- Singular: negócio desenvolvido por um só indivíduo. Esta opção vincula o património do proprietário à exploração do seu negócio.

As formas jurídicas possíveis são:

- Empresário em Nome Individual;
- Sociedade Unipessoal por Quotas;
- Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada.

- Colectiva: negócio desenvolvido por várias pessoas (sócios) em que a responsabilidade é partilhada pelos diferentes proprietários.

As formas jurídicas possíveis são:

- Sociedade por Quotas;
- Sociedade Anónima;

- Sociedade em Nome Colectivo;
- Sociedade em Comandita.

As formas jurídicas mais usuais são: empresas em nome individual, sociedades por quotas, sociedades unipessoais e as sociedades anónimas.

<http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/Criacao/>  
Agora: <https://bde.portaldocidadao.pt/evo/services/balcaodoempreendedor/Licenca.aspx?CodCategoria=47&CodSubCategoria=1&CodActividade=935&CodLicenca=644&IdUnico=0>

## EMPRESÁRIO EM NOME INDIVIDUAL

Uma empresa individual ou um empresário em nome individual é uma empresa titulada por um só indivíduo ou pessoa singular, que afecta bens próprios à exploração do seu negócio, não existindo separação entre o património pessoal e o património do negócio.

A responsabilidade é ilimitada. Não existe um montante mínimo obrigatório para o capital social.

## SOCIEDADE UNIPESSOAL POR QUOTAS

Neste tipo de sociedade uma pessoa, singular ou colectiva, é a titular da totalidade do capital da empresa.

A estas sociedades aplicam-se as regras relativas às sociedades por quotas, excepto quando há mais do que um sócio.

O capital social tem que ser, no mínimo, 5 000€ e a responsabilidade do empreendedor limita-se ao montante do capital social.

### **ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Com a criação das sociedades unipessoais, os Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRL) passaram a ser quase inexistentes.

Ainda assim, esta forma de constituição de empresa permite ao empresário individual afectar apenas uma parte do seu património (capital social inicial) a eventuais dívidas da empresa. No entanto, em caso de falência do titular, o falido poderá ser obrigado a responder com todo o seu património pelas dívidas contraídas.

### **SOCIEDADE POR QUOTAS; "LDA"**

Exceptuando as sociedades unipessoais, as sociedades por quotas exigem um mínimo de dois sócios.

Não são admitidos sócios de indústria e todos têm que participar com dinheiro ou com bens avaliáveis em dinheiro.

O Capital social tem que ser, no mínimo, de 5 000€ e nenhuma quota pode ser inferior a 2%. A responsabilidade está limitada ao capital social.

### **SOCIEDADE ANÓNIMA; "SA"**

Neste tipo de empresa, a responsabilidade dos sócios está limitada ao valor das ações por si subscritas.

Desta forma, os credores sociais só se podem fazer pagar pelos bens sociais. O número mínimo de sócios é de cinco, embora possa ter um único sócio, desde que seja uma sociedade.

O capital social deve ser de pelo menos 50 000€, que será dividido por ações de igual valor nominal.

### **SOCIEDADE EM NOME COLECTIVO; "E COMPANHIA" OU "E CIA"**

Nas sociedades em nome colectivo, os sócios são solidários e todos respondem ilimitadamente pelas dívidas da sociedade, isto é, respondem de uma forma ilimitada e subsidiária perante a empresa e solidariamente entre si perante os credores.

O número mínimo de sócios é dois. Podem ser admitidos sócios de indústria.

### **SOCIEDADE EM COMANDITA; "EM COMANDITA" OU "& COMANDITA"**

As sociedades em comandita são de responsabilidade mista, já que reúnem sócios cuja

responsabilidade é limitada e sócios de responsabilidade ilimitada e solidária entre si. Os primeiros (comanditários) contribuem com o capital e os últimos (comanditados) contri-

buem com bens ou serviços e assumem a gestão e a direcção efectiva da sociedade.

Embora alguns dos tipos societários referidos

## Quadro 1 Tipo de Sociedades

	SOCIEDADE ANÓNIMA
Custos de Constituição e de Registo. *não inclui honorários jurídicos, mas inclui os custos de registo da nomeação dos membros dos órgãos sociais	Aprox. 700€
Duração do Processo de Constituição e de Registo	Aprox. 2 semanas.
Número mínimo de accionistas	Cinco (ou um se constituído por pessoa jurídica).
Requisitos formais de constituição	Execução do Documento de Constituição de Sociedade (as assinaturas deverão ser reconhecidas presencialmente por notário ou advogado) e registo na Conservatória de Registo Comercial.  Poderá ser necessário executar algumas formalidades adicionais no caso de realização de entradas em espécie.
Capital Social Mínimo e Participações Sociais Liberadas na Constituição	50 000€  A realização de 70% das contribuições em dinheiro pode ser diferida pelo período máximo de 5 anos. A realização do prémio de emissão (se aplicável) não poderá ser diferida.
Administração e Fiscalização	Estruturas Alternativas:  (i) Conselho de Administração (ou Administrador Único caso o capital social não exceda 200 000€) + Conselho Fiscal (ou Fiscal Único);  (ii) Conselho de Administração (que compreende uma Comissão de Auditoria) + Revisor Oficial de Contas; ou  (iii) Conselho de Administração Executivo (ou Administrador Único caso o capital social não exceda 200 000€) + Conselho Geral e de Supervisão + Revisor Oficial de Contas.  As sociedades que adoptem a estrutura referida em (i) devem ter um conselho fiscal sempre que dois dos três limites seguintes forem excedidos (durante dois anos consecutivos):  Total do balanço: 100 000 000€;  Vendas líquidas e outros proveitos: 150 000 000€;  Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 150.
Direitos dos Sócios Minoritários (Matérias sujeitas a Maioria Qualificada)	É legalmente exigida a aprovação por 2/3 dos votos emitidos no que respeita a determinadas matérias (ex. alteração dos estatutos sociais, fusão, cisão, conversão e dissolução)
Responsabilidade dos Accionistas	A responsabilidade dos accionistas é limitada ao valor do capital subscrito por cada um (sem prejuízo de responsabilidade adicional no caso de o capital social ser integralmente detida por uma sociedade).

Fonte: AICEP/Garrigues

supra possam ser adoptados para qualquer investimento, as estruturas mais comuns são as seguintes: (i) Sociedade Anónima, (ii) Sociedade por Quotas e (iii) Sociedade Unipessoal por

Quotas, e, consequentemente, são os tipos de sociedade a que nos referiremos abaixo. Uma breve comparação entre estes tipos de sociedade é feita no quadro 1.

SOCIEDADE POR QUOTAS	SOCIEDADE UNIPESSOAL POR QUOTAS
Aprox. 700€	Aprox. 700€
Aprox. 2 semanas.	Aprox. 2 semanas.
Dois.	Um.
Execução do Documento de Constituição de Sociedade (as assinaturas deverão ser reconhecidas presencialmente por notário ou advogado) e registo na Conservatória de Registo Comercial.  Poderá ser necessário executar algumas formalidades adicionais no caso de realização de entradas em espécie.	Execução do Documento de Constituição de Sociedade (as assinaturas deverão ser reconhecidas presencialmente por notário ou advogado) e registo na Conservatória de Registo Comercial.  Poderá ser necessário executar algumas formalidades adicionais no caso de realização de entradas em espécie.
2€  A realização de contribuições em dinheiro pode ser diferida pelo período máximo de 5 anos.  Os sócios poderão declarar no documento particular de constituição que as contribuições em dinheiro serão depositadas em conta bancária aberta em nome da nova sociedade até ao final do primeiro exercício económico (esta situação não é considerada um diferimento e, consequentemente, não está sujeita a registo comercial).	1€  A realização de 50% das contribuições em dinheiro pode ser diferida pelo período máximo de 5 anos.  O sócio único poderá declarar no documento particular de constituição que as contribuições em dinheiro serão depositadas em conta bancária aberta em nome da nova sociedade até ao final do primeiro exercício económico (esta situação não é considerada um diferimento e, consequentemente, não está sujeita a registo comercial).
A nomeação de um órgão de fiscalização não é obrigatória. Contudo, caso a sociedade não tenha órgão de fiscalização, deverá ser designado um Revisor Oficial de Contas para proceder à revisão legal das contas se forem ultrapassados dois dos três seguintes limites (durante pelo menos dois anos consecutivos):  Total do balanço: 1 500 000€;  Vendas líquidas e outros proveitos: 3 000 000€;  Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50.	Gerência: um ou mais gerentes.  A nomeação de um órgão de fiscalização não é obrigatória. Contudo, caso a sociedade não tenha órgão de fiscalização, deverá ser designado um Revisor Oficial de Contas para proceder à revisão legal das contas sempre que dois dos três limites seguintes forem excedidos (durante pelo menos dois anos consecutivos):  Total do balanço: 1 500 000€;  Vendas líquidas e outros proveitos: 3 000 000€;  Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50.
É legalmente exigida a aprovação pelos votos correspondentes a 3/4 do capital social no que respeita a determinadas matérias (ex. alteração dos estatutos sociais, fusão, cisão, conversão e dissolução).	N/A.
A responsabilidade dos sócios é limitada à realização do capital social, mas os sócios são solidariamente responsáveis para com a sociedade pela subscrição da totalidade do capital social (sem prejuízo de responsabilidade adicional no caso de o capital social ser integralmente detida por uma sociedade).	A responsabilidade do sócio único é limitada à realização do capital social (sem prejuízo de responsabilidade adicional no caso de o sócio único ser uma sociedade).

# CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES

Além do método tradicional, existem processos simplificados para constituição de sociedades: através da *internet* - empresa online - ou presencialmente, nos balcões da Empresa na Hora.

## EMPRESA NA HORA

Esta opção permite a constituição de sociedades num único balcão e de forma imediata, num dos 214 postos de atendimento que existem actualmente a nível nacional (independentemente do lugar da sede da sociedade a constituir).

Este regime especial de constituição imediata de sociedades é aplicável no caso de Sociedades unipessoais por quotas, sociedades por quotas e sociedade anónimas. É obrigatória a presença de todos os sócios.

Segue-se uma descrição sumária das diversas etapas para se proceder à constituição de uma Empresa na Hora (ENH).

### 1º PASSO

#### Escolher uma Firma Pré-aprovada

Em primeiro lugar, os interessados em constituir uma empresa, devem começar por consultar a lista de firmas pré-aprovadas no site da ENH ou num dos balcões de atendimento.

De salientar, contudo, que as firmas escolhidas só são atribuídas presencialmente num balcão de atendimento, no início do processo de criação da empresa. Ao “nome” da firma pré-aprovada é possível aditar uma expressão relativa à actividade que será desenvolvida pela sociedade.

### 2º PASSO

#### Optar por um Pacto Social

Antes de iniciar o processo de constituição de empresa é necessário escolher um pacto social pré-aprovado, disponível no sítio ENH ou directamente nos balcões de atendimento. Nestes sistemas, como mencionado, é apenas possível constituir

Sociedades Unipessoais por Quotas, Sociedades por Quotas e Sociedades Anónimas.

### 3º PASSO

#### Ir ao Balcão de Atendimento

Os sócios devem dirigir-se a um Balcão de Atendimento. A lista com os contactos de todos os balcões existentes em Portugal pode ser consultada no sítio ENH.

Tratando-se de pessoas singulares devem ir munidos dos seguintes documentos:

- Cartão de contribuinte;
- Documento de identificação (bilhete de identidade, passaporte ou carta de condução) ou autorização de residência.

Tratando-se de pessoas colectivas exige-se:

- Cartão de contribuinte de pessoa colectiva ou cartão de identificação de pessoa colectiva;
- Certidão de Registo Comercial actualizada;
- Acta da Assembleia-Geral que confere poderes para a constituição de sociedade.

### 4º PASSO

#### Elaborar o Pacto Social e o Registo Comercial

O pacto de sociedade e o registo comercial são executados no balcão de atendimento. Os sócios recebem uma certidão de registo comercial, o cartão de pessoa colectiva, o número de Segurança Social e do pacto.

### 5º PASSO

#### Entregar a Declaração de Início de Actividade

Para efeitos fiscais, a Declaração de Início de Actividade pode ser logo entregue no balcão de atendimento, sendo que tem que estar assinada pelo técnico oficial de contas (TOC). Caso contrário, os sócios têm 15 dias para o fazer.

### 6º PASSO

#### Depositar o Capital Social

Depois de a empresa estar constituída, os sócios estão obrigados a depositar, numa institui-

ção bancária, num período de 5 dias úteis, o valor do capital social em nome da sociedade.

O custo de constituição de sociedade é de 360€, incluindo publicações (no caso de escolha de firma pré-aprovada; caso seja solicitado previamente um certificado de admissibilidade de firma, o custo ascende a 435€). Este valor, pago no momento da constituição, pode ser liquidado em numerário, por cheque ou Multibanco. Para as sociedades que desenvolvem actividade no sector tecnológico ou da investigação o custo do serviço é de 300€, acrescentando-se também o valor do imposto de selo.

Empresa na hora: <http://www.empresanahora.mj.pt/>

## EMPRESA ONLINE

A constituição online da Sociedade (sociedades anónimas ou por quotas – com exceção das sociedades anónimas europeias e das sociedades cujo capital seja realizado com entrada em bens imóveis) é realizada no “Portal do Cidadão”, na área “Empresa Online”.

A criação da Empresa Online permite criar uma empresa unicamente na *Internet*.

O registo da sociedade constituída é realizado imediatamente ou no prazo máximo de 2 dias úteis (dependendo se a sociedade adoptar um modelo de estatutos sociais pré-aprovado pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas - RNPC ou adoptar uma versão distinta).

O custo dos emolumentos da constituição é reduzido em 40%.

### 1.º PASSO

#### Aceder ao Portal da Empresa – Autenticação

Aceder ao Portal do Cidadão e seleccionar “Criação de Empresa” e autenticar-se através do cartão de cidadão/chave móvel digital. O representante deverá ser sempre um dos sócios.

### 2º PASSO

#### Escolher uma denominação social

Esta escolha pode ser feita escolhendo e reservando uma denominação da lista disponível

na *Internet* ou mediante a submissão prévia de um pedido de certificado de admissibilidade de firma previamente obtido junto do RNPC (validade do certificado: 3 meses a contar da data de emissão ou da revalidação mais recente).

### 3º PASSO

#### Informação da sociedade

O requerente deve optar entre um modelo pré-aprovado de estatutos sociais ou por um modelo a ser elaborado pelos próprios.

Deve ser incluída a seguinte informação: aditamento à denominação social alusiva à actividade (opcional); tipo de sociedade; sede social; objecto social; CAE, capital social e IBAN.

No caso de opção por modelo pré-aprovado inserir: forma de realização do capital social.

No caso das Sociedades Anónimas: o valor nominal das acções; regra de vinculação (quando aplicável, a autorização administrativa devida).

Sobre os participantes:

#### SÓCIOS

Informação dos sócios – caso se trate de pessoa

- Singular: nome, sexo, número fiscal, estado civil (e no caso de ser casado, regime de bens e nome do cônjuge) naturalidade, nacionalidade, residência, contacto telefónico e e-mail;
- Colectiva: denominação social, sede social e NIPC; montante da(s) quota(s) ou número de acções a deter, consoante se trate de Sociedade Por Quotas ou Sociedade Anónima.

Caso se tenha optado por elaborar um modelo de estatutos sociais, incluir identificação do participante no fórum (opcional), nome, NIF e e-mail.

#### ADMINISTRAÇÃO/FISCALIZAÇÃO

No caso das SA, identificação do Fiscal Único Efectivo e Suplente e pelo menos um administrador (nome completo, residência e NIF); Sociedades por Quotas, identificação de pelo

menos um gerente (nome completo, residência e NIF).

#### **TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS (TOC)**

Nomear um TOC (inserindo o número de TOC, nome, NIF, domicílio profissional, contacto telefónico e e-mail), seleccionar um TOC de uma lista disponível pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas ou optar por apresentar a declaração de início da actividade num Serviço de Finanças no prazo de 15 dias após a constituição da sociedade.

### **4º PASSO**

#### **Adesão ao Centro de Arbitragem**

O requerente deverá assinalar se pretende aderir a um Centro de Arbitragem, através do formulário “Adesão Plena e Imediata” no momento da constituição da Empresa Online.

A adesão é simples e gratuita. Ao fazê-lo a sociedade aceita a intervenção deste em eventuais conflitos (no caso de compra ou venda de veículos, ou serviços relacionados, apenas é permitida a adesão ao Centro de Arbitragem do Sector Automóvel).

### **5º PASSO**

#### **Validação dos estatutos sociais**

De seguida é necessário proceder à validação dos estatutos sociais. No que respeita aos modelos pré-aprovados os participantes apenas podem rectificar erros ou gralhas (no fórum privado). Quando se trata de estatutos propostos, o requerente deve fazer o *upload* da minuta para que esta possa ser revista, no fórum, pelos participantes. O requerente poderá proceder às alterações necessárias, acedendo ao processo por meio do Dossier Electrónico da Empresa, após notificação dos restantes participantes.

### **6º PASSO**

#### **Assinatura e envio dos documentos**

Confirmados os estatutos sociais, o requerente deverá efectuar os seguintes procedimentos:

- Impressão e assinatura dos seguintes documentos: Estatutos Sociais; Formulário de Adesão ao Centro de Arbitragem (se apli-

cável); e Formulário de reconhecimento de assinaturas.

- *Upload* da versão assinada dos documentos referidos, assim como: Procurações relevantes (se aplicável); Certidões do registo comercial (se aplicável); Acta de deliberações de órgãos sociais dos participantes (se aplicável); Estatutos sociais dos participantes (se aplicável); Declaração de aceitação da nomeação emitida pelo Fiscal Único efectivo (se aplicável); Declaração de aceitação da nomeação emitida pelo Fiscal Único suplente (se aplicável); Autorizações administrativas (se aplicável); e Outros documentos relevantes.

O envio dos documentos de confirmação do pedido de registo em formato digital substitui a necessidade de enviar os documentos em formato papel.

Os documentos enviados em formato digital deverão ser mantidos pelo requerente até à confirmação da constituição da sociedade.

### **7º PASSO**

#### **Pagamento**

Os emolumentos são os seguintes: 180€ (modelo pré-aprovado dos estatutos sociais); ou 380€ (modelo de estatutos sociais preparado pelo requerente e acordados entre os participantes).

Para as sociedades que desenvolvem actividade no sector tecnológico ou da investigação, o custo é de 120€ ou 320€, respectivamente.

Caso seja associada uma Marca à sociedade constituída, um montante adicional de 100€ deverá ser pago (acrescido de 44€ por cada classe adicional da marca).

### **8º PASSO**

#### **Rectificação de irregularidades**

No caso de serem detectadas irregularidades durante o processo de registo, o requerente recebe um e-mail a solicitar a respectiva rectificação. Essa rectificação terá que ser efectuada no prazo de 5 dias úteis, no Portal do Cidadão. Caso não seja, o estado do processo passa a “prazo para correcção



de irregularidades expirado” e o registo fica provisório ou recusado.

Assim que a rectificação esteja concluída o processo deve ser novamente submetido. Caso as irregularidades estejam relacionadas com o pagamento de emolumentos o requerente deve dirigir-se ao RNPC para regularizar a situação.

## 9º PASSO

### Passos seguintes

Após submissão do pedido para constituição da Empresa Online, a informação é validada pelos serviços competentes e de seguida o requerente é notificado via e-mail da recepção do pedido e da confirmação da conclusão do processo.

São enviados para a sede da sociedade os seguintes documentos: certidão do registo comercial, cartão de empresa e recibo do pagamento de preparos e emolumentos.

O registo é publicado no site do Ministério da Justiça e as autoridades fiscais são notificadas da informação do TOC para que este possa submeter a declaração de início de actividade.

A informação sobre a constituição da sociedade é disponibilizada aos serviços da segurança social. É enviada informação ao Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (GPLP) destinada ao Instituto Nacional de Estatística (INE). A Fundação para a Computação Científica Nacional comunica, via e-mail, o nome de utilizador e a *password* que permitem, através da *Internet*, assumir a gestão do domínio entretanto criado.

## MÉTODO TRADICIONAL

### 1º PASSO

#### Certificado de Admissibilidade de Firma

Um dos futuros sócios (ou seu representante legal) deve submeter o pedido de um certificado de admissibilidade de firma, identificando a denominação social pretendida, o objecto social, o distrito e o concelho da morada da respectiva sede social. Este requerimento

pode ser feito online (Empresa online) ou no Instituto do Registo e do Notariado – IRN, presencialmente no RNPC, ou por e-mail (através do preenchimento e assinatura do formulário próprio). Este certificado tem a validade de 3 meses (a contar da data de emissão ou da revalidação mais recente).

### 2º PASSO

#### Capital social

As contribuições de capital social em numerário deverão ser depositadas em conta bancária aberta em nome da sociedade a constituir. As entradas que não em dinheiro devem ser avaliadas por um ROC independente. No caso de contribuições em espécie cuja transacção é sujeita a registo obrigatório (como os imóveis), a Conservatória de registo Comercial deve determinar a aplicabilidade de imposto e garantir que todos os impostos devidos estão pagos.

As contribuições em dinheiro, no caso das S.A., podem ser diferidas pelo prazo máximo de 5 anos, em 70% das mesmas e, no caso das Sociedades por Quotas, 100%. A realização do prémio de emissão (se aplicável) não poderá ser diferida. Sem prejuízo da possibilidade de diferimento, os sócios podem declarar que as contribuições em dinheiro serão depositadas em conta bancária aberta em nome da nova sociedade, até ao final do primeiro exercício económico. Acresce que, no caso de Sociedades Anónimas, no prazo de cinco dias úteis após a constituição da empresa, o valor do Capital Social deverá ser depositado numa instituição bancária (quando realizado em numerário) em conta aberta e em nome da sociedade.

### 3º PASSO

#### Documento de constituição

A constituição da sociedade é formalizada através da celebração do documento de constituição (que inclui os estatutos da sociedade).

As assinaturas dos sócios deverão ser reconhecidas presencialmente, por notário ou por advogado.

É aconselhável que a nomeação dos membros dos órgãos sociais seja feita simultaneamente (de

forma a permitir o respectivo registo aquando do registo da constituição da sociedade).

Os membros dos órgãos sociais que não sejam residentes em Portugal têm, para efeitos fiscais, que obter um NIF Português (residentes na U.E. podem fazê-lo directamente junto das autoridades fiscais; os residentes fora da U.E. têm que nomear um indivíduo ou entidade residente em Portugal para os representar junto das autoridades competentes).

No caso de contribuições em espécie que envolvam transmissão de imóveis o notário ou advogado terão ainda que autenticar o documento de constituição.

#### **4.º PASSO**

##### **Registo comercial**

A constituição da sociedade (e nomeação dos órgãos sociais) deve ser submetida a registo comercial, só produzindo efeitos após este.

Os sócios (ou representante legal da sociedade) devem deslocar-se a uma Conservatória de Registo Comercial ou a um posto de atendimento Empresa na Hora em Centros de Formalidades de Empresas (CFE), para submeter o requerimento de registo (Modelo 1), com a seguinte documentação:

- Certificado de Admissibilidade de Firma (tal como obtido no 1.º Passo);
- Documento de Constituição (incluindo os respectivos estatutos sociais);
- Relatório do revisor oficial de contas independente no que respeita às contribuições em espécie (se aplicável);
- Evidência do pagamento do IMT (se aplicável);
- Declaração de aceitação da nomeação emitida pelo Fiscal Único efectivo (se aplicável);
- Declaração de aceitação da nomeação emitida pelo Fiscal Único suplente (se aplicável).

A Conservatória de Registo Comercial publica oficiosamente o registo da constituição da

sociedade no site do Ministério da Justiça e comunica o acto ao RNPC para efeitos de inscrição no Fichero Central de Pessoas Colectivas. Assim que o registo esteja concluído, é disponibilizado um código de acesso à certidão de registo comercial da sociedade (pode ser requerido um código de acesso a uma tradução para inglês da certidão).

#### **5.º PASSO**

##### **Início de Actividade – Finanças**

Para dar início às obrigações de natureza fiscal, a Declaração de Início de Actividade deve ser entregue às autoridades fiscais ou no site oficial das Finanças, no prazo de 15 dias (após a constituição da empresa), desde que devidamente preenchida e assinada por um TOC.

#### **6.º PASSO**

##### **Início de Actividade – Segurança Social**

No prazo de 10 dias (após início da actividade) a sociedade deve proceder à inscrição na Segurança Social, de forma a ser criada a vinculação ao Sistema de Solidariedade e Segurança Social, sendo atribuído o contribuinte.

Deverão ser entregues os seguintes documentos:

- Certidão de registo comercial;
- Documento de início de actividade emitido pelas autoridades fiscais;
- Documento relativo à nomeação dos membros dos órgãos sociais (documento de constituição ou acta da deliberação do órgão social competente e
- Número de identificação fiscal dos membros dos órgãos sociais.

#### **7.º PASSO**

##### **Livros de Actas**

Após a conclusão do registo comercial da constituição, a sociedade deve proceder à abertura dos livros de actas (relativas a deliberações da assembleia geral e dos demais órgãos sociais).

## Quadro 2

### Resumo do Modelo Tradicional de Constituição de Sociedade

PROCEDIMENTO	Ação	Entidade Relevante	Custos
1. Certificado de Admissibilidade de Firma	Requer a aprovação da denominação social da sociedade a constituir.	RNPC	75€
2. Capital Social	Depósito do capital social e/ou relatório das entradas em espécie.	Banco/Revisor Oficial de Contas Independente	(variável)
3. Documento de Constituição	Celebração do documento particular de constituição da sociedade.	N/A	N/A
4. Registo Comercial	Submissão do registo comercial da constituição da sociedade.	Conservatória do Registo Comercial	400€ (constituição) 87,5€ (nomeação de membros de órgãos sociais se o registo for solicitado conjuntamente com o registo da constituição)
5. Início de Actividade – Finanças	Submissão da declaração de início de actividade para efeitos fiscais.	Autoridades Fiscais	N/A
6. Início de Actividade – Segurança Social	Submissão da declaração de início de actividade para efeitos de segurança social.	Serviços da Segurança Social	N/A
7. Livro de Atas	Abertura dos livros de atas para transcrição das deliberações da assembleia geral e dos demais órgãos sociais.	N/A	N/A

Fonte: AICEP

# **PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES DA POLÍTICA FISCAL E LABORAL**

## 4.1. PRINCIPAIS IMPOSTOS EM PORTUGAL

O sistema fiscal Português é composto por diversos impostos, no entanto, tendo em consideração o objectivo pretendido neste Guia do Investidor, apenas consideraremos os mais relevantes. Nomeadamente:

- Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC);
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

### IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS (IRC)

O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) incide sobre os rendimentos obtidos no período de tributação, pelos respectivos sujeitos passivos, nos seguintes termos:

- a) O lucro das sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, das cooperativas e das empresas públicas e o das demais pessoas colectivas que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola;
- b) O rendimento global correspondente à

soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, das pessoas colectivas ou entidades que não exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Os municípios podem lançar uma derrama até ao máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento, na parte relativa ao rendimento gerado na respectiva circunscrição (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro).

Por outro lado, a derrama estadual é devida pelas entidades que exerçam a título principal actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola e das entidades não residentes com estabelecimento estável em Portugal. Incide sobre a parte do lucro tributável superior a 2 000 000€ sujeito e não isento de IRC. A taxa aplicável é de 2,5%.

Determinados encargos de sujeitos passivos de IRC são objecto de tributação autónoma. Esta tributação é apurada de forma independente do IRC e derrama, não estando directamente relacionada com a obtenção de um resultado positivo e tributando alguns encargos suportados ou despesas efectuadas pelas empresas, às taxas subsequentemente indicadas (entre outras) - cfr. quadro 4.

### Quadro 3

#### Taxas de IRC Continente

Entidades residentes e estabelecimentos estáveis de entidades não residentes (1) (2)	21%
Entidades residentes e estabelecimentos estáveis de entidades não residentes classificados como pequena ou média empresa	17% (para os primeiros 15 000€ de matéria colectável) 21% (para a matéria colectável remanescente)
Entidades residentes que não exerçam, a título principal, actividade comercial, industrial ou agrícola	21%

### Quadro 4

#### Tributações Autónomas

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros, viaturas ligeiras de mercadorias, motos ou motociclos*	10% / 27,5% / 35%*
Despesas de representação	10%
Despesas não documentadas	50% / 70%
Pagamentos a entidades residentes em regime fiscal claramente mais favorável ou contas abertas em instituições financeiras aí residentes ou domiciliadas	35% / 55%
Ajudas de custo e compensação por deslocações em viatura própria não facturadas a clientes	5%
Gastos ou encargos relativos a indemnizações decorrentes da cessação de funções de gestor, administrador e gerente	35%
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores e gerentes	35%
Lucros distribuídos a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total ou parcial	23%

\* Taxas variáveis conforme valor aquisição

As taxas de tributação autónoma são elevadas em 10 pontos percentuais quanto aos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal no período de tributação a que respeitem quaisquer dos factos tributários acima referidos.

## Cálculo do IRC

No ano seguinte, deverá ser apresentada a Declaração de Rendimentos Modelo 22 referente ao exercício do ano corrente.

### LUCRO TRIBUTÁVEL

O lucro tributável das entidades que exerçam a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola é quantificado partindo do resultado líquido

do exercício apurado nos termos da normalização contabilística, adicionado das variações patrimoniais positivas e deduzido das variações patrimoniais negativas, não reflectidas naquele resultado, sendo adicionados e deduzidos os ajustamentos previstos no Código. Tais ajustamentos são efectuados no Quadro 07 da Declaração de Rendimentos Modelo 22.

### MATÉRIA COLECTÁVEL

A matéria colectável é apurada no Quadro 09 da Declaração de Rendimentos Modelo 22, partindo do lucro tributável apurado no Quadro 07, ao qual são deduzidos determinados benefícios fiscais, bem como os prejuízos fiscais passíveis de dedução.

## IRC DEVIDO

O IRC devido é genericamente calculado sobre a matéria colectável apurada, por aplicação àquela da taxa de IRC (Colecta), com subsequente dedução e acréscimo de determinados valores decorrentes da Lei (e.g. deduções à colecta), para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar, operações que são demonstradas no Quadro 10 da Declaração de Rendimentos Modelo 22.

## LIQUIDAÇÃO

A liquidação do IRC deverá ser feita pelo contribuinte na declaração de rendimentos que deve ser apresentada anualmente até ao último dia útil do mês de Maio, por transmissão electrónica de dados.

## PAGAMENTO POR CONTA

As entidades que exerçam, a título principal, actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola e as entidades não residentes com estabelecimento estável em Portugal devem efectuar três pagamentos por conta, no próprio período de tributação a que respeita o lucro tributável, com vencimento em Julho, Setembro e 15 de Dezembro (ou no 7.º, 9.º e dia 15 do 12.º mês do respectivo período de tributação, no caso de entidades cujo período de tributação não corresponda ao ano civil).

Os pagamentos por conta são calculados com base no imposto liquidado relativamente ao período de tributação imediatamente anterior àquele em que se devam efectuar esses pagamentos, líquido de retenções na fonte sofridas não susceptíveis de compensação ou reembolso.

## PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA

As entidades que exerçam, a título principal, actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e as entidades não residentes com estabelecimento estável em território português, poderão estar sujeitas ao regime dos pagamentos especiais por conta.

As entidades acima referidas devem efectuar um Pagamento Especial por Conta (PEC) a liquidar em Março de cada ano (ou em 2 presta-

ções em Março e em Outubro ou no 3.º e 10.º mês do período de tributação, caso este não seja coincidente com o ano civil)

## PAGAMENTO ADICIONAL POR CONTA

O pagamento adicional por conta é devido pelas entidades obrigadas a efectuar pagamentos por conta e pagamentos especiais por conta que tenham apurado, no período de tributação anterior, um lucro tributável superior a 1 500 000€.

## Regime simplificado de determinação da matéria colectável

Podem optar pelo regime simplificado de determinação da matéria colectável, os sujeitos passivos residentes, não isentos nem sujeitos a um regime especial de tributação, que exerçam a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e que verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:

- Tenham obtido, no período de tributação imediatamente anterior, um montante anual líquido de rendimentos não superior a 200 000€;
- O total do seu balanço relativo ao período de tributação imediatamente anterior não exceda 500 000€;
- Não estejam legalmente obrigados à revisão legal de contas;
- O respectivo capital social não seja detido em mais de 20%, directa ou indirectamente, por entidades que não preencham alguma das condições previstas nos pontos anteriores, excepto quando sejam sociedades de capital de risco ou investidores de capital de risco;
- Adotem o regime de normalização contabilística para microentidades aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março;
- Não tenham renunciado à aplicação do regime nos três anos anteriores, com referência à data em que se inicia a aplicação do regime.



No regime simplificado, a matéria colectável é obtida através da aplicação de coeficientes.

Qualquer informação não dispensa a consulta do respectivo código.

([http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao\\_fiscal/codigos\\_tributarios/circ\\_rep/index\\_irc.htm](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/circ_rep/index_irc.htm))

## IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)

O Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) é um imposto geral sobre o consumo que se repercute sobre o consumidor final de um bem transaccionável. A particularidade deste imposto é que o sujeito passivo que adquire um produto com o imposto já pago por aquele que o alienou, fica investido no direito de dedução do imposto já suportado.

São dois os diplomas-base que regem o IVA: o Código do IVA e o RITI (Regime do IVA nas Transmissões Intracomunitárias).

### Regime Geral do IVA

Nesta secção, e considerando o âmbito de aplicação deste Guia do Investidor, apenas consideraremos o regime geral do IVA, omitindo assim os regimes especiais.

#### INCIDÊNCIA

Estão sujeitas a IVA:

- As transmissões de bens e as prestações de serviços efectuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal;
- As importações de bens;
- As operações intracomunitárias efectuadas no território nacional, tal como são definidas e reguladas no Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias.

#### VALOR TRIBUTÁVEL E TAXAS

O valor tributável é aquele sobre o qual incide a taxa para o cálculo do imposto e que é definido tendo em conta a natureza da operação, embora coincida, em regra, com a despesa efectiva.

Nas transacções internas o valor tributável das transmissões de bens e das prestações de serviços sujeitas a imposto é, em princípio, o valor da contra prestação obtida ou a obter do adquirente, do destinatário ou de um terceiro.

O valor tributável dos bens importados é constituído pelo valor aduaneiro.

Existem 3 taxas de IVA: uma taxa reduzida (para as importações, transmissões de bens e prestações de serviços constantes da lista I anexa ao CIVA), uma intermédia (para as importações, transmissões de bens e prestações de serviços constantes da lista II anexa ao CIVA) e uma normal (para as restantes importações, transmissões de bens e prestações de serviços), cujos valores constam da seguinte tabela :

Taxa	Continente
Normal	23%
Intermédia	13%
Reduzida	6%

#### LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

O imposto a entregar ao Estado é, em princípio, obtido deduzindo ao imposto liquidado nas operações tributáveis o imposto suportado nas aquisições, incluindo importações.

Só confere direito à dedução o imposto mencionado em facturas e documentos equivalentes passados em forma legal, bem como no recibo de pagamento de IVA que faz parte das declarações de importação, em nome e na posse do sujeito passivo.

Beneficiam da isenção do imposto os sujeitos passivos que, não possuindo nem sendo obrigados a possuir contabilidade organizada para efeitos do IRS ou IRC, nem praticando operações de importação, exportação ou actividades conexas, nem exercendo actividade que consista na transmissão dos bens ou prestação dos serviços do sector de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis do CIVA, não tenham atingido, no ano civil anterior, um volume de negócios superior a 10 000€.

Entre as várias obrigações existentes, os sujeitos passivos devem enviar mensalmente uma

declaração relativa às operações efectuadas no exercício da sua actividade no decurso do segundo mês precedente, com a indicação do imposto devido ou do crédito existente e dos elementos que serviram de base ao respectivo cálculo a declaração periódica deve ser enviada por transmissão electrónica de dados, nos seguintes prazos:

- a) Até ao dia 10 do segundo mês seguinte àquele a que respeitam as operações, no caso de sujeitos passivos com um volume de negócios igual ou superior a 650 000€ no ano civil anterior;
- b) Até ao dia 15 do segundo mês seguinte ao trimestre do ano civil a que respeitam as operações, no caso de sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 650 000€ no ano civil anterior. Estes sujeitos passivos podem optar pelo envio da declaração periódica mensal devendo manter-se neste regime por um período mínimo de 3 anos

## Regime do IVA nas Transmissões Intracomunitárias (RITI)

Tal como o IVA, o RITI é regulado pelo Decreto-Lei n.º 102/2008, de 20 de Junho.

### INCIDÊNCIA

O RITI incide sobre:

- As aquisições intracomunitárias de bens efectuadas no território nacional por um sujeito passivo, a título oneroso, quando o vendedor for um sujeito passivo registado para efeitos do IVA noutro Estado membro que não esteja aí abrangido por qualquer regime particular de isenção de pequenas empresas, não efectue no território nacional a instalação ou a montagem dos bens fornecidos nem os transmita dentro de certas condições definidas no CIVA;
- As aquisições intracomunitárias de meios de transporte novos efectuadas no território nacional, a título oneroso por um sujeito passivo ou por um particular;
- As operações assimiladas a aquisições intracomunitárias de bens.

## 4.2. BENEFÍCIOS FISCAIS

O sistema fiscal português prevê um conjunto de incentivos financeiros e fiscais ao investimento, nomeadamente:

- Os benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo;
- Os benefícios fiscais aplicáveis à transmissão onerosa de partes sociais e outros valores mobiliários;
- Os benefícios concedidos às entidades que se instalem na Zona Franca da Madeira (até 31 de Dezembro de 2013);
- Os benefícios fiscais à criação de emprego;
- Os benefícios fiscais de incentivo às sociedades que se instalem em zonas interiores desfavorecidas;
- Os benefícios fiscais destinados às despesas em Investigação & Desenvolvimento (I&D) (SIFIDE II);
- Os benefícios fiscais concedidos às sociedades adquirentes de empresas em situação económica difícil.

Dada a sua relevância, nomeadamente para quem pretende realizar investimentos relevantes em Portugal, seja fruto da instalação de uma nova empresa ou crescimento empresarial, passaremos a detalhar alguns dos benefícios fiscais em vigor.

## 4.3. CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Aquando o início de uma actividade é necessário ter algum conhecimento sobre as regras de contratação de recursos humanos. Existem três principais tipos de contrato que superintendem o vínculo contratual entre empregador e empregado, a saber:

- Contrato de trabalho a termo certo
- Contrato de trabalho a termo incerto
- Contrato sem termo

Pode elaborar um contrato de trabalho com base nas minutas disponibilizadas no Portal da Empresa. Todavia, deverá aconselhar-se junto de um especialista na matéria (algumas associações empresariais dispõem deste serviço).

Independentemente do tipo de contrato celebrado entre empregador e empregado, o colaborador tem sempre direito a um mínimo de 35 horas de formação contínua certificada.

Actualmente existem vários benefícios para a empresa relacionados com a contratação de colaboradores, designadamente:

- Apoio financeiro a estágios profissionais
- Dispensa do pagamento das contribuições para a SS durante 36 meses no caso de jovens e desempregados de longa duração
- Apoio de 50% do salário, tendo por limite o Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

Mais informações na secção 5 e em:  
<http://www.iefp.pt/apoios-a-contratacao>

## CARGA HORÁRIA DE TRABALHO

O período normal de trabalho não pode exceder 8 horas diárias e 40 horas semanais. O período normal de trabalho pode ser sujeito a alteração, por convenção colectiva de trabalho, até ao máximo de 50 horas semanais.

## PERÍODO EXPERIMENTAL

O período experimental corresponde ao tempo inicial de execução do contrato de trabalho, durante o qual as partes analisam o desempenho do empregador e o interesse do empregado em manter o vínculo laboral. O período experimental pode ser excluído, caso assim esteja previsto no contrato de trabalho acordado entre as partes.

No contrato de trabalho por tempo indeterminado, o período experimental tem a seguinte duração:

- 90 dias para a generalidade dos trabalhadores;
- 180 dias para os trabalhadores que exerçam cargos de complexidade técnica, elevado grau de responsabilidade ou que pressuponham uma especial qualificação, bem como os que desempenhem funções de confiança;

- 240 dias para trabalhador que exerça cargo de direcção ou quadro superior.

No contrato de trabalho a termo, o período experimental tem a seguinte duração:

- 30 dias em caso de contrato com duração igual ou superior a 6 meses;
- 15 dias em caso de contrato a termo certo com duração inferior a 6 meses ou de contrato a termo incerto cuja duração previsível não ultrapasse aquele limite.

## FÉRIAS

O período anual de férias não pode ser inferior a 22 dias úteis. As férias são relativas ao período de trabalho do ano anterior.

Os trabalhadores podem renunciar parcialmente ao direito a férias, recebendo a correspondente remuneração e subsídio de férias, sendo que devem gozar obrigatoriamente 20 dias úteis de férias.

## PERÍODOS DE DESCANSO

Todos os trabalhadores têm direito a gozar pelo menos um dia de descanso por semana e um mínimo de onze horas seguidas de descanso entre dois períodos diários de trabalho consecutivos.

## SUBSÍDIO PARENTAL

Subsídio atribuído ao pai e ou à mãe, com vista a substituir o rendimento de trabalho perdido, durante o período de licença por nascimento de filho.

Este subsídio compreende as modalidades a seguir indicadas

- subsídio parental inicial
- subsídio parental inicial exclusivo da mãe
- subsídio parental inicial exclusivo do pai
- subsídio parental inicial de um progenitor em caso de impossibilidade do outro

## SUBSÍDIO PARENTAL INICIAL

Atribuído por período até 120 ou 150 dias seguidos, de acordo com a opção dos pais, sem prejuízo dos direitos da mãe.

O período entre os 120 dias e os 150 dias pode ser gozado em simultâneo pelo pai e pela mãe.

No caso de nascimento sem vida, só há lugar ao período de 120 dias.

Ao período de 120 ou 150 dias podem ser acrescidos 30 dias nas situações de:

- Partilha da licença, se cada um dos pais gozar, em exclusivo, um período de 30 dias seguidos ou dois períodos de 15 dias seguidos, após o período obrigatório da mãe (42 dias)
- Nascimento de gémeos além do primeiro, ou seja por cada gémeo nascido com vida, além do primeiro, acresce um período de 30 dias seguidos

Se a licença parental inicial não for partilhada, e sem prejuízo dos direitos da mãe (gozo obrigatório de seis semanas), o subsídio parental inicial pode ser concedido ao pai, se este o requerer e desde que a mãe trabalhe e não tenha requerido o referido subsídio.

Caso não seja apresentada a declaração de partilha, o direito ao subsídio parental inicial é reconhecido à mãe.

#### **SUBSÍDIO PARENTAL INICIAL EXCLUSIVO DA MÃE**

Atribuído à mãe por um período até 72 dias, em que:

- 30 dias, no máximo, são gozados facultativamente antes do parto
- 42 dias (6 semanas) são obrigatórios e gozados imediatamente a seguir ao parto

Estes períodos estão incluídos no período de concessão correspondente ao subsídio parental inicial.

#### **SUBSÍDIO PARENTAL INICIAL EXCLUSIVO DO PAI**

Atribuído ao pai por um período de:

- 15 dias úteis obrigatórios, dos quais 5 dias seguidos, imediatamente depois do nascimento de filho
- 10 dias seguidos ou não, nos 30 dias seguintes ao nascimento de filho
- 10 dias úteis facultativos, seguidos ou não, desde que gozados depois do período de 10 dias obrigatórios e durante o período em que é atribuído o subsídio parental inicial da mãe.

No caso de nascimento de gémeos cada um dos períodos atrás referidos é acrescido de 2 dias por cada criança nascida com vida, além da primeira, a gozar imediatamente a seguir a cada um daqueles períodos

No total das remunerações, não são considerados os subsídios de férias, de Natal ou outros de natureza análoga.

Abaixo quadro síntese das remunerações de referência para cada modalidade e respectivos períodos de concessão.

Períodos de concessão	Montantes diários
<ul style="list-style-type: none"><li>• 120 dias de licença</li><li>• 150 dias de licença partilhada (120+30)</li><li>• 30 dias de acréscimo por cada gémeo além do primeiro</li><li>• dias de licença exclusiva do pai</li></ul>	100% da RR
• 180 dias de licença partilhada (150+30)	83% da RR
• 150 dias de licença	80% da RR

Mais informação em:

<http://www.seg-social.pt/subsidio-parental>

## **4.4. SALÁRIOS E SEGURANÇA SOCIAL**

Os salários podem ser fixos, variáveis ou mistos (uma parte fixa e uma parte variável). Todos os trabalhadores têm direito a um salário mínimo mensal, que é fixado a cada ano, pelo Governo após consulta aos parceiros sociais.

O salário anual tem previsto o pagamento de 14 meses, ou seja, para além dos 12 meses, os trabalhadores recebem um subsídio de Natal e um subsídio de férias, equivalente a um mês de salário, por cada. Durante o período de gozo de férias, os trabalhadores têm o direito ao seu salário integral. O trabalho suplementar (horas extras) dá aos trabalhadores o direito a um acréscimo por horas extraordinárias.

A inscrição das entidades empregadoras na Segurança Social é um acto administrativo obrigatório, único e definitivo, mediante o qual se vinculam ao Sistema de Solidariedade e Segurança Social.

A inscrição é feita oficiosamente na data da sua constituição sempre que esta obedeça ao regime especial de constituição imediata de sociedades e associações ou ao regime especial de constituição on-line de sociedades.

As empresas estão também obrigadas a um conjunto de procedimentos perante o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social ([www.mtss.gov.pt](http://www.mtss.gov.pt)), como é o caso da entrega dos Mapas dos Quadros de Pessoal, feita por meio informático para os empregadores com mais de 10 trabalhadores.

O Ministério do Trabalho requer, igualmente, às empresas a entrega de um Relatório da Actividade dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde e no Trabalho (Relatório SHST) durante o mês de Abril do ano seguinte àquele a que diz respeito.

Desde 1 de Janeiro de 2011 que entrou em vigor, em Portugal, o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. Este Código Contributivo regula, entre outros, os regimes abrangidos pelo sistema previdencial aplicáveis aos trabalhadores por conta de outrem, ou em situação legalmente equiparada para efeitos de Segurança Social, e aos trabalhadores independentes.

## Trabalhadores por Conta de Outrem

São abrangidos pelo regime geral, com carácter de obrigatoriedade, os trabalhadores que exercem actividade profissional remunerada ao abrigo de contrato de trabalho nos termos do disposto no Código do Trabalho.

A inscrição dos beneficiários é obrigatória e vitalícia, permanecendo independentemente dos regimes em cujo âmbito o indivíduo se enquadre.

Cabe às entidades empregadoras a comunicação da admissão de trabalhadores ao seu serviço, através de qualquer meio escrito ou

on-line no sítio da *Internet* da Segurança Social ([www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)).

A comunicação é efectuada:

- Nas 24 horas anteriores ao início da produção de efeitos do contrato de trabalho;
- Nas 24 horas seguintes ao início da actividade ligada à celebração de contratos de trabalho de muito curta duração ou à prestação de trabalho por turnos, sempre que a comunicação não possa ser efectuada no prazo previsto na alínea a).

As entidades contribuintes são obrigadas a efectuar uma declaração de remunerações em relação a cada um dos trabalhadores ao seu serviço, abrangendo o valor da remuneração que constitui a base de incidência contributiva, os tempos de trabalho que lhe corresponde e a taxa contributiva aplicável. Esta declaração deve ser efectuada até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que diga respeito e apresentada por transmissão electrónica de dados, através do sítio da Segurança Social na *Internet*:

- DR On-line (dirigido apenas a Entidades com menos de 10 trabalhadores): <https://www.segsocial.pt/app/dr/>
- DRI (dirigido preferencialmente a Entidades com 10 ou mais trabalhadores): <https://dri2.segsocial.pt/NASApp/dri/index.jsp>.

Finalmente, as entidades empregadoras devem efectuar o pagamento das contribuições por si devidas à Segurança Social e pela entrega das quotizações devidas pelos trabalhadores ao seu serviço. O pagamento das contribuições e das quotizações é mensal e é efectuado do dia 10 até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que as contribuições e as quotizações dizem respeito.

Quanto às taxas contributivas do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, assumem os valores referidos no quadro seguinte:

Entidade Empregadora	Trabalhador	Total
23,75%	11%	34,75%



## Obrigações acessórias (baseado em [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt) )

### DECLARATIVAS

#### Declaração de início de actividade

- Declaração de alterações – sempre que um facto relevante considerado na declaração de início de actividades sofreu alterações.
- Declaração de cessação – após o fecho da actividade.
- Declaração periódica – mensalmente, até ao dia 10 do segundo mês seguinte àquele a que respeitam as operações, ou, se o volume de negócios anual for inferior a 650 000€, trimestralmente, até ao dia 15 do segundo mês seguinte àquele a que respeitam as operações.
- Declaração periódica (Minibalcão Único) – deve ser entregue até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que respeitam as operações. Esta declaração deve ser entregue apenas pelos sujeitos passivos que tenham aderido ao regime do Minibalcão Único para as prestações de serviços de telecomunicações, radiodifusão e serviços prestados por via electrónica a particulares estabelecidos noutro Estado-Membro que não Portugal.
- Declaração recapitulativa – até ao dia 20 do mês seguinte ao da realização das transmissões de bens e prestações de serviços intracomunitárias.
- Declaração de Intrastat – até ao dia 15 do mês seguinte ao da movimentação intracomunitárias de bens.
- Declaração anual – até ao dia 15 de Julho (ou ao 15.º dia do 7.º mês posterior à data do termo do período de tributação em sede de IRC, se diferente do ano civil).

### COMUNICAÇÃO DE DOCUMENTOS EMITIDOS

As pessoas, singulares ou colectivas, que tenham sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal em território português e aqui pratiquem operações sujeitas a IVA, são obrigadas a comunicar à AT os elementos dos documentos emitidos (Facturas, Facturas Simplificadas, Notas de Débito e Notas de Crédito, entre outros).

A comunicação é efectuada até ao dia 20 do mês seguinte por:

- transmissão electrónica de dados em tempo real, integrada em programa de facturação electrónica;
- transmissão electrónica de dados, mediante remessa de ficheiro SAF-T (PT) de facturação [obrigatória para os sujeitos passivos que sejam obrigados a produzir o ficheiro SAF-T (PT)]; ou,
- por inserção directa no Portal das Finanças.

### CONTABILIDADE E ARQUIVO

A contabilidade deve ser organizada de forma a possibilitar o conhecimento dos elementos necessários ao cálculo do imposto, com todos os dados necessários ao preenchimento da declaração periódica.

É obrigatório o registo/controlo dos bens de investimento, de forma a permitir o controlo das deduções efectuadas e das regularizações processadas.

Os registos e respectivos documentos de suporte, incluindo os documentos relativos à análise, programação e execução relativos aos meios informáticos utilizados, são arquivar e conservar em boa ordem durante 10 anos civis.

É permitido o arquivo em suporte electrónico das facturas emitidas por via electrónica, bem como das facturas processadas por computador, nos termos definidos por portaria do Ministro das Finanças.

## **APOIOS E INCENTIVOS AO DISPOR DAS EMPRESAS (EUROPEUS E NACIONAIS)**



## APOIOS E INCENTIVOS AO DISPOR DAS EMPRESAS (EUROPEUS E NACIONAIS)

Além dos incentivos municipais referidos em cada um dos concelhos, existem incentivos de âmbito nacional, regional e temáticos, numa grande diversidade de áreas e promovidos por diferentes entidades e programas.

Existem apoios disponíveis para o empreendedorismo, o acesso a micro-crédito, apoios à contratação e à realização de estágios, à qualificação e inovação produtiva, à internacionalização de empresas e vários benefícios fiscais a que, em determinadas condições, as empresas poderão ter acesso.

Considerando a multiplicidade de apoios existentes, descrevem-se abaixo os principais programas disponíveis, com indicação do local onde estão disponíveis informações mais pormenorizadas sobre as condições de acesso e os prazos de candidatura, bem como os procedimentos formais a efectuar.

Os principais apoios disponíveis são no âmbito dos seguintes programas:

### PORTUGAL2020<sup>1</sup>

Dado o âmbito do Guia, apenas se referem o da Região Norte e o da Região Centro.

Trata-se do Acordo de Parceria adoptado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a actuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI): Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) - no qual se

definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

O **Portugal 2020** é operacionalizado através de **16 Programas Operacionais** a que acrescem os Programas de Cooperação Territorial nos quais Portugal participa a par com outros Estados membros (Espanha-Portugal; Madeira-Açores-Canárias; ...)

4 Programas Operacionais Temáticos no Continente

- Competitividade e Internacionalização
- Inclusão Social e Emprego
- Capital Humano

---

1. <https://www.portugal2020.pt/Portal2020>

- Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

5 Programas Operacionais Regionais no Continente – dois dos quais Norte e Centro – e 2 nas Regiões Autónomas.

3 Programas de Desenvolvimento Regional: 1 no Continente – PDR 2020 e 2 nas regiões autónomas.

1 Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) – Programa Operacional MAR 2020

1 Programa Operacional de Assistência Técnica

Dotação Financeira: 25 mil milhões de euros até 2020, para o conjunto dos fundos, os quais serão atribuídos no âmbito de cada um dos 16 Programas Operacionais, temáticos e regionais.

## PROGRAMAS OPERACIONAIS TEMÁTICOS NO CONTINENTE

### COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO<sup>1</sup>

“Tem como finalidade contribuir para a criação de uma economia mais competitiva, baseada em actividades intensivas em conhecimento, na aposta de bens e serviços transaccionáveis

ou internacionalizáveis e no reforço da qualificação e da orientação exportadora das empresas portuguesas, promovendo igualmente a redução de custos associada a uma maior eficiência dos serviços públicos e à melhoria dos transportes”.

O POCL mobiliza seis Objectivos Temáticos em torno dos seguintes Eixos:

- Eixo I: Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;
- Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto;
- Eixo III: Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego;
- Eixo IV: Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas;
- Eixo V: Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública;
- Eixo VI: Assistência Técnica.

### INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO<sup>2</sup>

O POISE visa o “reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social e os apoios diretos aos grupos populacionais mais desfavorecidos, as políticas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social”.

1. [https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/POCL\\_Resumo%20\(F\).pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/POCL_Resumo%20(F).pdf)

2. [https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/Nota%20POISE\\_PORTAL.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/Nota%20POISE_PORTAL.pdf)

A intervenção do PO ISE encontra-se estruturada nos seguintes Eixos:

- Eixo I: Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego;
- Eixo II Iniciativa Emprego Jovem;
- Eixo III Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação;
- Eixo IV Assistência Técnica.

## CAPITAL HUMANO<sup>1</sup>

Promover o aumento da qualificação da população, ajustada às necessidades do mercado de trabalho e em convergência com os padrões europeus.<sup>2</sup>

- Garantindo a melhoria do nível de qualidade nas qualificações adquiridas;
- Melhorando o sucesso escolar, reduzindo o abandono;
- Promovendo a igualdade, a coesão social e o desenvolvimento pessoal e da cidadania;
- A par do reforço da competitividade económica do país.

O POCH estrutura-se em 4 Eixos:

- Eixo 1: Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade;

- Eixo 2: Reforço do ensino superior e da formação avançada;
- Eixo 3: Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade;
- Eixo 4: Qualidade e inovação do sistema de educação e formação.

## SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS<sup>3 4</sup>

“Pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos”.

O POSEUR traduz-se operacionalmente em 3 eixos:

- Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores;
- Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

1. [https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/5.%20POCH\\_portal\\_vfinal.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/5.%20POCH_portal_vfinal.pdf)

2. [https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/BROCHURAS%20PO/POCH\\_Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Lan%C3%A7amento%20PT2020A.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/BROCHURAS%20PO/POCH_Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Lan%C3%A7amento%20PT2020A.pdf)

3. [https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/docs/6.%20Programa%20Operacional%20Sustentabilidade%20e%20Eficiente%20Uso%20de%20Recursos\\_vf.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/docs/6.%20Programa%20Operacional%20Sustentabilidade%20e%20Eficiente%20Uso%20de%20Recursos_vf.pdf)

4. <https://poseur.portugal2020.pt/>

## PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS NO CONTINENTE

### NORTE 2020<sup>1 2</sup>

O Norte 2020 é o instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional do Norte de Portugal. Apoia investimentos realizados na NUTS II Região do Norte.

O NORTE2020 é gerido pela CCDR-N e aplicará, até 2020, 3,4 mil milhões de Euros de verbas comunitárias, de acordo com as prioridades identificadas aquando do planeamento do programa, no qual participaram actores regionais e locais.

O Norte 2020 organiza-se nos seguintes eixos prioritários:

- Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;
- Competitividade das Pequenas e Médias Empresas;
- Economia de Baixo Teor de Carbono;
- Qualidade Ambiental;
- Sistema Urbano;
- Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores;
- Inclusão Social e Pobreza;
- Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Capacitação Institucional e TIC;
- Assistência Técnica.

Quase metade do valor (1,26 mil milhões de Euros) tem como finalidade aumentar a competitividade de micro e pequenas empresas da região, com projectos de internacionalização, inovação e investigação.

### CENTRO 2020<sup>3</sup>

O Centro 2020 é o instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional do Centro de Portugal.

O Programa Operacional da Região Centro estrutura-se em 9 eixos prioritários:

- Eixo 1 - Investigação, desenvolvimento e inovação (IDEIAS);
- Eixo 2 - Competitividade e internacionalização da economia regional (COMPETIR);
- Eixo 3 - Desenvolver o potencial humano (APRENDER);
- Eixo 4 - Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR);
- Eixo 5 - Fortalecer a coesão social e territorial (APROXIMAR e CONVERGIR);
- Eixo 6 - Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR);
- Eixo 7 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR);
- Eixo 8 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR);
- Eixo 9 - Reforçar a rede urbana (CIDADES).

Para o período 2014-2020, o Programa Operacional da Região Centro conta com uma dotação de 2 155 milhões de euros.

1. <http://www.norte2020.pt/>

2. [https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/BROCHURAS%20PO/Brochura\\_NORTE2020.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/BROCHURAS%20PO/Brochura_NORTE2020.pdf)

3. <http://www.centro.portugal2020.pt/>

# PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## PDR 2020<sup>1</sup>

Programa de Desenvolvimento Rural do Continente é o principal instrumento de apoio ao desenvolvimento de projectos agrícolas em todo o território do continente.

O PDR 2020 envolve 4 áreas de intervenção:

- Inovação e conhecimento;
- Competitividade e organização da produção;
- Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima;
- Desenvolvimento local.

Os apoios à valorização da produção agrícola e dos recursos florestais, à organização da produção e à eficiente utilização dos recursos ambientais e clima assumem relevância, representando cerca de 90% do total de apoios disponíveis.

## MAR2020<sup>2</sup>

A Comissão Europeia aprovou o Programa Operacional MAR 2020 com a aprovação do Programa Operacional «Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas — Programa Operacional de Portugal» para apoio do

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas em Portugal.

O MAR 2020 tem por objectivo implementar em Portugal as medidas de apoio enquadradas no Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) sendo as suas Prioridades Estratégicas:

- Promover a competitividade com base na inovação e no conhecimento;
- Assegurar a sustentabilidade económica social e ambiental do sector da pesca e da aquicultura, contribuir para o bom estado ambiental do meio marinho e promover a Política Marítima Integrada;
- Contribuir para o desenvolvimento das zonas costeiras, aumentar o emprego e a coesão territorial bem como aumentar a capacidade e qualificação dos profissionais do sector.
- Outros programas/apoios.

## AICEP<sup>3</sup>

**Apoios Financeiros à Internacionalização** – além do POCI (Portugal2020: PO Competitividade e Internacionalização) já mencionado, existem os seguintes apoios à internacionalização:

- Linhas de Crédito
- Seguros de Créditos
- Garantia Mútua
- Capital de Risco/SCR
- Financiamentos, Garantias e Capital de Risco – SOFID<sup>4</sup>

1. <http://www.bancobpi.pt/empresas/portugal-2020/pdr-2020>

2. <http://www.mar2020.pt/>

3. <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/GuiaPraticoApoiosFinanceirosInternacionalizacao/Paginas/ApoiosFinanceirosInternacionalizacao.aspx>

4. <http://www.sofid.pt/pt/>

- Financiamentos Multilaterais
- Protocolos de Colaboração com Bancos

Mais informações em:  
<http://www.portugalglobal.pt>

## IAPMEI<sup>1</sup>

**IAPMEI+:** O IAPMEI no âmbito das medidas de simplificação administrativa do programa SIMPLEX+, disponibiliza no seu *website*, uma área electrónica que pretende facilitar o relacionamento com os promotores de projectos de investimento do Portugal 2020 e de outras medidas sob a responsabilidade do IAPMEI em termos de acompanhamento, designada “Consola de Gestão de Incentivos IAPMEI+”.

**Comércio Investe<sup>2</sup>:** sistema de incentivo dirigido a micro e pequenas empresas (projecto individual) do sector do comércio a retalho e Associações (projecto conjunto) que promovam o comércio localizado nos centros urbanos, nos termos previstos no enquadramento legal do Fundo de Modernização do Comércio e Projectos de Dinamização.

## IEFP<sup>3</sup>

O Instituto de Emprego e Formação Profissional<sup>4</sup> promove um conjunto de programas e medidas que permitem “apoiar a criação, a manutenção de postos de trabalho ou a formação de trabalhadores”, designadamente nas áreas de:

1. Apoios à contratação;
2. Empreendedorismo;
3. Estágios;
4. Emprego-Inserção;
5. Reabilitação profissional de pessoas com deficiência e incapacidade;
6. Incentivo à aceitação de ofertas de emprego para desempregados;
7. Medidas de âmbito sectorial ou geográfico;
8. Outras medidas (<https://www.iefp.pt/>)

## APOIOS À CONTRATAÇÃO<sup>5</sup>

Os apoios à contratação agregam um conjunto de medidas que consistem na atribuição de apoios financeiros às empresas que celebrem contratos de trabalho.

## CONTRATO-EMPREGO

Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho sem termo ou a termo certo, por prazo igual ou superior a 12 meses, com desempregados inscritos no IEF (ver condições específicas no sítio do IEF), com a obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados.

1. <https://www.iapmei.pt/>

2. <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Incentivos-Financiamento/Comercio-Investe.aspx>

3. <https://www.netemprego.gov.pt/IEFP/apoios.jsp>

4. <https://www.portaldocidadao.pt/web/instituto-do-emprego-e-formacao-profissional/apoios-e-incentivos-as-entidades-informacao>

5. <https://www.iefp.pt/en/apoios-a-contratacao>

Medida Financiada pelo Portugal 2020.

Apoio financeiro:

- 9 vezes o valor do IAS (Indexante dos Apoios Sociais: 421,32€), no caso de contratos de trabalho sem termo
- 3 vezes o valor do IAS, no caso de contratos de trabalho a termo certo

O apoio é majorado

- Em 10% caso o desempregado se enquadre nas seguintes situações:
  - beneficiário do Rendimento Social de Inserção;
  - pessoa com deficiência e incapacidade;
  - pessoa que integre família monoparental;
  - pessoa cujo cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto se encontre igualmente em situação de desemprego e inscrito no IEFP
  - vítima de violência doméstica;
  - refugiado;
  - ex-recluso e aquele que cumpra ou tenha cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade e esteja em condições de se inserir na vida activa;
  - toxicodependente em processo de recuperação.
- Em 10% no caso de posto de trabalho estar localizado em território economicamente desfavorecido.

**Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho:** apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho com desempregados inscritos nos serviços de emprego, do sexo sub-representado em determinada profissão.

Caso se trate de contratação de desempregados de sexo sub-representado em determinada profissão (representatividade inferior a 33,3%), os apoios são majorados em 20%, no caso de contratos de trabalho a termo e 30%

no caso de contratos de trabalho sem termo (ou de conversão de contrato de trabalho a termo em contrato de trabalho sem termo).

**Prémio de Conversão:** no caso de conversão de contrato de trabalho a termo certo em contrato de trabalho sem termo é concedido um prémio no valor de 2 vezes a retribuição base mensal prevista no contrato, até ao limite de 5 vezes o IAS.

No caso de celebração de contrato de trabalho a tempo parcial, o apoio é reduzido proporcionalmente (sendo a base as 40 horas semanais).

São requisitos para a concessão do apoio:

- A celebração de contrato de trabalho sem termo, a tempo completo ou a tempo parcial, ou a termo certo por período igual ou superior a 12 meses, com desempregados inscritos no IEFP;
- A criação líquida de emprego e a manutenção do nível de emprego alcançado por via do apoio;
- Proporcionar formação profissional durante o período de duração do apoio;
- A remuneração oferecida no contrato tem de respeitar o previsto em termos de Retribuição Mínima Mensal Garantida e, quando aplicável, do respectivo instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.

Apenas são elegíveis os contratos celebrados a termo certo, de duração igual ou superior a 12 meses, com desempregados numa das seguintes situações: beneficiários do Rendimento Social de Inserção; pessoas com deficiência e incapacidade; refugiados; ex-reclusos e aqueles que cumpram ou tenham cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade e estejam em condições de se inserir na vida activa; toxicodependentes em processo de recuperação; com idade igual ou



superior a 45 anos inscritos no IEFP há pelo menos 2 meses consecutivos; inscritos há 25 ou mais meses.

### Condições de candidatura

Para efeitos de candidatura, a entidade empregadora deve reunir, cumulativamente, uma série de requisitos que podem ser consultados no sítio do IEFP.

### Isenções e Reduções

Para além das medidas de apoio à contratação geridas pelo IEFP - Contrato-Emprego - o Estado concede outros apoios ao emprego através de outras medidas de isenção ou redução de contribuições a cargo da entidade empregadora, da responsabilidade do Instituto de Segurança Social, IP.

Para saber mais sobre estas medidas, consultar o site da segurança social, onde se encontram também guias práticos relacionados com esta matéria.

## EMPREENDEDORISMO<sup>1</sup>

- (Apoio à) criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego: atribuição de apoios a projectos promovidos por beneficiários das prestações de desemprego, através da pagamento antecipado do montante global das prestações de desemprego, desde que os mesmos assegurem o emprego, a tempo inteiro, dos promotores

subsidiados (possibilidade de cumulação com a modalidade de crédito com garantia e bonificação da taxa de juro - linhas **Microinvest** e **Invest+**).

- (Apoio à) Criação de Empresas: apoios à criação de pequenas empresas com fins lucrativos, (incluindo cooperativas), através do acesso a linhas de crédito com garantia e bonificação da taxa de juro concedido por instituições bancárias (que originem a criação de emprego e contribuam para a dinamização das economias locais).

Crédito com garantia e bonificação da taxa de juro:

**Microinvest<sup>2</sup>:** apoiar projectos de empreendedorismo e de criação do próprio emprego até 20 000 euros, mediante o acesso ao crédito bancário em condições favoráveis. 2 anos de carência de capital. Reembolso no prazo de 5 anos com prestações mensais (amortizações constantes de capital). Tem como destinatários desempregados inscritos, jovens à procura do 1º emprego, trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal no último ano seja inferior ao rendimento mínimo garantido ou nunca tenham exercido actividade.

**Invest + <sup>3</sup>:** destina-se a apoiar o empreendedorismo e a criação de empresas de pequena dimensão (investimento superior a 20 000 euros e até 200 000 euros) que gerem emprego e contribuam para a dinamização das economias locais. Financiamento: 95% do investimento total, com o limite de 100 000€. 2 anos de carência de capital. Reembolso no prazo de 5 anos

1. [http://www.portaldosincentivos.pt/docs/CPE\(Portal\).pdf](http://www.portaldosincentivos.pt/docs/CPE(Portal).pdf)

2. <https://www.cgd.pt/Empresas/Ofertas-Setoriais/Empreendedorismo/Pages/Linha-Microinvest.aspx>

3. <https://www.cgd.pt/Empresas/Ofertas-Setoriais/Empreendedorismo/Pages/Linha-Invest-Mais.aspx>

com prestações mensais (amortizações constantes de capital). Desempregados inscritos, jovens à procura do 1º emprego, trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal no último ano seja inferior ao rendimento mínimo garantido ou nunca tenham exercido actividade.

**Microcrédito:** apoio à criação de empresas promovidas por pessoas que tenham especiais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, através do acesso a crédito para projectos com investimento e financiamento de pequeno montante (linhas de acesso ao crédito com garantia e bonificação da taxa de juro nos termos da Microinvest).

Estas três tipologias de apoio fazem parte do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego<sup>1</sup>

**Investe Jovem:** Programa destinado a promover a criação de empresas por jovens desempregados através do apoio à criação do próprio emprego e de micro negócio: apoio financeiro ao investimento; apoio financeiro à criação do próprio emprego dos promotores; apoio técnico na área do empreendedorismo para reforço de competências e para estruturação e consolidação do projecto.

**Apoio Técnico** à Criação e Consolidação de projectos (desenvolvimento de competências em empreendedorismo e apoio específico à criação e estruturação do projecto, incluindo elaboração de planos de investimento e de negócio; apoio nos dois primeiros anos de actividade da empresa, incluindo acompanhamento da execução do projecto aprovado e consultoria em aspectos relacionados com a gestão e operacionalização da actividade).

**Outras**

## ESTÁGIOS<sup>2</sup>

**Estágios Profissionais:** Estágios com a duração de 9 meses, não prorrogáveis, tendo em vista promover a inserção de jovens no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de desempregados (ver destinatários no sítio do IEFP).

Aos estagiários é atribuída uma bolsa de estágio que pode ir de 1,2 IAS (nível 3): 505,58€ a 1,75 IAS (nível 8): 737,31€ acrescido de subsídio de alimentação e seguro de acidentes de trabalho.

O IEFP contribui com 65% a 80% (consultar critérios aplicáveis no sítio do IEFP) da bolsa de estágio, subsídio de alimentação (no valor fixado para os funcionários públicos) e prémio do seguro de acidentes de trabalho. Adicionalmente é apoiado o transporte do estagiário, caso este se trate de pessoa com deficiência e incapacidade. Caso seja celebrado com o estagiário um contrato de trabalho sem termo (nos 20 dias úteis a contar da conclusão do estágio) é concedido um Prémio ao Emprego de 2 vezes a retribuição base mensal (até 5 x IAS) com possível majoração de 30% do valor caso se trate do sexo sub-representado.

**Estágios não financiados:** a entidade empregadora pode organizar e promover estágios profissionais desde que obedeça a um conjunto de regras (duração, contrato, designação de orientador, pagamento de subsídio, refeição e seguro, etc.)

## ACORDOS SECTORIAIS

Acordo Sectorial é o acordo estabelecido entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P (IEFP) e as Associações Empresariais re-

1. <http://www.portaldosincentivos.pt/index.php/criacao-do-proprio-emprego>

2. <https://www.iefp.pt/en/estagios>

presentativas dos sectores de actividade considerados prioritários e com maior capacidade de criação de emprego, para o recrutamento e selecção de trabalhadores, qualificados e ajustados aos postos de trabalho a ocupar, com o objectivo de estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura de emprego, facilitando a aproximação entre o Serviço Público de Emprego e o tecido empresarial e potenciando, simultaneamente a integração no mercado de trabalho dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

## INVESTE ARTES E OFÍCIOS

O programa destina-se a promover o empreendedorismo e a criação de novas empresas por desempregados na área das actividades artesanais, através do apoio à criação do próprio emprego e de micro negócios, contemplando as seguintes medidas:

- Apoio financeiro ao investimento;
- Apoio financeiro à criação do próprio emprego dos promotores;
- Apoio técnico na área do empreendedorismo para reforço de competências e para a estruturação do projeto, bem como para a consolidação do mesmo.

## MEDIDA CHEQUE FORMAÇÃO

- A medida Cheque-Formação constitui uma modalidade de financiamento directo da formação a atribuir aos utentes inscritos na rede de Centros de emprego e de Centros de emprego e formação profissional do IEFP, I.P., nomeadamente entidades empregadoras, activos empregados e desempregados.

## PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO

- No âmbito do Programa de Promoção das Artes e Ofícios são concedidos apoios financeiros à participação em acções de promoção e comercialização que visem fomentar os serviços e ou produções relativos às actividades previstas no relatório de actividades artesanais, através das seguintes iniciativas:
  - a) Feiras e certames de promoção e comercialização do artesanato;
  - b) Outras acções de promoção das produções artesanais, cuja relevância o justifique.

## **INFORMAÇÕES ADICIONAIS E CONTACTOS ÚTEIS**

# INFORMAÇÕES ADICIONAIS E CONTACTOS ÚTEIS

## **Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA)**

[www.aida.pt](http://www.aida.pt)

Rua da Boavista - Zona Industrial de Taboeira  
- Alagoas  
3800-115 Aveiro

Tel: (+351) 234 302 490

Fax: (+351) 234 302 499

E-mail: [aida@aida.pt](mailto:aida@aida.pt)

## **EEN AIDA - Enterprise Europe Network**

Tel: (+351) 234 302 493

Email: [een-portugal@aida.pt](mailto:een-portugal@aida.pt)

## **CENTRO QUALIFICA**

Tel: (+351) 234 302 140

Email: [centroqualifica@aida.pt](mailto:centroqualifica@aida.pt)

## **GIP AIDA**

Tel: (+351) 234 302 140

Email: [recursos.humanos@aida.pt](mailto:recursos.humanos@aida.pt)

## **GAL Aveiro Norte**

### **GAL Aveiro Sul**

Tel: (+351) 234 302 491

Email: [gal.aveironorte@aida.pt](mailto:gal.aveironorte@aida.pt)

[gal.aveirosul@aida.pt](mailto:gal.aveirosul@aida.pt)

## **Agência Nacional de Inovação (ANI)**

[www.adi.pt](http://www.adi.pt)

Lisboa

Campus do Lumiar, Ed. O, 1º  
Estrada do Paço do Lumiar  
1649-038 Lisboa

Tel: (+351) 214 232 100

Fax: (+351) 214 232 101

Porto

Rua de Sagres, 11  
4150-649 Porto

Tel: (+351) 226 167 820

Fax: (+351) 226 185 406

E-mail: [info@ani.pt](mailto:info@ani.pt)

## **Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)**

[www.portugalglobal.pt](http://www.portugalglobal.pt)

Sede:

Rua Júlio Dinis, 748 - 9º Dto.  
4050-012 Porto

Tel: (+351) 226 055 300

808 214 214 / 217 909 500

E-mail: [aicep@portugalglobal.pt](mailto:aicep@portugalglobal.pt)

## **Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)**

[www.microcredito.com.pt](http://www.microcredito.com.pt)

Praça José Fontana, 4  
5º andar (atendimento)  
1050-129 LISBOA

Número Azul: 808 202 922

(custo de chamada local)

Tel: (+351) 213 156 200

Fax: (+351) 213 156 202

E-mail: [microcredito@microcredito.com.pt](mailto:microcredito@microcredito.com.pt)

## **Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE)**

[www.anje.pt](http://www.anje.pt)

Sede:

Casa do Farol  
Rua Paulo da Gama  
4169-006 Porto

Tel: (+351) 220 108 000

Fax: (+351) 220 108 010

E-mail: [anje@anje.pt](mailto:anje@anje.pt)

## **Centro de Incubação e Aceleração de Aveiro**

Zona Industrial do Mamodeiro  
3811-511 Aveiro

Tel: (+351) 234 940 410

Fax: (+351) 234 940 419

E-mail: [anamartins@anje.pt](mailto:anamartins@anje.pt)

## **Associação Portuguesa de Capital de Risco e Desenvolvimento (APCRI)**

[www.apcri.pt](http://www.apcri.pt)

Rua Soeiro Pereira Gomes 1  
1600-207 Lisboa

Tel: (+351) 211 923 416

E-mail: [geral@apcri.pt](mailto:geral@apcri.pt)

## **Centro de Emprego Aveiro**

[www.iefp.pt](http://www.iefp.pt)

Cais Fonte Nova, Apartado 234 - Aveiro  
3811 - 904 Aveiro

Tel: (+351) 234 370 400

Fax: (+351) 234 370 401

E-mail: [cte.aveiro.drc@iefp.pt](mailto:cte.aveiro.drc@iefp.pt)

## **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDR-C)**

[www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)

Rua Bernardim Ribeiro, 80  
3000-069 Coimbra

Tel: (+351) 239 400 100

Fax: (+351) 239 400 115

E-mail: [geral@ccdrc.pt](mailto:geral@ccdrc.pt)

## **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte (CCDR-N)**

[www.ccdn-n.pt](http://www.ccdn-n.pt)

Rua Rainha D. Estefânia, nº 251  
4150-304 Porto

Tel: (+351) 226 086 300

Fax: (+351) 226 061 480

E-mail: [geral@ccdrc-n.pt](mailto:geral@ccdrc-n.pt)

## **EMPRESAS NA HORA**

[www.empresanahora.pt](http://www.empresanahora.pt)

Vários contactos disponíveis no Distrito de Aveiro: [www.empresanahora.pt/ENH/sections/PT\\_contactos](http://www.empresanahora.pt/ENH/sections/PT_contactos)

Conservatória do Registo Comercial de Aveiro  
- *Com Procedimento de constituição com Entradas em Espécie*

Urbanização Forca - Vouga  
Rua António José Cordeiro, 26  
3800-003 AVEIRO

Tel: (+351) 234 400 940

Fax: (+351) 234 400 949

E-mail: [crpcom.aveiro@dgrn.mj.pt](mailto:crpcom.aveiro@dgrn.mj.pt)

## **Federação Nacional de Associações de Business Angels (FNABA)**

[www.fnaba.org](http://www.fnaba.org)

Rua das Pombas 12  
3810-150 Aveiro

Tel: (+351) 916 690 277

E-mail: [info@fnaba.org](mailto:info@fnaba.org)

## **FINICIA**

[www.iapmei.pt](http://www.iapmei.pt) > Produtos e Serviços >  
Incentivos e Financiamento > Financiamento para PME

**Garantias Mútuas**

www.garantiamutua.com; <http://www.spgm.pt>

Rua Professor Mota Pinto, 42 F - 2º, sala 211  
4100-353 Porto

Tel: (+351) 226 165 280  
Fax: (+351) 226 165 289  
E-mail: [geral@spgm.pt](mailto:geral@spgm.pt)

**Portugal Ventures**

www.portugalventures.pt

Av. Dr. Antunes Guimarães, 103  
4100-079 Porto

Tel: (+351) 226 165 390  
E-mail: [contact@portugalventures.pt](mailto:contact@portugalventures.pt)

**Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI)**

www.iapmei.pt

Centro de Apoio Empresarial Centro  
- Extensão Aveiro  
Rua da Boavista, Alagoas, Esgueira  
3800-115 Aveiro

Tel: (+351) 234 302 450  
Fax: (+351) 234 302 466  
E-mail: [info@iapmei.pt](mailto:info@iapmei.pt)

**Centro de Apoio Empresarial Norte - Extensão Porto**

Rua dos Salazares, 842 4100-442 Porto

Tel: (+351) 226 152 000  
Fax: (+351) 226 152 022  
E-mail: [info@iapmei.pt](mailto:info@iapmei.pt)

**Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**

www.marcaspatentes.pt

Serviço de Atendimento  
Campo das Cebolas  
1149-035 - Lisboa

Linha Azul (Informações): 808 200 689  
(9h00 às 17h00)

Tel: (+351) 218 818 100  
Fax: (+351) 218 869 859  
E-mail: [servico.publico@inpi.pt](mailto:servico.publico@inpi.pt)

**Espaço Empresa / Balcão do Empreendedor**

www.portaldaempresa.pt/cve; <https://bde.portaldocidadao.pt/evo/LandingPage.aspx>  
www.portaldaempresa.pt

Espaço Empresa de Aveiro  
Rua Orlando Oliveira n.º 41 a 47  
3800-004 FORÇA-VOUGA

Tel: 707 10 10 99  
Tel [estrangeiro]: (+351) 289 106 540  
E-mail: [info.portaldaempresa@ama.pt](mailto:info.portaldaempresa@ama.pt)

**Unidade de Transferência de Tecnologia da Universidade de Aveiro (UATEC)**

www.ua.pt/uatec

**Incubadora de Empresas da Universidade de Aveiro (IEUA)**

www.ua.pt/ieua

Campus Universitário de Santiago, Edifício 1  
3810-193 Aveiro

Tel: (+351) 234 380 300  
E-mail: [ieua@ua.pt](mailto:ieua@ua.pt)  
[www.facebook.com/ieua.pt](http://www.facebook.com/ieua.pt)

**IEUA Fábrica (Antiga Fábrica de Moagens de Aveiro)**

Rua Calouste Gulbenkian, n.º 1, Edifício A  
3810-074 Aveiro

**IEUA Santa Joana**

Avenida Santa Joana, n.º 69  
3810-329 Aveiro

**ÁGUEDA****Câmara Municipal de Águeda**

www.cm-agueda.pt

Praça do Município  
3754-500 Águeda

Tel: (+351) 234 610 070 / 234 610 078  
E-mail: [geral@cm-agueda.pt](mailto:geral@cm-agueda.pt)

**Gabinete de Apoio ao Empresário Águeda**

Incubadora de Empresas de Águeda

Linha de Apoio ao Empresário  
(Dr. Pedro Alves)  
Tel: (+351) 962 029 814 / 234 610 070  
(ext. 1534)  
E-mail: [pedro.alves@cm-agueda.pt](mailto:pedro.alves@cm-agueda.pt)

**Incubadora de Empresas de Águeda**

Rua Luís de Camões, n.º 64  
3750-159 Águeda

Tel: (+351) 234 180 155  
Fax: (+351) 234 610 078  
E-mail: [incubadora@cm-agueda.pt](mailto:incubadora@cm-agueda.pt)

**ALBERGARIA-A-VELHA****Município de Albergaria-a-Velha**

www.cm-albergaria.pt

Praça Comendador Ferreira Tavares  
3850-053 Albergaria-a-Velha

Tel: (+351) 234 529 300  
Fax: (+351) 234 522 225  
E-mail: [geral@cm-albergaria.pt](mailto:geral@cm-albergaria.pt)

**IERA - Incubadora de Empresas da Região de Aveiro- Polo de Albergaria-a-Velha**

Rua Américo Martins Pereira  
3850 - 837 Albergaria-a-Velha

Tel: (+351) 234529751  
Fax: (+351) 234522225  
E-mail: [incubadora.empresas@cm-albergaria.pt](mailto:incubadora.empresas@cm-albergaria.pt)

**ANADIA****Câmara Municipal de Anadia**

www.cm-anadia.pt

Apartado 19 - Praça do Município  
3780-909 Anadia

Tel: (+351) 231 510 730  
Fax: (+351) 231 510 739  
Linha Verde: 800 207 081  
E-mail: [geral@cm-anadia.pt](mailto:geral@cm-anadia.pt)

**Curia Tecnoparque**

www.wrc.pt

Curia Tecnoparque  
3780-544 Tamengos

Tel: (+351) 231 519 712  
Fax: (+351) 231 519 711  
E-mail: [info@wrc.pt](mailto:info@wrc.pt)

**Incubadora do Curia Tecnoparque**

Curia Tecnoparque  
3780-544 Tamengos  
Tel: (+351) 231 519 710  
E-mail: [incubadora@wrc.pt](mailto:incubadora@wrc.pt)

**GAE - Gabinete de Atendimento às Empresas e ao Empreendedor**

www.cm-anadia.pt/investemanadia

Curia Tecnoparque  
3780-544 Tamengos

Tel: (+351) 231 519 719 (GAE)  
(+351) 231 519 712 (Geral)  
E-mail: [investemanadia@cm-anadia.pt](mailto:investemanadia@cm-anadia.pt)

**AROUCA****Câmara Municipal de Arouca**

www.cm-arouca.pt

Praça do Município  
4544-001 Arouca

Tel: (+351) 256 940 220  
Fax: (+351) 256 943 045  
E-mail: [geral@cm-arouca.pt](mailto:geral@cm-arouca.pt)

**C3i - Centro de Incubação e Inovação Industrial de Arouca**

Ficará instalado no Parque de Negócios de Escariz

**Associação Empresarial de Cambra e Arouca**

Av. 25 de Abril, n.º 68  
4540-102 Arouca  
Tel: (+351) 256 943 148  
E-mail: geral@aeca.pt

**AVEIRO****Câmara Municipal de Aveiro**

www.cm-aveiro.pt  
Edifício Paços do Concelho  
Praça da República Apartado 244  
3810 - 156 Aveiro  
Edifício Centro de Congressos  
Cais da Fonte Nova  
Tel: (+351) 234 406 300  
Fax: (+351) 234 406 301/2  
E-mail: geral@cm-aveiro.pt

**Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA)****Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro (GAC-RA)**

Rua do Carmo, n.º 20  
3800-127 Aveiro  
Tel: (+351) 234 377 650  
Fax: (+351) 234 377 659  
Email: geral@regiaoaveiro.pt

**IERA - Incubadora de Empresas da Região de Aveiro**

www.iera.pt  
E-mail: geral@iera.pt

**Parque de Exposição de Aveiro - Aveiro -Expo**

http://aveiroexpo.com/  
Parque de Exposições de Aveiro  
Rua Dr. Manuel Almeida Trindade  
3810-488 Aveiro  
Tel: (+351) 234 340 020  
Fax: (+351) 234 340 021  
E-mail: geral@aveiroexpo.pt

**Pólo de Incubação de Aveiro | Incubadora de Empresas do Município de Aveiro**

http://incubadora.cm-aveiro.pt/  
Parque de Exposições de Aveiro  
Rua Dr. Manuel Almeida Trindade  
3810-488 Aveiro  
Gestora Operacional  
Carla Semedo  
Tel: (+351) 967 089 342  
E-mail: incubadora@cm-aveiro.pt

**Balcão do Empreendedor**

Loja do Cidadão de Aveiro  
Rua Orlando Oliveira, n.º 41 a 47  
3000-004 Força-Vouga  
Tel: 707 10 10 99  
Tel [do estrangeiro]: (+351) 289 106 540  
Fax: (+351) 234 405 707  
E-mail: info.portaldapempresa@ama.pt

**CASTELO DE PAIVA****Câmara Municipal de Castelo de Paiva**

www.cm-castelo-paiva.pt/  
Largo do Conde  
4550 - 102 Castelo de Paiva  
Tel: (+351) 255 689 500  
Fax: (+351) 255 690 052  
E-mail: geral@cm-castelo-paiva.pt

**CACE - Centro de Apoio à Criação de Empresas**

Zona Industrial de Felgueiras  
4550 - 161 SOBRADO Castelo de Paiva  
Tel: (+351) 255 689 500  
E-mail: gip@cm-castelo-paiva.pt

**ESPINHO****Câmara Municipal de Espinho**

http://portal.cm-espinho.pt  
Praça Dr. José Oliveira Salvador  
Apartado 700  
4501-901 Espinho  
Tel: (+351) 227 335 800  
Fax: (+351) 227 335 894 / 227 335 852  
E-mail: geral@cm-espinho.pt

**ESTARREJA****Câmara Municipal de Estarreja**

www.cm-estarreja.pt/  
Praça Francisco Barbosa  
3864-001 Estarreja  
Tel: (+351) 234 840 600  
Fax: (+351) 234 840 607  
E-mail: geral@cm-estarreja.pt

**Eco Parque Empresarial de Estarreja**

GADE - Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Empresarial de Estarreja  
Estarreja Centro de Negócios / Business Center  
Eco Parque Empresarial de Estarreja  
Tel: (+351) 234 918 202  
E-mail: gade@cm-estarreja.pt

**Incubadora de Empresas do Município de Estarreja**

Incubadora de Empresas de Estarreja  
Ciclo Criativo (Antigo Colégio)  
Rua Dr. Pereira de Melo, Estarreja  
Tel: (+351) 234 133 712  
E-mail: incubadora@cm-estarreja.pt

**ÍLHAVO****Câmara Municipal de Ílhavo**

www.cm-ilhavo.pt  
Av. 25 de Abril  
3830-044 Ílhavo  
Tel: (+351) 234 329 601  
E-mail: geralcmi@cm-ilhavo.pt

**Incubadora de Empresas do Município de Ílhavo / Gabinete de Apoio ao Empreendedor**

Edifício CIEMar (junto ao MMI)  
Travessa Alexandre da Conceição  
3830-196 Ílhavo  
Tel: (+351) 234 092 496  
Fax: (+351) 234 329 601  
E-mail: safe@cm-ilhavo.pt

**MEALHADA****Câmara Municipal da Mealhada**

Largo do Município  
3054-001 Mealhada  
Horário: 9h - 12h30 / 13h30 - 16h (dias úteis)  
Tel: (+351) 231 200 980  
Fax: (+351) 231 203618  
E-mail: Geral:gabpresidencia@cm-mealhada.pt

**Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo (GAE) - Mealhada**

Tel: (+351) 231 281 513  
E-mail: gae@cm-mealhada.pt.

**Espaço Inovação Mealhada**

Avenida Cidade de Coimbra, n.º 51  
3050-374 Mealhada  
Tel: (+351) 231 281 513  
E-mail: espacoinovacao@cm-mealhada.pt

**MURTOSA****Câmara Municipal da Murtosa**

www.cm-murtosa.pt  
Paços do Concelho da Murtosa  
Praça do Município, 1  
3870-101 Murtosa  
Tel: (+351) 234 830 100

**Incubadora de Empresas do Município da Murtosa**

www.iera.pt/polos/murtosa/  
Arquivo Municipal da Murtosa  
Rua dos Percursos 13  
3870-211 Murtosa  
Tel: (+351) 234 830 100  
Fax: (+351) 234 867 636  
E-mail: ieramurtosa@cm-murtosa.pt



## OLIVEIRA DE AZEMÉIS

### **Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis**

Largo da República  
3720-240 Oliveira de Azeméis  
Tel: (+351) 256 600 600  
Nº Verde - 800 256 600 (SOS CIDADE)  
Fax: (+351) 256 674 694  
E-mail: geral@cm-oaz.pt

### **Gabinete de Apoio ao Empresário**

Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento das Atividades Económicas  
Rua Bento Carqueja, n.º 41  
3720-214 Oliveira de Azeméis  
Tel: (+351) 256 600 641  
E-mail: gae@cm-oaz.pt

## OLIVEIRA DO BAIRRO

### **Câmara Municipal de Oliveira do Bairro**

Praça do Município  
Ed. Paços do Concelho  
3770-851 Oliveira do Bairro  
Tel: (+351) 234 732 100  
Fax: (+351) 234 732 112  
E-mail: cmolb@cm-olb.pt

### **Incubadora de Empresas do Município de Oliveira do Bairro**

Rua dos Bombeiros N.º 31  
3770-220 Oliveira do Bairro  
Tel: (+351) 234 732 124  
E-mail: polo-iera@cm-olb.pt

## OVAR

### **Câmara Municipal de Ovar**

Praça da República  
3880 - 141 Ovar  
Tel: (+351) 256 581 300  
Fax: (+351) 256 586 611  
E-mail: gapresidencia@cm-ovar.pt

## SANTA MARIA DA FEIRA

### **Câmara Municipal de Santa Maria da Feira**

www.cm-feira.pt  
Praça da República, 135  
4520-174 Santa Maria da Feira  
Tel: (+351) 256 370 800  
Fax: (+351) 256 370 801  
E-mail: santamariadafeira@cm-feira.pt

## GDEE

### **Gabinete Desenvolvimento Económico Empresarial de Santa Maria da Feira**

www.bizfeira.com  
Tel: (+351) 256 370 891  
256 370 803 / 926 664 130 / 965 017 029  
E-mail:  
gdee@cm-feira.pt  
bizfeira@cm-feira.pt

## SÃO JOÃO DA MADEIRA

### **Câmara de S. João da Madeira**

Av. da Liberdade  
3701-956 S. João da Madeira  
Tel: (+351) 256 200 200  
Fax: (+351) 256 200 297  
E-mail: geral@cm-sjm.pt

## SANJOTEC

### **Parque Empresarial e Tecnológico S. João da Madeira**

Tel: (+351)(+351)256001900  
E-mail: geral@sanjotec.com

### **Oliva Creative Factory**

Rua da Fundação, 240  
3700-119 S. João da Madeira  
Tel: (+351) 256 004 100  
E-mail: olivacreativefactory@cm-sjm.pt

## SEVER DO VOUGA

### **Município de Sever do Vouga**

Largo do Município  
3740-262 Sever do Vouga  
Tel: (+351) 234 555 566  
Fax: (+351) 234 552 982  
E-mail: cm.sever@cm-sever.pt

### **Incubadora de Empresas do Vougapark**

Lugar da estação  
3740-070 Paradela - Sever do Vouga  
Tel: (+351) 234 550 070  
E-mail:  
andreia.fonseca@vougapark.pt  
geral@vougapark.pt

## VAGOS

### **Câmara Municipal de Vagos**

www.cm-vagos.pt  
Rua da Saudade  
3840-420 Vagos  
Tel: (+351) 234 799 600  
Fax: (+351) 234 799 610  
E-mail: geral@cm-vagos.pt

### **Incubadora de empresas do Município de Vagos / IERA**

Centro Social e Administrativo da ZI Vagos  
Lote 141  
3840-385 Vagos  
E-mail: incubadora@cm-vagos.pt

## VALE DE CAMBRA

### **Câmara Municipal de Vale de Cambra**

Edifício Municipal  
Av. Camilo Tavares de Matos, n.º 19  
3730 - 901 Vale de Cambra  
Tel: (+351) 256 420 510  
Fax: (+351) 256 420 519  
E-mail: geral@cm-valedecambra.pt

### **GIP Vale de Cambra - Gabinete de Inserção Profissional**

Avenida Camilo Tavares de Matos  
- Edifício Municipal  
3730 - 901 Vale de Cambra  
Tel: (+351) 256 420 510  
E-mail: sandracosta@cm-valedecambra.pt

## FICHA TÉCNICA

### Guia do Investidor

(Edição: Novembro de 2017)

#### Propriedade e Edição:



ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO

Rua da Boavista - Z. I. de Taboeira  
3800 - 115 Aveiro  
GPS 40° 38' 27.711" N | 8° 36' 35.229" W  
T. +351 234 302 490  
F. +351 234 302 499  
aida@aida.pt • www.aida.pt  
fb.me/AssociacaoAIDA  
www.linkedin.com/company/10221598

#### Coordenação:



Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional